Universidade Federal do Sul da Bahia – UFSB
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – IFBA
Programa de Pós-Graduação em Ciências e Tecnologias Ambientais - PPGCTA

UNIDADE DE CONSERVAÇÃO, CÂMARA TEMÁTICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E DIÁLOGOS COM ESPINOSA: RUMO ÀS SOCIEDADES SUSTENTÁVEIS?

Gabriela Albuquerque Lucio da Silva

PORTO SEGURO – BA
2022

UNIDADE DE CONSERVAÇÃO, CÂMARA TEMÁTICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E DIÁLOGOS COM ESPINOSA: RUMO ÀS SOCIEDADES SUSTENTÁVEIS?

Gabriela Albuquerque Lucio da Silva

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências e Tecnologias Ambientais, pertencente à Universidade Federal do Sul da Bahia e ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestra em Ciências e Tecnologias Ambientais.

Orientadora: Prof.ª Dr.ª Catarina da Rocha Marcolin

Coorientadora: Prof.ª Dr.ª Alessandra Buonavoglia Costa-Pinto

PORTO SEGURO – BA
2022

Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB)
Sistema de Bibliotecas (SIBI)

S586u Silva, Gabriela Albuquerque Lucio da, 1990 -
Unidade de Conservação, Câmara Temática de Educação Ambiental e Diálogos com Espinosa: rumo às sociedades sustentáveis? / Gabriela Albuquerque Lucio da Silva. – Porto Seguro, 2022.
156 f.

Orientadora: Profa. Dra. Catarina da Rocha Marcolin
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Sul da Bahia. Centro de Formação em Ciências Ambientais. Programa de Pós-Graduação em Ciências e Tecnologias Ambientais. Campus Sosígenes Costa.

1. Educação Ambiental Crítica. 2. Potência de Agir (Filosofia). 3. Políticas Públicas. 4. Porto Seguro - BA. I. Marcolin, Catarina da Rocha. II. Título.

CDD – 372.357

Elaborado por Lucas Sousa Carvalho - CRB-5/1883

ATA DE DEFESA PÚBLICA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO NO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM CIÊNCIAS E TECNOLOGIAS AMBIENTAIS

Aos 28 dias do mês de julho do ano de 2022, às 14h, via webconferência, por meio da sala virtual com link de transmissão https://meet.google.com/ont-aqpe-jgb?pli=1&authuser=2, reuniram-se os/as membros/as da banca examinadora composta pelos/as docentes Dra Alessandra Buonavoglia Costa-Pinto (coorientadora e presidente/a da banca), Dr. Alex Leite (membro externo ao Programa), Dr Marcos Sorrentino. (membro/a externo ao Programa) e Dr Marcos Cordeiro Bernardes (membro/a interno ao Programa), a fim de arguirem a mestranda Gabriela Albuquerque Lucio da Silva na defesa de sua dissertação de mestrado, cujo trabalho de pesquisa intitula-se "UNIDADE DE CONSERVAÇÃO, CÂMARA TEMÁTICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E DIÁLOGOS COM ESPINOSA: RUMO ÀS SOCIEDADES SUSTENTÁVEIS?". Aberta a sessão pela presidenta da mesma, coube à candidata, na forma regimental, expor o tema de sua dissertação, dentro do tempo regulamentar, sendo em seguida questionada pelos membros da banca examinadora, tendo dado as explicações que foram necessárias. Após reunião em sessão secreta, os/as membros/as da banca consideraram a dissertação:

(X) Aprovada ( ) Reprovada

BANCA EXAMINADORA:

Dra. Alessandra Buonavoglia Costa-Pinto
(UFSB/PPGCTA)
Coorientadora e Presidente/a da banca

Alex Leite

Dr Alex Leite (UNEB)
Membro externo

Dr Marcos Sorrentino (UFBA e USP)
Membro externo

Dr Marcos Eduardo Cordeiro Bernardes (UFSB)
Membro interno

Gabriela Albuquerque Lucio da Silva

Webconferência, 28 de julho de 20 22.

Dedico este trabalho aos meus heróis: Maria Antonieta e Sérgio, pelo exemplo que são para mim e pelo apoio e amor incondicional que sempre recebi deles. Ao meu irmão Guilherme, por ser meu melhor amigo e confidente. E ao meu companheiro Matheus, por todo o amor e apoio que sempre teve comigo. Amo muito cada um de vocês.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço à Espinosa, que contribuiu tanto para o meu crescimento pessoal, como profissional. Dando-me forças através de suas palavras, para independente do desafio seguir em frente. E por sempre estar descortinando a felicidade, me ensinando a percorrer o caminho das ideias adequadas.

Agradeço ao Programa de Ciências e Tecnologias Ambientais da UFSB, pelo fato deste ser interdisciplinar e proporcionar, assim, a realização dessa pesquisa. Hoje a interdisciplinaridade ainda não está consolidada na comunidade científica, porém vem galgando o seu espaço, e esse programa é prova disso. Graças a esse tipo de programa pude ler textos das mais diversas áreas do saber passando por autores das ciências ambientais, filosofia, economia, linguística, direito e educação. Proporcionando-me uma concatenação de ideias completamente nova e fazendo com que em tudo que eu lesse, enxergasse ligações entre os temas, de forma a expandir a minha mente e aumentar minha potência. Por isso o meu muito obrigado pela vanguarda da interdisciplinaridade que vocês assumiram.

À CAPES, por ter apoiado financeiramente esta pesquisa, valorizando o profissional que segue o caminho da ciência.

À minha querida orientadora Catarina, que concordou em me orientar mesmo a minha pesquisa não se encontrando em seu campo de estudo. Acolhendo-me e sempre me trazendo muita clareza, chão e tranquilidade em nossos diálogos.

À Alessandra, minha querida coorientadora, por me proporcionar esse grande encontro com Espinosa, traduzindo esse conhecimento para mim e me apontando a direção do caminho contra hegemônico. E por também, sempre estar me tirando de minha zona de conforto, me proporcionando um grande amadurecimento, no qual eu desejava profundamente. A experiência do estágio docência junto a você, foi um grande presente, que levarei para a vida toda.

Aos professores que contribuíram para o aprimoramento dessa pesquisa, tanto em Seminários 1, como na Qualificação, e também na Defesa: Jaílson Santos de Novais, Marcos Sorrentino, Isabel Carvalho, Marcos Bernardes, Rodrigo Machado e Alex Sandro Leite. Muito obrigada pelas importantíssimas contribuições e pela partilha valiosa da experiência de vocês.

Aos meus amigos do NUPEEA, pelos nossos encontros e conversas de corredores (virtuais) que sempre me deram força e me proporcionaram alegria. Especialmente ao Lê, rabugento e fofo ao mesmo tempo, e à Lua que se tornou uma amiga para a vida.

Aos meus colegas de turma do mestrado, que por ter tido a oportunidade em meu primeiro ano de pesquisa em assumir a representação discente do PPPGCTA, pude me aproximar um pouquinho mais de cada um, mesmo estando em um período de isolamento social, já que tivemos apenas a primeira semana de aula presencial. A turma sempre foi muito unida e parceira. Gostaria de agradecer também em especial ao meu amigo Joaquim, que sempre me proporcionou muitas risadas, mesmo em tempos difíceis e à minha amiga libriana Flora, no qual recebeu o título de *coach* do autocuidado, por sempre me lembrar de detalhes importantes da vida.

Aos professores do PPGCTA com quem tive contato nas disciplinas, aprendi muito com vocês. Em sua maioria professores jovens, que me mostraram uma atuação acadêmica completamente diferente da que tive em minha graduação. Participando das reuniões do colegiado durante a representação estudantil, pude enxergar o amor e resistência que vocês possuem.

Ao Parque Nacional do Pau Brasil, e em especial à Bia, por sempre ser tão solícita e afetuosa. À CTEA, por permitir os meus estudos e acompanhamento do grupo. Às entrevistadas e entrevistados, por se abrirem tão sinceramente comigo, partilhando suas histórias, alegrias e angústias, partilhando um pouquinho da essência deles. Nas entrevistas, me emocionei junto e ri junto, vocês são pessoas muito especiais com trajetórias únicas e lindas. Muito obrigada por me trazerem tanto crescimento e por proporcionarem a realização dessa pesquisa.

Às minhas amigas e amigos de longa data, por sempre me apoiarem e terem tanta paciência com os meus longos períodos de ausência, devido à minha resistência aos dinamismos virtuais da vida moderna. Marina, Mariana, minha prima Paulinha, Thalesmã, Kalahan, Braith, Mayara, Isitcha e Alice. À Thamiris, minha psicóloga e amiga, por todo o apoio e sabedoria.

Ao meu grande amigo de 13 anos de amizade, que durante a jornada do mestrado, se tornou meu namorado e companheiro, Matheus. Por todo o crescimento que estamos tendo juntos, pelo apoio e por sempre filosofar comigo.

Ao grupo de estudos do Bhagavad Gita, em especial à Vrindavan e à Larissa, por tanto aprendizado que tenho tido com vocês. Ao meu Guru, Paramahamsa Sri Swami Vishwananda, que desde que entrou em minha vida, a mudou completamente, me apresentando a um novo mundo.

Ao meu irmão Guilherme, que foi o meu primeiro melhor amigo, com quem compartilho minha história, que sempre me apoiou, que me ajudou a enxergar coisas que não via, e que me proporcionou e proporciona rir da tristeza.

Aos meus primeiros gurus, mestres, professores, meus heróis: minha mãe Antonieta e meu pai Sérgio, por sempre estarem ao meu lado, pelas conversas incríveis com que aprendo tanto, pelas risadas que doem a bochecha junto à minha mãe, e pelos diálogos filosóficos e inspiradores junto ao meu pai. Sou eternamente grata.

E a Deus, por me presentear com tantos anjos em minha caminhada e pelo dom da vida.

Anda!
Quero te dizer nenhum segredo
Falo nesse chão, da nossa casa
Vem que tá na hora de arrumar

Tempo!
Quero viver mais duzentos anos
Quero não ferir meu semelhante
Nem por isso quero me ferir

Vamos precisar de todo mundo
Pra banir do mundo a opressão
Para construir a vida nova
Vamos precisar de muito amor
A felicidade mora ao lado
E quem não é tolo pode ver

A paz na Terra, amor
O pé na terra
A paz na Terra, amor
O sal da—

Terra!
És o mais bonito dos planetas
Tão te maltratando por dinheiro
Tu que és a nave, nossa irmã

Canta!
Leva tua vida em harmonia
E nos alimenta com seus frutos
Tu que és do homem, a maçã

Vamos precisar de todo mundo
Um mais um é sempre mais que dois
Pra melhor juntar as nossas forças
É só repartir melhor o pão
Recriar o paraíso agora
Para merecer quem vem depois

Deixa nascer, o amor
Deixa fluir, o amor
Deixa crescer, o amor
Deixa viver, o amor
O sal da terra

(Beto Guedes e Ronaldo Bastos, O sal da terra, 1981).

RESUMO

Com a crise da modernidade, ditada pelo consumo alienante e uso inconsequente dos recursos naturais, políticas públicas ambientais foram necessárias para mediar a relação entre a natureza e a sociedade. Consideram-se o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC e a Política Nacional de Educação Ambiental – PNEA duas dessas políticas. Neste trabalho, temos o estudo de caso de uma Unidade de Conservação - UC classificada como Parque Nacional (PARNA): o Parque Nacional do Pau Brasil (PNPB). Nosso objetivo geral é contribuir para a construção de sociedades sustentáveis através da análise de possíveis nexos entre a constituição de um colegiado socioambiental – Câmara Temática de Educação Ambiental (CTEA) – de uma Unidade de Conservação e o aumento da potência de agir deste coletivo e dos envolvidos no processo de sua constituição e de seu funcionamento. Potência de agir é um conceito trazido pelo filósofo holandês Espinosa, e constitui-se como referencial teórico analítico da pesquisa. A metodologia adotada foi o estudo de caso e foram usadas as seguintes ferramentas: triangulação, análise documental, entrevistas narrativas e a análise textual discursiva. Assim, respondemos à pergunta problema deste trabalho: "A constituição de um colegiado socioambiental, em uma Unidade de Conservação, pode aumentar a potência de agir dos envolvidos nesse processo?" Observamos através da análise dos resultados que sim é possível, porém houve e ainda há muitos desafios a serem superados. Como a falta de comunicação, a sobrecarga dos gestores da UC, além do desmonte da política ambiental pelo governo federal e a pandemia, dentre outros, que dificultaram muito as atividades da CTEA durante o período da pesquisa. Constatamos a relação direta entre a participação protagonística e a potência de agir, gerando uma aproximação entre a UC e a comunidade de seu entorno. Verificamos ainda que, quando se oportunizam espaços de diálogo e participação em uma UC, ocorrem diversos desdobramentos positivos para as pessoas envolvidas. Aumentando a confiança dessas e, consequentemente, daí advêm desdobramentos positivos para a UC, como a elaboração e/ou execução de projetos socioambientais realizados por esses atores, agora potencializados. Essa pesquisa se constitui em uma possível ferramenta no auxílio para a construção de uma transição para sociedades sustentáveis, na qual todos e todas são atores participativos.

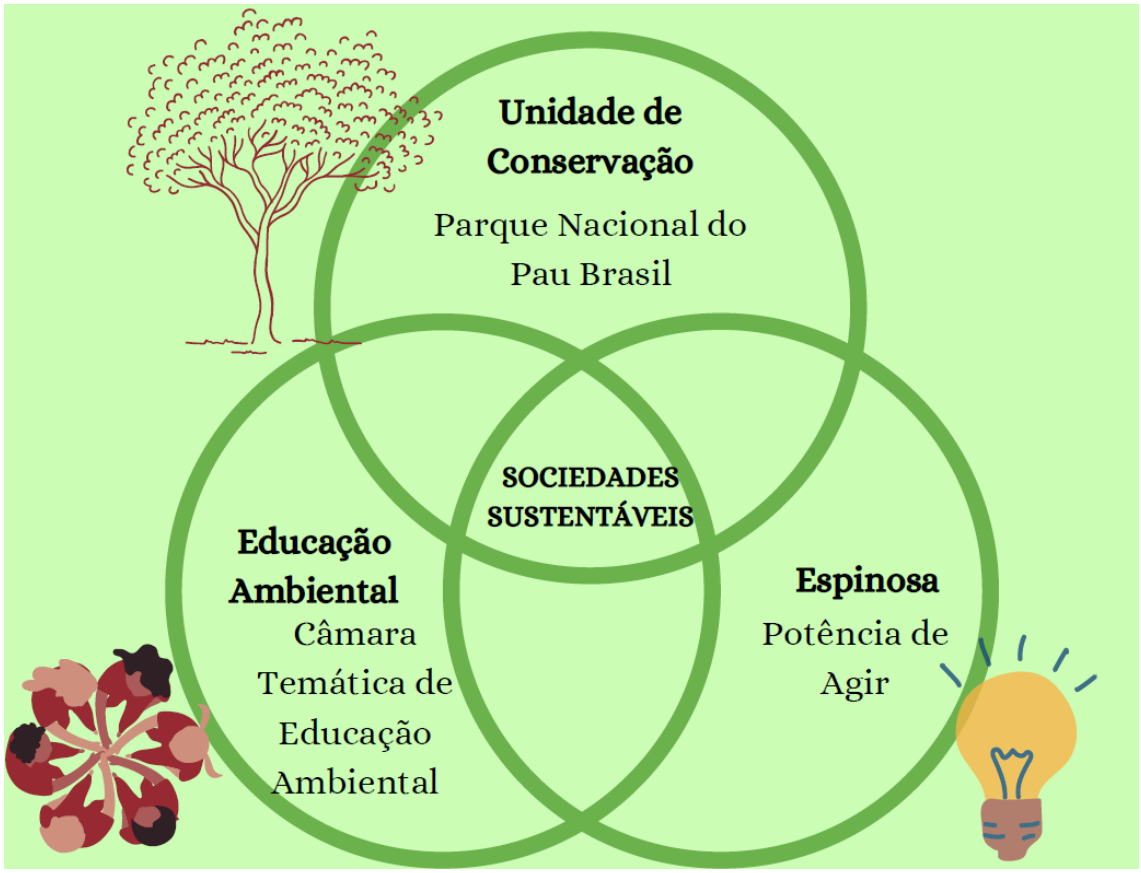
Palavras-chave: Educação Ambiental Crítica, Potência de Agir, Políticas Públicas, Porto Seguro.

ABSTRACT

With the crisis of modernity, dictated by alienating consumption and reckless use of natural resources, environmental public policies were needed to mediate the relationship between nature and society. The National System of Conservation Units – SNUC and the National Environmental Education Policy – PNEA are considered to be two of these policies. In this work, we have as study area a Protected Area classified as a National Park (PARNA): the Pau Brasil National Park (PNPB). Our general objective is to contribute to the construction of sustainable societies through the analysis of possible links between the constitution of a socio-environmental collegiate - Thematic Chamber of Environmental Education (CTEA) - of a Protected Area and the increase in the power of action of this collective and of the involved in its founding and operation process. Power to act is a concept that was elaborated by the philosopher Spinoza, with that, we carried out the analysis of the results from the perspective of his philosophy. To implement the methodology, we adopted the case study and the following tools: triangulation, document analysis, narrative interviews and discursive textual analysis. Thus, we answer the problem question of this work: "Can the foundation of a socio-environmental collegiate, in a Protected Area, increase the power of action of those involved in this process?" We observed through the analysis of the results that it is possible, but there were and still are many challenges to be overcome such as the lack of communication, the overload of the Protected Area managers, in addition to the environmental political dismantling and the pandemic that made CTEA's activities very difficult during the survey period. We found the direct relationship between participation and the power to act, reflecting in an approximation between the UC and the surrounding community. We also verified that when spaces for dialogue and participation are provided in a UC, several positive developments occur for the people involved, increasing their confidence and consequently positive developments for the Protected Area through socio-environmental projects carried out by these actors, now powerful. This research constitutes a possible tool in helping to build sustainable societies, in which everyone is a participatory actor.

Key words: Critical Environmental Education, Power to Act, Public Policies, Porto Seguro.

RESUMO GRÁFICO



Fonte: Autora, 2021.

Lista de Figuras

Figura 1: Comparação desenvolvimento sustentável e sociedades sustentáveis. Fonte: Da autora, 2021. 49

Figura 2: Ciclo da formação e aumento da potência de agir. Fonte: Da autora, 2022. 72

Figura 3: Localização geográfica do PNPB no município de Porto Seguro e na região do extremo sul da Bahia. Fonte: ICMBio, 2016. 81

Figura 4: Rio da Barra na Área de lazer da "Jaqueira", dentro do PNPB. É um dos atrativos do parque e é destinada para piquenique, contemplação e banho. Fonte: Da autora, 2019. 83

Figura 5: Maior pau-brasil do PNPB e um dos mais antigos do Brasil. Fonte: Da autora, 2019. 84

Figura 6: Centro de Visitantes do PNPB, visão externa. Fonte: Da autora, 2021. 85

Figura 7: Centro de Visitantes do PNPB, visão interna, ângulo 1. Fonte: Da autora, 2021. 85

Figura 8: Centro de Visitantes do PNPB, visão interna, ângulo 2. Fonte: Da autora, 2021. 86

Figura 9: Pôr do sol visto do mirante do PNPB. Fonte: Da autora, 2021. 86

Figura 10: Roda de Conversa no Assentamento da Aprunve, durante a construção do PPPEA. Fonte: ICMBio, 2018, p. 19. 93

Figura 11: Foto da última reunião presencial do CCPNPB, realizada em março de 2020. Fonte: ICMBio. 97

Figura 12: Foto da primeira reunião online da CTEA, realizada em novembro de 2020. Fonte: Grupo de whatsapp da CTEA. 97

Figura 13: Foto dos participantes da Oficina de Mapeamento Colaborativo no PNPB. Fonte: ICMBio, 2022. 118

Figura 14: Mapa resultado da Oficina de Mapeamento Colaborativo no PNPB. Fonte: ICMBio, 2022. 118

Figura 15: Mapa das frentes de atuação do PNPB, com localização da CTEA. Fonte: Da autora, 2022. 125

Figura 16: Placa da cozinha industrial dentro da comunidade que a obteve. Fonte: Da autora, 2021. 131

Figura 17: Árvore dos desdobramentos (frutos) da CTEA. Fonte: Da autora, 2022. 135

Lista de Tabelas

Tabela 1: Gêneros do conhecimento. Fonte: Autora (2022). 61

Tabela 2: Relação entre vontade, apetite e desejo. Fonte: Autora (2022). 65

Tabela 3: Levantamento de Problemas que controlamos e que não controlamos. Fonte: Autora (2022). 137

Lista de Abreviaturas

ADT	Associação Despertar Trancoso
AIP	Áreas de Inclusão Permanente
AMVC	Associação de Moradores de Vera Cruz
APA	Área de Proteção Ambiental
APP	Áreas de Preservação Permanente
APRUNVE	Associação de Produtores Rurais Unidos Venceremos
ARIE	Área de Relevante Interesse Ecológico
ASVALE	Associação de Amigos e Moradores de Vale Verde e Entorno
ATD	Análise Textual Discursiva
Bralanda	Brasil Holanda Indústria S/A
CCPNPB	Conselho Consultivo do Parque Nacional do Pau Brasil
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CNUC	Cadastro Nacional de Unidades de Conservação
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
cor	Corolário
COVID-19	*Coronavirus disease - 2019*
CTEA	Câmara Temática de Educação Ambiental
def	Definição
dem	Demonstração
DS	Desenvolvimento Sustentável
EA	Educação Ambiental
EII	Obra *Ética* de Espinosa, Capítulo II
EIII	Obra *Ética* de Espinosa, Capítulo III
EIV	Obra *Ética* de Espinosa, Capítulo IV
ESALQ	Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, USP
esc	Escólio
EV	Obra *Ética* de Espinosa, Capítulo V
exp	Explicação
FLONA	Floresta Nacional
IBAMA	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBDF	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

INEMA	Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado da Bahia
IPs	Instituições Participativas
IUCN	União Internacional para a Conservação da Natureza
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
NTIC	Novas Tecnologias da Informação e Comunicação
NUPEEA	Núcleo de Pesquisa e Extensão em Educação Ambiental Educação
PAA	Projeto Assentamentos Agroecológicos
PARNA	Parque Nacional
PNEA	Política Nacional de Educação Ambiental
PNMA	Política Nacional do Meio Ambiente
PNPB	Parque Nacional do Pau Brasil
post.	Postulado
PPP	Projeto Político-Pedagógico
PPPEA	Projeto Político Pedagógico de Educação Ambiental
pref	Prefácio
ProFEA	Programa Nacional de Formação de Educadores Ambientais
prop	Proposição
RDS	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
REFAU	Uso Sustentável: na Reserva de Fauna
RESEX	Reserva Extrativista
RIO-92	Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento
RPPN	Reserva Particular do Patrimônio Natural
SEMA	Secretaria Especial do Meio Ambiente
SISBIO	Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
SS	Sociedades Sustentáveis
SUDEPE	Superintendência de Pesca
SUDHEVEA	Superintendência da Borracha
TCI	Obra *Tratado da Correção do Intelecto* de Espinosa
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UC	Unidades de Conservação
UFSB	Universidade Federal do Sul da Bahia
UNESCO	United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
UnesulBahia	Faculdades Integradas do Extremo Sul Bahia
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

Apresentação **19**

Um pouco do caminho pessoal da pesquisadora 19

Introdução **27**

Juntando as Peças 27

Interdisciplinaridade: Em busca do real 30

Objetivos: O que almejamos **32**

Objetivo Geral 32

Objetivos Específicos 32

Capítulo 1.Do papel à ação: a materialização de políticas públicas é possível? Contribuições para a busca das sociedades sustentáveis. **33**

1.1 Políticas públicas ambientais: possibilidades para transformar 33

1.1.1 O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza 33

1.1.2 A Política Nacional de Educação Ambiental 40

1.2 Educação ambiental: participar para transformar 43

1.2.1 O que é Educação Ambiental? 43

1.2.2Rumo às Sociedades Sustentáveis? 45

1.2.3 Participação: é isso mesmo ou seria manipulação? 49

Capítulo 2.A filosofia de Espinosa como caminho árduo, mas necessário: em estado de servidão nada se cria, nada se transforma; apenas quando se é livre, se participa e tudo se muda. **53**

2.1 A natureza da mente e os gêneros do conhecimento 57

2.2 Teia de afetos: suas ações e paixões 62

2.3 A potência de agir e a força dos encontros 65

2.4 Da servidão à Liberdade 67

2.5 Os diálogos entre a filosofia de Espinosa e a Educação Ambiental 74

Capítulo 3.O cenário da história e os caminhos metodológicos da pesquisa 80

3.1 O Parque Nacional do Pau Brasil 80

3.2 A construção do PPPEA e da CTEA do PNPB: saindo da ilha 89

3.3 Procedimentos metodológicos: o caminho da pesquisa 98

3.3.1 Estudo de caso: cavando para desvelar as complexidades 100

3.3.2 Ferramentas: da teoria à prática 102

Capítulo 4.O poder da potência e os efeitos externos de uma crise político-ambiental sob um grupo de educadores ambientais em uma unidade de conservação: resistência e afeto. 112

Considerações finais 141

Referências Bibliográficas 144

Anexos 153

Apêndice A - Guia para as entrevistas narrativas 153

Apêndice B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) 154

Apêndice C - Termo de consentimento de autorização de uso de imagem e voz 156

Apresentação

> *Todo ponto de vista é a vista de um ponto. Para entender como alguém lê, é necessário saber como são seus olhos e qual é sua visão de mundo. Isso faz da leitura sempre uma releitura. A cabeça pensa a partir de onde os pés pisam (Leonardo Boff).*

UM POUCO DO CAMINHO PESSOAL DA PESQUISADORA

Segundo Maturana (2001), é impossível os seres vivos discernirem entre ilusão e percepção na experiência. Isso significa que, nós humanos, podemos muitas vezes estar equivocados nas nossas percepções da realidade. Como por exemplo, quando estamos dentro de um trem parado e há outro ao nosso lado em movimento e temos a percepção de que também estamos em movimento, ou quando olhamos para o Sol e o enxergamos uma bola amarela pequena, mesmo sabendo que este é maior que a Terra. Essas sensações não são verdadeiras em si, mas são percepções que nos levam ao erro, se não racionalizadas.

Para Ludke e André (1986), toda pesquisa é realizada por um sujeito que faz parte da sociedade, assim a pesquisa terá as impressões, indagações e percepções de determinada pessoa. A pesquisa está ligada ao tempo e espaço em que foi desenvolvida e não paira superiormente ao seu contexto histórico, como uma verdade universal. Com isso, tanto as autoras como o autor supracitados apontam para a subjetividade do fazer científico, quebrando a crença de que o ou a cientista seria um ser perfeito e asséptico que desenvolve uma pesquisa neutra e sem equívocos.

Dado esse panorama, para descrever e compreender o conhecimento (de forma científica e adequada), é crucial descrever e compreender o conhecedor, o ser humano, o observador e pesquisador que está por detrás das palavras, dos métodos e dos resultados de determinado trabalho. Com isso, inicio minha pesquisa trazendo um breve contexto de minha caminhada até a chegada ao mestrado.

Sempre fui uma amante da natureza. Questionando-me de onde veio esse amor, já que amamos apenas o que conhecemos e eu cresci em São Bernardo do Campo, uma cidade na região metropolitana de São Paulo, cercada de prédios e carros, percebi que o desenvolvi através do movimento escoteiro. Com 9 anos de idade ingressei em um grupo escoteiro e

comecei a passar grande parte dos meus finais de semana participando de atividades ao ar livre e acampando, sendo o cenário das minhas aventuras da infância e adolescência a Serra do Mar e suas Unidades de Conservação.

Quando chegou o momento da escolha do curso de graduação, eu já tinha uma certeza, queria um curso onde eu pudesse estar em contato com a natureza, minha antiga e grande amiga. Escolhi o curso de engenharia ambiental, pois como amava tanto biologia, como geologia e oceanografia, quis optar por um curso que abrangesse vida, terra e mar, sendo eu uma apaixonada pela Terra. Porém, para minha decepção encontrei um curso completamente voltado para a lógica de mercado, no qual nos era ensinado que "ser um engenheiro ambiental não era ser um ambientalista, mas sim um engenheiro". Quando escutei essa fala de um professor fui tomada por um misto de decepção e luta, e decidi naquele momento que eu seria uma engenheira ambiental ambientalista.

Como engenheira ambiental, eu esperava servir ao meio ambiente e não às grandes corporações, como era o caminho ensinado. Durante a graduação não sucumbi em tristeza devido a dois encontros potencializadores. O primeiro encontro foi com a extensão, onde fui aluna bolsista da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (INTECOOP). Através dela me realizei trabalhando com agricultura familiar, agroecologia, tecnologia social e economia solidária. Na INTECOOP conheci Paulo Freire e um mundo novo se abriu: descobri a educação como a revolução que eu sempre almejei, quando participava do movimento estudantil. Agora, ação e desejo eram condizentes.

O segundo encontro potencializador foi com a Rede de Engenharia Popular Oswaldo Sevá (REPOS), essa é uma rede nacional de engenheiras e engenheiros que lutam por uma engenharia popular que sirva às pessoas e não ao mercado, pautada na inclusão social, na educação popular, na autogestão e com o objetivo de articular a engenharia para dialogar com as lutas dos movimentos sociais, grupos populares e trabalhadores(as) organizados(as). Dentro da rede falávamos que ela era o grupo das engenheiras e engenheiros frustrados com o modelo desenvolvimentista vigente. Com esse encontro tive a oportunidade de participar da construção do XIV Encontro Nacional de Engenharia e Desenvolvimento Social (ENEDS) e de perceber que eu não estava sozinha com as minhas angústias dentro da engenharia. E que eu poderia transformá-las em força, através da ação, por isso durante a minha graduação sempre estive envolvida com diversos projetos.

Descobri o conceito de Unidades de Conservação (UC) na disciplina de direito ambiental, foi amor à primeira vista. Sempre quis estar o mais próximo possível da natureza, e trabalhar com UC me permitiria esse sonho. Mas ainda faltava algo, no meio de um oceano de cálculos, equações diferenciais ordinárias e fórmulas, eu me encontrei na disciplina de sociologia, sendo uma aluna de destaque, ao contrário das outras disciplinas de exatas, que eram a maioria. Assim, eu era um peixe fora d'água na engenharia, à procura do meu habitat, ainda que eu já soubesse que seria algo entre o meio ambiente e as humanidades.

Meu primeiro trabalho com unidade de conservação, foi através do meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), no qual pesquisei os problemas e potencialidades do Parque Nacional do Itatiaia pela ótica do conselho gestor do parque. Com esse trabalho pude perceber a importância que a comunicação – proposta por Paulo Freire – e a participação possuíam, esses dois pontos apareciam em praticamente todos os problemas e potencialidades levantados. A comunicação era uma peça-chave, pois sem ela uma questão era um problema e com ela essa mesma questão poderia ser revertida em uma potencialidade. Para haver comunicação é necessário participação, e nessa pesquisa compreendi que a participação é potencializadora, mas nem sempre é espontânea, despertando grande interesse para esse tema.

Fiz estágio no Parque Nacional da Serra do Cipó, morando dentro do parque por um mês. Aprendi muito com o meu chefe, o analista ambiental Edward Elias Júnior e com meus colegas de trabalho. Essa oportunidade me permitiu conhecer mais a fundo o funcionamento de uma unidade de conservação, entendendo sua gestão e trabalhando com habilitação e manutenção de trilhas, me permitindo colocar em prática um olhar mais técnico desenvolvido pela engenharia ambiental, bem como aprofundar laços com as unidades de conservação.

Com o fim da minha graduação me encontrei perdida, pois todos os caminhos apontavam para uma mesma direção: trabalhar em grandes multinacionais, só havia trabalho para quem servisse ao mercado. Direção na qual a maioria dos meus amigos seguiu e hoje estão muito bem empregados e com ótimos salários. Mas eu não suportaria seguir esse caminho..., na graduação já tinha tido uma prova do desespero que é empregar o seu tempo em algo que não se vê sentido. Sentia-me dentro do poema "Cântico Negro" de José Régio:

> "Vem por aqui" — dizem-me alguns com olhos doces,
> Estendendo-me os braços, e seguros
> De que seria bom se eu os ouvisse [...]
> Não sei por onde vou,

Não sei para onde vou,
— Sei que não vou por aí”

Era exatamente assim que eu me encontrava, sabia o que eu queria, só não sabia onde eu encontraria. No meio desse turbilhão, tomei coragem e decidi trabalhar e estudar no exterior, já que não achava lugar para mim aqui, em algum canto do mundo deveria existir. Morei um ano na Nova Zelândia, onde trabalhei com restaurante, plantio de kiwi e ordenha. Foi um momento essencial na minha vida, de grande amadurecimento e no qual pude recuperar forças e energias que tinham sido arrancadas de mim durante a graduação. Apesar de ter criado carinho por aquele país, eu sabia que o Brasil era minha casa, e que eu precisava voltar. Mas voltar para onde no Brasil? Para fazer o quê?

Foi aí então que veio a ideia do mestrado. Eu já sabia que amava educação, comunicação e participação popular e que gostaria de trabalhar de alguma forma com unidade de conservação, conflitos socioambientais e comunidades tradicionais. Conversei com a minha orientadora da graduação e ela comentou sobre a Universidade Federal do Sul da Bahia. Quando li o Lattes da professora Alessandra, meus olhos brilharam com as palavras: “comunidades tradicionais, participação comunitária, gestão ambiental e Política Pública”, porém, ainda não conhecia Espinosa. Fiquei curiosa com aquela palavra estranha e comecei a pesquisar. Cada vez mais que lia sobre ele, aumentava minha vontade de conhecê-lo mais.

A Educação Ambiental (EA) já existia na minha vida desde a época que trabalhei com a INTECOOP e conheci Paulo Freire. Já trabalhava com a educação ambiental mesmo sem saber — não a conhecia conceitualmente. Na graduação cursei uma disciplina de educação ambiental, porém, sua ementa nos apresentou apenas a educação ambiental conservadora e pragmática, me trazendo uma perspectiva que a educação ambiental se resumia a ações prescritivas e relacionadas à reciclagem ou mudanças climáticas, e que ainda seria apenas para o público infantil e escolar.

Quando a professora Alessandra me apresentou a educação ambiental crítica, pautada no Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, meu coração bateu mais forte, pois depois de anos à procura do meu lugar, havia encontrado. Quando compreendi a dimensão da educação ambiental, que ela não está apenas no espaço formal, que é para todas as idades, que não é prescritiva, mas libertadora, que enxerga o ser humano como integrante da natureza, que possui a pretensão de resolver os problemas pela

raiz e não superficialmente, havia encontrado nome para o que eu vivenciava e buscava há anos, havia encontrado o nome da minha revolução, essa que almeja sociedades sustentáveis.

Com isso cheguei ao meu projeto de mestrado, conseguindo alinhar duas paixões: a interação entre *natureza* e *sociedade*. Trabalhando com o Parque Nacional do Pau Brasil (PNPB), via sua Câmara Temática de Educação Ambiental (CTEA) com a educação ambiental e com o pensamento espinosano, recente descoberta que mudou minha vida. Vale ressaltar que meu projeto está inserido no escopo de pesquisas do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Educação Ambiental (NUPEEA) da UFSB. No primeiro ano de meu mestrado fiz parte também dos grupos de pesquisa do Laboratório de Estudos Planctônicos e Divulgação científica (LEPLAD) e do MIRIM – Crianças, Infâncias e Natureza. Três grupos fundamentais tanto para a minha pesquisa como para minha vida pessoal, oportunizando espaços de diálogo, acolhimento, de troca de angústias e alegrias e de aprendizado.

Nos últimos 9 meses do meu mestrado também tive a oportunidade de participar do Grupo de Estudos Espinosanos da USP. Esse me mostrou que estou no início de uma longa caminhada e que não é preciso pressa nessa, já que a filosofia é um trabalho para uma vida inteira, a exemplo da professora Marilena Chauí, que é uma das maiores estudiosas do pensamento de Espinosa no Brasil, se não a maior. No grupo tive a chance de estar com ela na turma, e entre tantos professores e doutorandos estudiosos de Espinosa, ficou evidente para mim – em um período que estava me corroendo por não conseguir compreender todo o seu pensamento – que a humildade e a aceitação seriam as melhores escolhas. Já que, mesmo aquelas pessoas que possuem formação em filosofia e o estudam há tanto tempo, possuíam dificuldades e não conseguiam compreender todo o pensamento de Espinosa, eu como uma iniciática nesse pensamento compreendi que o período curto do mestrado não seria suficiente para a minha ambição de entendê-lo completamente. Mas também pude compreender a importância desse período, que me oportunizou adentrar em um pensamento tão transformador e revigorante.

Também estive junto com a professora Alessandra na construção do Grupo de Estudos sobre o Pensamento de Espinosa da UFSB, onde tivemos encontros essenciais para a partilha e debate sobre sua filosofia. Constituindo-se em um espaço seguro e acolhedor de muito aprendizado. Além dos grupos, também fiz cursos que me ajudaram imensamente nessa caminhada. Esses foram: “Os pensadores: Espinosa” de 2004 e “Um dia com Espinosa” de 2019, ambos da Casa do Saber e ministrados pelo professor Clóvis de Barros Filho; “O Desejo: Paixão e ação em Espinosa” de 2016 do Espaço Cult e ministrado pela professora

Marilena Chaui; e “Espinosa como Psicólogo” de 2022 da Razão Inadequada ministrado pelo professor Rafael Trindade. Esses cursos me ajudaram a dar passos que sozinha não seriam possíveis.

Durante o percurso da pesquisa, já pude experienciar em ato os efeitos de estudar Espinosa. Um ponto crucial durante o início de meu isolamento, devido à pandemia, foi meu encontro com Espinosa. Mesmo sozinha durante o primeiro ano da pandemia e coincidentemente de mestrado, eu estava sempre dialogando com ele. Seguir seu método reflexivo foi fundamental para mim, me ajudando continuamente a transformar minhas ideias imaginativas em ideias adequadas e me mostrando a todo instante um mundo novo. Ao contrário das muitas reclamações de amigos sobre o isolamento estar solitário, entediante ou enlouquecedor, com o encontro de Espinosa o meu isolamento estava super empolgante: viajando no tempo e no espaço, para lugares e épocas distantes, descobrindo forças que existiam em mim que eu nem imaginava.

Espinosa ainda me mostrou algo que eu já havia considerado impossível: o diálogo entre ciência e espiritualidade. Corroborando meus estudos de yoga, mais especificamente sri vaishnavas, no qual as ideias imaginativas seriam relativas à *Maya*, ou seja, viver na ilusão; alcançar as ideias adequadas seria o mesmo que alcançar *Samádhi*, ou seja, a libertação de estados inferiores da existência humana; e a ideia de nexos causais seria relativa ao *Karma*, ou seja, a lei da ação e reação ou causa e efeito. Espinosa, **para mim**, além de um grande filósofo, teria sido um grande yogui. Ele ainda me orienta na viagem mais desafiadora que meu Guru, Paramahamsa Sri Swami Vishwananda nos fala, a viagem mais distante de todas, mas com apenas 40 cm de distância: da mente ao coração, ou de forma espinosana, da imaginação à intuição.

Por fim, por mais que a sociedade atual insista em nos reificar como máquinas ou mão de obra, na qual se não formos produtivos não temos valor, somos antes de tudo natureza, mais especificamente humanos. Quando Espinosa revoluciona com sua teoria dos afetos, ele volta o olhar para nós como humanos que somos. Sempre digo aos meus amigos que um dos atos mais revolucionários que podemos ter atualmente é nos enxergarmos como humanos e não como mão de obra. Esse é um dos pontos que me encanta em Espinosa, a compreensão de nós como modos finitos e singulares da Natureza.

Outro ponto importante para essa pesquisa foi a escolha do caminhar interdisciplinar. Seguir por essa direção foi um privilégio e um desafio, pois, me encontrava o tempo todo a

andar entre o mundo dos executores e dos pensadores. Adianto que para os pensadores esse trabalho poderá estar faltando profundidade e com imagens em excesso, e para os executores ele poderá estar prolixo e faltando objetividade. Esse é o desafio de se caminhar entre dois opostos, sempre faltará algo. Porém, em compensação, ampliamos nossa visão quando dialogamos entre opostos, e assim vislumbramos o desconhecido.

Ainda apresentarei elementos subversivos (inspirada em Espinosa e sua filosofia à maneira Geométrica), como tabelar filosofia e equacionar questões subjetivas. A princípio isto pode parecer um ultraje à praxe adotado pela academia, mais especificamente pelas ciências ditas “puras”, considerando-se incoerente adotar uma metodologia qualitativa e ter uma apresentação "positivista" de alguns dados. Porém, qual é a melhor maneira de dialogar com os diferentes pares do que falar a língua deles? Nessa pesquisa, assim, como desejo que as UCs estourem as suas bolhas, também intento quebrar alguns muros acadêmicos que não permitem o diálogo e que acentuam as polarizações entre as áreas do conhecimento. Além de dificultar a partilha do conhecimento para além dos muros universitários. Dado esses desejos e intenções, utilizo da interdisciplinaridade para conseguir nadar nesses novos mares.

Um último ponto que gostaria de apresentar é com relação à grafia desse trabalho. Durante as disciplinas de escrita científica e metodologia da pesquisa científica, ofertadas no PPGCTA, compreendi a importância do uso da primeira pessoa e da voz ativa em nossas pesquisas, dado que atrás de todo trabalho possui um/a pesquisador/a. A professora Kristin Sainani (2020) da Universidade de Stanford em seu curso *Writing in the Sciences* traz a seguinte reflexão: “humanos são responsáveis por projetar os experimentos e estão presentes nos laboratórios. Escrever frases estranhas para evitar admitir sua responsabilidade e sua presença é uma forma estranha de ser objetivo”. A voz ativa enfatiza a responsabilidade do autor, beneficia a leitura e reduz ambiguidade.

Assim, priorizarei a voz ativa e a conjugação verbal na primeira pessoa do plural, dado que apesar de eu ser a responsável por essa pesquisa, ela não seria a mesma sem as contribuições de muitas pessoas queridas, que me instigam e revelam-me mundos novos. Segundo Carlos Rodrigues Brandão: “tudo o que possa parecer “meu” é, na verdade, “nosso”, é plural. As ideias que possam sugerir que são "minhas" são, na verdade, todas elas o que me restou de diálogos, de partilhas” (BRANDÃO, 2015, p. 6).

Ainda com relação à redação dessa pesquisa, adotei a escrita inclusiva, na qual diferencio, por exemplo, pesquisadora de pesquisador ou entrevistada de entrevistado. O

meio científico, por estar inserido em uma sociedade patriarcal, ainda está impregnado de machismo e estereótipos. Entendendo que a ciência não é neutra, faz-se necessário dar visibilidade a quem escreve, não aceitando o masculino como gênero neutro. Com isso, apesar do foco deste trabalho não ser a questão de gênero, utilizarei a escrita inclusiva como forma de reconhecer o trabalho de tantas mulheres que contribuíram para a realização dessa pesquisa e de outros trabalhos aqui citados.

Introdução

> *"Quando meus olhos estão sujos da civilização, cresce por dentro deles um desejo de árvores e aves." (Manoel de Barros).*

JUNTANDO AS PEÇAS

Em Primavera Silenciosa, Rachel Carson escreveu: "a rapidez da mudança e a velocidade com que novas situações são criadas seguem o ritmo impetuoso e insensato da humanidade, e não o passo cauteloso da natureza." (CARSON, 2010, p. 23). Se na década de 1960 já existia a preocupação com o ambiente, hoje com padrões insustentáveis de consumo, se faz necessário uma sociedade que se debruce plenamente sobre este tema. Krenak (2020) nos adverte sobre esse paradigma insustentável, quando nos aponta o modo de vida ocidental, que mercantiliza tudo, que formata o mundo como uma mercadoria. Esse modo de vida se torna tão óbvio e naturalizado, que muitos compreendem essa cosmovisão como única realidade. E nesse mundo onde tudo é mercadoria, nós passamos a ser consumidores, consumindo a Terra sem limites, pois a vida passa a ser minimizada ao consumo.

Rockström *et al.* (2009), autores da teoria dos "limites planetários", nos alertam sobre o paradoxo no qual estamos inseridos, perante uma sociedade que almeja desenvolvimento constante, alocada em um planeta com recursos limitados dentro da velocidade demandada por nós. Dos nove limites planetários levantados por eles, nós já ultrapassamos três: o da mudança climática, o da taxa de perda de biodiversidade e o do ciclo do nitrogênio. O limite da acidificação dos oceanos, apesar de não termos atingido ainda, cresce a uma taxa pelo menos 100 vezes mais rápida do que em qualquer outro período nos últimos 20 milhões de anos. Os impactos das atividades humanas vêm sendo tão grandes desde a revolução industrial, que nós saímos do período do Holoceno e entramos no Antropoceno (ROCKSTRÖM, STEFFEN, *et al.*, 2009). Além disso, os autores nos indicam a necessidade de uma nova abordagem governamental em nível global, regional e local, frente aos resultados dos limites planetários levantados.

Caminhando na direção da necessidade de desenvolver alguma estratégia perante esse cenário predatório, foram criadas as Unidades de Conservação (UC). O Parque Nacional de

Yellowstone nos EUA, criado em 1872, foi a primeira área de proteção criada no mundo, considerado um marco da história das UC (MACIEL, 2011). No Brasil a primeira unidade de conservação foi o Parque Nacional de Itatiaia, criado em 1937 (DRUMMOND, FRANCO e OLIVEIRA, 2011). Porém, para além da criação de unidades de conservação, é necessária a implementação e a efetividade destas, o que se refere a uma gestão adequada, que por sua vez, implica na participação de todos os envolvidos no seu processo de criação e manutenção. Assim, instituiu-se o Conselho Gestor nas unidades de conservação, como um instrumento que deve estimular o diálogo e a participação da sociedade na gestão de determinada UC (MILARÉ, 2007).

No entanto, mesmo com a existência dos conselhos gestores, como espaços de gestão participativa nas unidades de conservação, a realidade em muitos casos pode ser diferente. Conforme Laschefski e Costa (2008), a participação nem sempre é espontânea, e sim aprendida e conquistada. Para tal, o ideal seria o desenvolvimento de oficinas de capacitação/estimulação de uma participação ativa, principalmente da sociedade civil, a fim de empoderar principalmente as pessoas em condições de maior vulnerabilidade socioambiental e sem acesso aos procedimentos tradicionais de representação política. Para, dessa forma, tentar minimizar uma hierarquia pré-constituída pelas relações de poder a partir do capital social.

A partir disso, a Educação Ambiental (EA), alinhada à filosofia espinosana, mostra-se como uma ferramenta necessária para o legítimo funcionamento de um conselho, por ser uma prática de educação libertária, dado que, segundo Freire (FREIRE, 2011, p. 106), "a educação como prática da liberdade não é a transferência ou a transmissão do saber nem da cultura; [...] Educador-educando e educando-educador, no processo educativo libertador, são ambos sujeitos", logo ambos participam, nessa relação não há espectadores. A participação ativa ou protagonista é estruturante numa prática de EA que se pretende crítica.

Assim, ao estudar a criação e instituição de um colegiado socioambiental, no nosso caso da Câmara Temática de Educação Ambiental (CTEA) do Parque Nacional do Pau-Brasil, buscamos analisar relações entre a geração de oportunidades de participação, através do processo de criação da CTEA, e o fortalecimento da potência de agir do grupo e dos envolvidos nesse processo. A potência de agir é inerente à capacidade de transformação da realidade, uma vez que estando a sujeita ciente de suas vontades, esta age no mundo rumando em busca do futuro desejado (COSTA-PINTO, QUERINO e VIEIRA, 2006).

No âmbito do Parque Nacional do Pau Brasil (PNPB) averiguamos que um dos problemas prioritários, levantado em seu Projeto Político Pedagógico de Educação Ambiental (PPPEA), é a ausência do sentimento de pertencimento da população local em relação ao Parque. Dentre os diversos problemas que emergem desse contexto, destaca-se a falta de afinidade das comunidades com o Parque e a carência de consciência ambiental da população. Essa, mesmo possuindo um conhecimento tradicional importante para a manutenção e preservação da UC, quando é excluída de tomada de decisões, fica à mercê da tirania de grandes empresas ou da ilegalidade.

A partir desse cenário, buscamos analisar a criação da Câmara Temática de Educação Ambiental (CTEA) do Conselho Consultivo do PNPB (CCPNPB), à luz do pensamento espinosano, a fim de levantar possíveis nexos entre a constituição de um colegiado socioambiental de uma unidade de conservação e o aumento da potência de agir dos envolvidos no processo de sua criação e de seu funcionamento. Para assim, contribuir com questões referentes à participação no PARNA Pau Brasil e à efetivação de políticas públicas, gerando impactos estruturantes para a região de Porto Seguro na área socioambiental, tanto ampliando uma consciência ecológico-democrática, como incrementando a potência de agir da CTEA do CCPNPB e de seus integrantes. Além desse estudo de caso, esperamos que este trabalho possa servir de incentivo para outras unidades de conservação.

O foco de análise da pesquisa foi na fundação da CTEA, que ocorreu seguindo um processo de autoformação, entre dezembro de 2016 a março de 2018 (ICMBio, 2018, p. 16). Porém, trazemos observações sobre a sua continuidade e de seu estado atual. Por tanto, analisamos então o processo de constituição e atuação da CTEA durante o período de outubro de 2016 a junho de 2022. Escolhemos esse período de análise, dado os seguintes motivos: a) a janela de intervalo que o mestrado permite analisar; b) por termos dados mais robustos e estáveis e; c) pelo fato da pandemia ter trazido um panorama atípico da realidade.

Com esse panorama, a pergunta problema da pesquisa, que funciona como a bússola da cientista, segundo Minayo (2012), orientando a direção na qual devemos seguir, compreende a seguinte questão: “A constituição de um colegiado socioambiental em uma Unidade de Conservação pode aumentar a potência de agir dos envolvidos nesse processo de criação?”. Vale ressaltar, que quando nos referimos à fundação da CTEA, não restringimos essa questão apenas ao ato burocrático de institucionalizar um colegiado - entendemos que muitas vezes a simples formação de um grupo pode ser algo autoritário e que em vez de potencializar, pode vir a despotencializar as pessoas envolvidas - mas a todo o processo

formativo que envolveu a constituição do colegiado. Não pretendemos com a pesquisa esgotar este tema, mas fomentar a importância de um debate crítico em relação às práticas educativas ambientalistas e de como o pensamento espinosano pode contribuir para a tessitura dessas, compreendendo-se que, com o aumento da potência de agir, pode-se melhorar a qualidade de vida da população e a conservação da natureza e vice-versa.

INTERDISCIPLINARIDADE: EM BUSCA DO REAL

Vale ainda ressaltar que esta pesquisa percorre o caminho da interdisciplinaridade, já que caminhamos entre questões ambientais, sociais e filosóficas. A interdisciplinaridade é fundamental para dialogar com os diversos saberes. Segundo Leff (2014), a interdisciplinaridade permite trabalhar melhor com as complexidades que constroem a realidade, de forma a reorientar a formação cartesiana que recebemos para uma formação holística, na qual seja "capaz de fazer convergir os olhares dispersos dos saberes disciplinares" (LEFF, 2014, p. 180), que limitam a nossa visão sobre a realidade, atuando, as disciplinas, como antolhos.

Para González-Gaudiano (2005), a interdisciplinaridade busca novos significados do conhecimento que as disciplinas por si só não conseguem proporcionar, coadunando-se com Carvalho (2012) que acrescenta "a interdisciplinaridade jamais será uma posição fácil, cômoda ou estável, pois exige nova maneira de conceber o campo da produção de conhecimento buscada no contexto de uma mentalidade disciplinar." (CARVALHO, 2012, p. 122). Com isso, percebemos a importância do fazer interdisciplinar, quando valorizamos o relacionar das ciências e dos diferentes saberes, quando compreendemos a vida, como a natureza se dá - com infinitas variáveis - e não como um laboratório controlado, a vida então, não pode ser estudada através de uma visão micro, mas sim macro.

A sociedade ocidental moderna, buscando a produtividade e o lucro, através da especialização da produção e do saber, perdeu a capacidade de relacionar aprendizados de diferentes áreas do conhecimento (GUTIERREZ, 2004). Para Galvão (2015), o que chamamos de técnicos ou especialistas na sociedade atual, conhecem uma única aplicação, aquela que eles foram formados tecnicamente, mas não conseguem abstrair uma única lei universal deste conhecimento para aplicarem em outras situações. Fomos ensinados e condicionados em nossa formação, a não relacionarmos os saberes, e isso vem desencadeando uma crise. Estamos a perceber que a ciência moderna não está conseguindo

responder a problemas ecológicos e sociais do nosso cotidiano. Esta ciência separou natureza de cultura, renunciou a diversidade em prol da universalidade científica, minimizando toda uma teia complexa de relações (CARVALHO, 2012). Segundo Vandana Shiva (2003, p. 69) “a uniformidade é contrária aos processos da natureza.”

Para Pombo (2006), a interdisciplinaridade seria uma resistência à especialização. E esta última uma tendência da ciência moderna em fazer uma análise o mais fina possível, em "esquartejar" a totalidade. O especialista se transforma em uma “criatura estranha, alguém que sabe cada vez mais acerca de cada vez menos.” (POMBO, 2006, p. 7). E com problemas complexos, que são compostos por inúmeras variáveis, o olhar disciplinar é incapacitado para resolvê-los. Faz-se necessária a interdisciplinaridade para buscarmos novas respostas para novos problemas da contemporaneidade.

Compreendemos o desafio que nos colocamos a trabalhar com a interdisciplinaridade, mas entendemos que se buscamos um novo paradigma de sociedade, devemos iniciar a caminhada em direção ao que almejamos, mesmo que ainda não estejamos prontos para tal feito - porém nunca estamos prontos, mas aprendemos durante a jornada. Segundo Olga Pombo:

> Só há interdisciplinaridade se somos capazes de partilhar o nosso pequeno domínio do saber, se temos a coragem necessária para abandonar o conforto da nossa linguagem técnica e para nos aventurarmos num domínio que é de todos e de que ninguém é proprietário exclusivo. (POMBO, 2006, p. 13)

Assim, pretendemos fazer pequenas incursões nas áreas de ambiente e sociedade (dentro de sociedade inclui-se o campo educacional e filosófico), sem almejar esgotar os estudos, mas nos atentando para que estas incursões dialoguem, relacionem-se, buscando construir uma análise mais próxima do real, da natureza, da vida.

Objetivos: O que almejamos

OBJETIVO GERAL

- Contribuir para a construção de conhecimentos sobre processos de transição para sociedades sustentáveis.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Contribuir para a definição de possíveis nexos entre a constituição da Câmara Temática de Educação Ambiental do CCPNPB e o aumento da potência de agir deste coletivo e dos envolvidos no processo de sua constituição e funcionamento.
- Contribuir para o fortalecimento da potência de agir da CTEA e de seus membros, resgatando suas origens, de forma que suscite o engajamento e a esperança.
- Verificar se houve a ampliação ou o apequenamento da potência de agir dos envolvidos no processo da constituição da CTEA e analisar como esse processo ocorreu.
- Analisar se a CTEA está cumprindo com o seu papel em contribuir para a implementação de políticas públicas como a PNEA e o SNUC, e verificar se ela está em consonância com o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global.

Capítulo 1. Do papel à ação: a materialização de políticas públicas é possível? Contribuições para a busca das sociedades sustentáveis

> *Ela [a utopia] está no horizonte – diz Fernando Birri. – Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais a alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para caminhar (Eduardo Galeano).*

1.1 POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS: POSSIBILIDADES PARA TRANSFORMAR

Iniciamos nosso arcabouço teórico expondo as principais políticas públicas que dão suporte ao delineamento da presente pesquisa. Esses instrumentos legislativos nos trazem respaldo jurídico para colocar em ação o mundo que desejamos. É de extrema importância para toda cidadã e cidadão estar a par das leis que regem seu país, tanto para poder apoiá-las como para mudá-las.

Segundo Gudynas (2019), atualmente as leis ambientais são ineficientes, apesar de minimizarem os impactos negativos, não conseguem deter a degradação ecológica, cada vez mais crescente. Essas são pautadas em vieses antropocêntricos, utilitaristas e mercantilistas, além dos órgãos e agências governamentais estarem sendo enfraquecidas no atual governo federal. Com isso, evidencia-se a necessidade de uma renovação das políticas ambientais, ou ao menos a implementação das já existentes.

1.1.1 O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza

Conforme determina uma das primeiras organizações globais sobre meio ambiente, de 1948, a União Internacional para a Conservação da Natureza – IUCN, área protegida é um espaço geográfico determinado, reconhecido, dedicado e gerido por meios legais ou outros meios eficazes, de modo a obter a conservação da natureza em longo prazo, integrados com os serviços dos ecossistemas e valores culturais (IUCN, 2008).

No Brasil, conforme o Artigo 225 da Constituição Federal (BRASIL, 1988), a sociedade tem direito a ter um ambiente ecologicamente equilibrado o qual é essencial à sadia qualidade de vida. O artigo também determina que é obrigação do poder público e da coletividade difundir e preservar o meio ambiente para as presentes e futuras gerações. Embora seja estabelecido na Carta Magna a proteção e preservação do meio ambiente, a biodiversidade brasileira tem passado por prejuízos inestimáveis (AGOSTINHO, THOMAZ e GOMES, 2005).

A partir disso, as unidades de conservação foram criadas pela necessidade de minimizar o cenário predatório em que nossa sociedade está inserida. Estas áreas possuem objetivos específicos como a proteção de espécies raras, endêmicas, vulneráveis ou em perigo de extinção; preservação e restauração da biodiversidade; estímulo do uso sustentável de recursos naturais; manejo dos recursos naturais e proteção de paisagens intocadas ou pouco alteradas e de beleza notável (MILARÉ, 2007).

Apesar de no Brasil já existirem legislações e iniciativas que estimulassem a proteção de determinadas áreas, foi somente com a promulgação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC (Lei n° 9.985), no ano de 2000, que houve um fortalecimento destas áreas (RIONDET-COSTA, 2012). De acordo com a lei do SNUC, em seu artigo 2º, parágrafo 1º, a definição para UC se constitui em um determinado espaço territorial, com características naturais significativas, legalmente designado pelo Poder Público, com finalidades de conservação dos limites definidos, sob regime especial de gerência, a fim de assegurar formas apropriadas de preservação (BRASIL, 2000).

Segundo a mesma lei, o SNUC constitui o conjunto das unidades de conservação federais, estaduais e municipais, podendo ser públicas ou privadas. Seus objetivos estão ordenados no Artigo 4º. Evidenciamos a seguir alguns deles:

> IV - promover o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais;
>
> V - promover a utilização dos princípios e práticas de conservação da natureza no processo de desenvolvimento;
>
> VI - proteger paisagens naturais e pouco alteradas de notável beleza cênica;
>
> IX - recuperar ou restaurar ecossistemas degradados;
>
> X - proporcionar meios e incentivos para atividades de pesquisa científica, estudos e monitoramento ambiental;
>
> XII - favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental,
>
> a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico;

> XIII - proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente (BRASIL, 2000)

Em relação à gestão das unidades de conservação federais, estas foram administradas pelo Ministério da Agricultura até 1967 e depois geridas pela Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA) criada em 1973[1].

Através da Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), decretada em 31 de agosto de 1981, foi criado o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) com a finalidade de:

> assessorar, estudar e propor ao Conselho de Governo, diretrizes de políticas governamentais para o meio ambiente e os recursos naturais e deliberar, no âmbito de sua competência, sobre normas e padrões compatíveis com o meio ambiente ecologicamente equilibrado e essencial à sadia qualidade de vida (BRASIL, 1981, art. 6º, II)

Dentro deste arcabouço, encontrava-se cuidar das políticas gerais de criação e aperfeiçoamento das UC. "O CONAMA criou uma comissão especial para formular um sistema nacional de unidades de conservação. A comissão produziu uma série de categorias, mas parou por aí". (RYLANDS; BRANDON, 2005, p. 30; ALMEIDA, 2014).

Em 1989, por meio da fusão de quatro órgãos federais: a SEMA, o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), a Superintendência de Pesca (SUDEPE) e a Superintendência da Borracha (SUDHEVEA), foi criado o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), através da promulgação da Lei nº 7.735, de 22 de fevereiro de 1989 (RYLANDS e BRANDON, 2005; ALMEIDA, 2014)

Com a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) em 2007, este assumiu a gestão das UC, que até então era realizada pelo IBAMA. Desse modo, a Lei do SNUC, por meio do artigo 6º e Parágrafo Único, define as responsabilidades de cada órgão encarregado pela gestão das UC:

> Art. 6º O SNUC será gerido pelos seguintes órgãos, com as respectivas atribuições:
>
> I – Órgão consultivo e deliberativo: o Conselho Nacional do Meio Ambiente - Conama, com as atribuições de acompanhar a implementação do Sistema;
>
> II - Órgão central: o Ministério do Meio Ambiente, com a finalidade de coordenar o Sistema; e

[1] A SEMA foi criada após a Conferência de Estocolmo (1972), um dos compromissos assumidos pelos países que assinaram os termos da Conferência foi o de se criar um órgão ambiental federal (ALMEIDA, 2014). No caso do Brasil, a criação da SEMA se deu por pressões internacionais.

> III - órgãos executores: o Instituto Chico Mendes e o Ibama, em caráter supletivo, os órgãos estaduais e municipais, com a função de implementar o SNUC, subsidiar as propostas de criação e administrar as unidades de conservação federais, estaduais e municipais, nas respectivas esferas de atuação.
>
> Parágrafo único. Podem integrar o SNUC, excepcionalmente e a critério do Conama, unidades de conservação estaduais e municipais que, concebidas para atender a peculiaridades regionais ou locais, possuam objetivos de manejo que não possam ser satisfatoriamente atendidos por nenhuma categoria prevista nesta Lei e cujas características permitam, em relação a estas, uma clara distinção (BRASIL, 2000).

As UC estão divididas em dois grupos, Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável. As características de cada uma estão descritas como: a) Unidades de Proteção Integral: possuem, como objetivo básico, preservar a natureza, minimizando, sempre que possível, a interferência humana, de modo a utilizar indiretamente os atributos naturais e b) Unidades de Uso Sustentável: têm como finalidade, proporcionar a conservação da natureza aliado com o uso sustentável de seus recursos naturais (BRASIL, 2000; MILARÉ, 2007) Conforme dados do ano de 2019, fornecidos pelo Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC) há 2.446 UC no Brasil; destas, 777 são de proteção integral (CNUC, 2019).

Para Andrade (2005), como cada categoria possui suas peculiaridades, variando o grau de restrição às atividades antrópicas, faz-se necessária a implementação de uma gestão e um manejo apropriado para cada tipo de UC, sendo esse descrito no plano de manejo. Segundo Banzato (2014), o plano de manejo - documento de cunho técnico - permite abordar, detalhadamente, o planejamento e os meios mais eficientes para a atenuação de impactos nas áreas. Porém, mesmo a legislação brasileira prevendo que as UCs possuam um plano de manejo, a fim de determinar os espaços da UC de acordo com seus objetivos e orientar a gestão, até hoje os planos de manejo não incorporaram os saberes e tecnologias dos povos tradicionais, com exceção apenas das reservas extrativistas (DIEGUES, 2005).

Para se obter uma gestão mais eficaz, deve-se priorizar o envolvimento da comunidade que se encontra na área da UC. Para Loureiro, Azaziel e França (LOUREIRO, AZAZIEL e FRANCA, 2003, p. 23) a participação social, neste caso, é considerada como promoção de cidadania e como "um processo social que gera a interação entre diferentes atores sociais na definição do espaço comum e do destino coletivo”.

Vale ressaltar que as UC ainda possuem muitas fragilidades tanto em sua legislação quanto em sua aplicação. A legislação acaba muitas vezes afastando as comunidades

tradicionais ao invés de aproximá-las. A lei, assim, assume um papel mais preservacionista do que conservacionista. Isto é, almeja a proteção do meio ambiente, mas enxerga o fator "ser humano" como algo extrínseco à natureza e não inerente a essa, de forma a compreender que para a preservação da natureza, há a necessidade de exclusão do ser humano. Ao contrário do que uma visão conservacionista assume, entendendo o ser humano como integrante da natureza e, portanto, o aproximando dessa, já que possui papel fundamental para a sua conservação.

Segundo Ernst Götsch (2015), deveríamos trabalhar em direção para criarmos Áreas de Inclusão Permanente (AIP) do ser humano em oposição às áreas de proteção integral do SNUC e às Áreas de Preservação Permanente (APP) do Código Florestal (Lei nº 12.651/12). Com isso, trabalha-se em sintropia, isto é, segue-se o percurso da natureza, no qual parte de um sistema simples para um sistema complexo, assim como de uma semente a uma árvore. E inclui-se o ser humano no sistema, já que este também faz parte da natureza e possui o seu papel, como todos os outros seres.

A concepção de "parques naturais sem moradores" foi transplantada dos Estados Unidos para o Brasil, importando junto a ideia de "áreas selvagens desabitadas" como forma de proteger o meio ambiente. Em meados do século XIX nos Estados Unidos com a alta e rápida industrialização, os preservacionistas americanos encontraram como forma de proteção da natureza a construção de "ilhas" de conservação do ambiente natural, já que viam o ser humano como uma ameaça ao equilíbrio do ecossistema. Essa visão entrou em conflito com o contexto dos países com florestas tropicais, como o Brasil, que possuem suas áreas naturais habitadas por povos tradicionais (DIEGUES, 2005).

Podemos ver que essa é uma questão antiga, mesmo em nível internacional. Em *Parks for Life*, publicação da IUCN de 1993, que reportou o IV Congresso Mundial de Parques Nacionais e Áreas Protegidas, uma das conclusões levantadas foi que:

> Os governos devem reconhecer as necessidades e aspirações das pessoas que vivem dentro ou perto de áreas protegidas e não decretar medidas que desprezem a continuidade cultural local e os valores sociais (IUCN, 1993, p. 82, tradução nossa).

Ao contrário do ser humano moderno, alienado de sua natureza e cego pela industrialização e consumo, os povos tradicionais desenvolveram sua forma de viver em consonância com a natureza. Assim, a maneira de pensar e agir de uma pessoa da cidade e

uma pessoa da floresta são diametralmente opostas, de forma que a legislação se encontra em déficit com essa distinção. Segundo Diegues (2005, p. 162), “através do conhecimento tradicional do mundo natural, essas populações foram capazes de criar sistemas engenhosos de manejo de flora e fauna, protegendo, conservando e até potencializando a diversidade biológica.”

Logo, além das populações tradicionais não prejudicarem o meio ambiente, essas o potencializam através de seus métodos de cultivo e modo de vida. Assim, as populações tradicionais possuem uma relação ecológica mais harmônica com os outros seres vivos, enquanto a sociedade moderna possui uma relação de dominação desarmônica - podendo e devendo as pessoas modernas e ocidentalizadas aprenderem com os povos tradicionais a conviver em harmonia com o ambiente que habitam. A imposição desse mito moderno, dos seres humanos precisarem ser extrínsecos à natureza para a sua preservação, vem gerando uma série de conflitos, tendo como uma de suas consequências o fato de que “a legislação prevê a expulsão ou transferência dos moradores de áreas transformadas em áreas de conservação restritivas” (DIEGUES, 2005, p. 162).

Isso gera cisão, corrupção e conflito, nos revelando que para a conservação da biodiversidade há a necessidade do diálogo com a sociodiversidade. Essa é uma questão complexa, que requer uma visão holística e integrada dos fatos e não segmentada e desintegrada, de um enfoque disciplinar e reducionista. Por isso, a importância de associar a filosofia à área ambiental e uma ponte profícua para isso é a educação ambiental. Complexifica-se a análise e potencializa-se a eficiência para atingirmos nossos objetivos por uma sociedade mais sustentável e saudável.

Para Gudynas (2019) essa deve ser uma questão transdisciplinar. As ciências ambientais atuais não devem mais se limitar a suas características biológicas, essas precisam recorrer para novos caminhos (nos quais agregam as ciências políticas e filosóficas). Se quisermos sair da direção em que estamos caminhando: em direção a um colapso ambiental, segundo diversos estudiosos da área.

Conselhos Gestores em Unidades de Conservação

Antes de abordar os conselhos gestores, cabe uma breve explanação sobre a sua base: a participação social. Participação é a promoção da cidadania, a realização do sujeito histórico, o instrumento por excelência para a construção do sentido de responsabilidade e de

pertencimento a um grupo, classe, comunidade e local (BAUMAN, 2000). Segundo Laschefski e Costa (2008), a participação da sociedade civil na construção de políticas públicas ambientais intensificou-se a partir da RIO-92, quando foi internacionalmente reconhecido o conceito de desenvolvimento sustentável.

No âmbito das UCs a participação é garantida através dos Conselhos Gestores, sendo estes:

> novas formas de gestão do espaço, nas quais, pelo menos na teoria, há a possibilidade da defesa de modos de produção não-capitalistas em espaços diferenciais, numa arena política formalizada e, assim, permitir uma certa relativização do Estado enquanto poder dominante na determinação de condicionantes da produção do espaço. Porém, abrem-se novos campos de jogos de poder, constituindo desafios teóricos a respeito da transformação dos problemas ambientais e sociais em interesses negociáveis, da representação desses últimos, dos discursos e das estratégias dos atores envolvidos, das hierarquias criadas. As relações e alianças entre os atores resultam frequentemente na superposição de posicionamentos, dificultando, assim, a identificação dos diversos discursos aos respectivos grupos de atores (LASCHEFSKI; COSTA, 2008, p.311).

Conforme o SNUC, a formação dos Conselhos Gestores é uma exigência e estes são de natureza consultiva – em todas as UC de Proteção Integral e no grupo das UC de Uso Sustentável: na Reserva de Fauna (REFAU), na Floresta Nacional (FLONA), na Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN), na Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) e na Área de Proteção Ambiental (APA) – ou deliberativa nas UC de Uso Sustentável: na Reserva Extrativista (RESEX) e na Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) (BRASIL, 2000).

Para Loureiro, Azaziel e França (2003) a principal diferença entre estes é o fato de que o Conselho Consultivo serve como um órgão de consulta e já o segundo pode deliberar, tendo maior poder de decisão. Mesmo que se constate que o conselho deliberativo tenha uma maior participação em tomadas de decisão sobre a UC que o consultivo, é importante frisar que o principal para um bom desempenho dos conselhos não é a sua classificação, mas sim sua representatividade, que é consequência de um processo de diálogo, fazendo com que a atuação do conselho seja mobilizadora e democrática.

Para Machado (2020) não necessariamente um conselho deliberativo será mais eficiente que um consultivo, dado que não se trataria de qual tipo de conselho possui maior poder de decisão, mas sim se os integrantes desse conselho possuem uma maior capacidade de incidência nas decisões governamentais sobre a gestão daquela UC, independente do tipo

de conselho. “[...] Dependendo da força política de seus integrantes e da centralidade do tema para um projeto de governo, um conselho consultivo pode ser mais efetivo do que um conselho deliberativo” (SOUTO; PAZ, 2012, p. 06 *apud* MACHADO, 2020, p. 166). Isto significa dizer que mesmo o conselho deliberativo possuir o poder de decisão, se este não estiver organizado, articulado e engajado, esse poder não terá terra fértil para prosperar. Porém, um conselho consultivo que não tenha o poder da decisão, mas possui engajamento e força, pode pressionar a gestão da UC e assim incidir diretamente nas decisões.

O conselho gestor constitui-se como um valioso instrumento de luta na defesa dos direitos do meio ambiente e das comunidades no entorno ou inseridas em uma UC. Este é um fórum de intermediação entre o poder público e a população, a fim de garantir a participação da sociedade a um espaço de direito seu. Realiza capacitações de Educação Ambiental (EA), para tornar o espaço do conselho uma área política mais justa que as externas a este, onde ocorra de fato uma efetiva participação de todas as conselheiras e conselheiros.

No caso do PNPB, cabe destacar que, visando ao aprofundamento das atividades de EA, criou-se a CTEA do CCPNPB, constituindo-se essa como um dos resultados obtidos com o processo de elaboração do PPPEA. Nesse caso, em conjunto com as comunidades do entorno do PNPB e outros interessados, foram elencados os problemas da região e a busca por apontamentos para solucioná-los (ICMBio, 2018).

1.1.2 A Política Nacional de Educação Ambiental

O trecho a seguir encontra-se em itálico por ter sido retirado do artigo “Contribuições da Política Nacional de Educação Ambiental - PNEA na promoção da participação rumo a Sociedades Sustentáveis” (no prelo), submetido à Revista Ambiente & Sociedade, e escrito em conjunto por mim, pela Marilua Damasceno e pela professora Alessandra Buonavoglia Costa-Pinto.

A Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) foi institucionalizada no ano de 1999, através da publicação da Lei 9.795/99. Criada em um período de grande evidência das questões ambientais, principalmente no contexto histórico brasileiro, dado que em 1992, o Brasil sediou a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento na cidade do Rio de Janeiro (RIO-92), trazendo grande visibilidade às questões ambientais no Brasil e no mundo (BARBOSA, 2008).

Paralelo à Rio-92 – onde se reuniam prioritariamente os representantes políticos dos países – acontecia o Fórum Global, evento organizado pelas entidades civis e educadores e educadoras de diversos países. Durante o Fórum Global foi realizada a Jornada Internacional de Educação Ambiental, essa Jornada resultou na criação do Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global. Este constitui-se em um documento global para nortear as ações de educação ambiental, apresentando uma série de 16 princípios, um plano de ação e um sistema de coordenação para a implantação da educação ambiental, como uma ferramenta, para se alcançar sociedades sustentáveis (BARBOSA, 2008; ONU, 1992).

Dado esse panorama político, a PNEA – tendo sido criada 7 anos após a formulação do Tratado – teve fortes influências deste. Logo, a PNEA apresenta pontos baseados em uma concepção de educação ambiental crítica, pautada na transdisciplinaridade, na reflexão, no pensamento crítico de Paulo Freire, em soluções preventivas e não remediativas e em mudanças não apenas comportamentais, mas de valores, propondo uma nova ética e agindo como uma ferramenta estruturante para uma nova sociedade, composta por cidadãs e cidadãos e não por consumidoras e consumidores. (SORRENTINO et al., 2005; SILVA, 2007).

Podemos observar esse paralelo com o Tratado, logo no primeiro artigo da PNEA, onde esta define a educação ambiental como "os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos e habilidades, atitudes e competências voltadas para conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade" (BRASIL,1999). Nesse trecho podemos observar o elo com o Tratado, pois este também coloca a educação ambiental como uma prática individual e coletiva a fim de transformar e construir uma nova sociedade (SORRENTINO et al., 2005).

Ainda segundo Sorrentino et al. (2005), podemos ver a influência do Tratado sobre a PNEA no artigo 2°, onde aponta a Educação Ambiental como um "componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal", este trecho evidencia o olhar interdisciplinar que o Tratado traz para a EA, devendo esta ser trabalhada para além de "caixinhas fechadas" de disciplinas e permeando diversos espaços de nossa sociedade (BRASIL, 1999).

O artigo 4° da lei traz os princípios básicos da educação ambiental, que são:

> *I - o enfoque humanista, holístico, democrático e participativo;*
>
> *II - a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o sócio-econômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade;*
>
> *III - o pluralismo de idéias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade;*
>
> *IV - a vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais;*
>
> *V - a garantia de continuidade e permanência do processo educativo;*
>
> *VI - a permanente avaliação crítica do processo educativo;*
>
> *VII - a abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais;*
>
> *VIII - o reconhecimento e o respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural (BRASIL, 1999).*

No artigo quarto podemos ter uma visão ampla de como a PNEA enxerga a educação ambiental, constatando que a perspectiva de EA da PNEA coaduna-se com a visão do Tratado. Isso por institucionalizar nos princípios da EA – além das questões já abordadas, como a interdisciplinaridade e o dever individual e coletivo – elementos como o caráter crítico que a EA deve tomar, a valorização das diferentes formas de conhecimento, o respeito e escuta aos povos tradicionais, a visão sistêmica e integrada do meio ambiente, no qual a esfera humana também o integra, além do enfoque participativo que a EA deve possuir.

Com isso, podemos notar algumas semelhanças entre a PNEA e o Tratado, no qual ambos apresentam uma perspectiva crítica da educação ambiental. Nessa perspectiva a educação ambiental deixar de ser uma ferramenta de doutrinação, prescritiva, moralista e reformista - na qual trabalha-se apenas com as consequências dos problemas, atuando na superfície e mantendo-se o status quo – e passa a ser uma ferramenta de transformação, de educando-educador, preventiva, pautada em uma nova ética, onde enxerga a totalidade da teia da vida - não possui uma visão cartesiana, na qual limita o nosso olhar a apenas partes separadas –, de tal forma que a educação ambiental crítica atua em direção para a construção de sociedades sustentáveis.

Constata-se que a PNEA é um instrumento de grande relevância para aqueles e aquelas que almejam uma nova sociedade, devendo ser estudado e comunicado. Porém, sua existência por si só não é eficaz se não houver sua implementação, para isso precisa de participação efetiva de cidadãs e cidadãos, ou seja, pessoas engajadas e comprometidas com a busca por questionamentos que promovam a transição da sociedade.

Vale ressaltar que compreendemos o papel do Estado, não apenas como aquele que normatiza as leis, mas como aquele que as normatiza e usa de ferramentas, para garantir a sua implementação. Quando se considera a participação da população como óbvia, simplificam-se as relações sociais, compreendendo o ser humano como um consumidor ou usuário de leis, seguindo a lógica desenvolvimentista da modernidade. A partir dessa perspectiva, leva-se a crer que a participação ocorre de forma espontânea, que com o estabelecimento das leis elas naturalmente se efetivaram, o que não é o caso, já que vemos leis sendo estabelecidas e nada mudar na esfera social. Assim é relevante olharmos para a participação sob uma perspectiva completa que englobe a complexidade das relações nos tecidos sociais (SILVA, 2007).

1.2 EDUCAÇÃO AMBIENTAL: PARTICIPAR PARA TRANSFORMAR

Neste subcapítulo exponho o referencial teórico que baliza qual é a educação ambiental que pautamos nessa pesquisa e como ela se relaciona com a participação e com as sociedades sustentáveis. A educação ambiental é um dos pilares para a construção deste trabalho.

1.2.1 O que é Educação Ambiental?

Segundo Jacobi *et al*. (2009) e Guimarães (2004), a educação ambiental consiste em práticas educativas que visem à emancipação dos atores enquanto cidadãs e cidadãos participativos na sociedade, compreendendo que a educação ambiental deve ser construída não *para*, mas *com* educandos e educadores atuando em conjunto. Ela difere da informação ambiental, em que há apenas a transmissão de informações e não a construção de criticidade no indivíduo.

Assim, a educação ambiental aqui tratada é a educação ambiental crítica, a educação ambiental revolucionária, na qual propõe "abrir espaços que possam contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos seres humanos e de todas as espécies e sistemas naturais com os quais compartilhamos o planeta ao longo dos tempos" (SORRENTINO *et al*., 2005). Dessa maneira, a EA busca fomentar a formação de espaços educativos, que proporcione mobilização cidadã, a fim de transformar o cenário da crise socioambiental em que nossa sociedade está inserida.

Segundo Carvalho *et al*. (2011), a educação ambiental detém a missão da instauração de um novo horizonte civilizatório, onde apresenta-se a necessidade da mudança de uma "cidadania política" para uma "cidadania socioambiental", que possibilite viáveis soluções com transformações densas na compreensão de natureza, de mundo e de sociedade. Conosco, seres humanos aprendendo e incorporando uma nova forma de nos relacionarmos com o meio ambiente, apoiando-se em uma nova ética, onde a relação ser humano/natureza não incida de forma exploratória e predatória como é atualmente, mas de forma solidária e equilibrada (LEFF, 2001).

Para a implementação dessa nova ética haveria também a necessidade da instauração de um novo padrão de relações sociais de produção, já que é esse padrão que condiciona histórica e materialmente nossas relações sociais com o que concebemos como "natureza". O padrão atual de relações sociais de produção é o que conduz às exorbitantes explorações da natureza - aqui inclui-se o ser humano também (MACHADO, 2020). Ainda, essa nova maneira de viver se relaciona com o pensamento de Ailton Krenak, quando nos mostra que com a criação da palavra "humanidade" nós nos afastamos do que somos: natureza. Cria-se um antagonismo como se humanidade e natureza fossem concepções opostas (KRENAK, 2020).

Com relação ao que significa a criticidade que a educação ambiental busca desenvolver, segundo Costa-Pinto (2012), esta é construída através da compreensão do presente, entendendo este como fruto de ações do passado, para assim transformá-lo na direção desejada no futuro. Ou seja, pelo caminho da reflexão sobre nossas ações do passado, compreendemos o presente e mudamos o futuro. Assim, passando de atores-objetos para atores-sujeitos, tornando-nos timoneiros e timoneiras de nossas próprias vidas.

Para além da crise socioambiental, outra contribuição da educação ambiental, segundo Ferraro Júnior e Sorrentino (2011), é que esta se constitui como uma ferramenta para superar a crise civilizatória intrínseca à modernidade. Essa crise se manifesta no imaginário político, que usa da alienação e da polarização acrítica para naturalizar uma realidade destrutiva que só é concebível formando pessoas passivas e niilistas. Outro desdobramento é a crise da colonialidade, dado que seguimos um modelo lógico-cultural que esmaga a diversidade e a subjetividade intrínsecas aos seres humanos, colonizando e, assim, homogeneizando cores, sabores e pensamentos. Com esse cenário, a educação ambiental possui papel fundamental e emergencial para a construção de sociedades sustentáveis.

Para Mello (2011), pelo fato da educação ambiental ser uma proposta pedagógica recente, em construção e pressionada pela crise socioambiental, ela deve ter atenção para não reproduzir características da nossa sociedade atual. Práticas "educativas" coercitivas e prescritivas produzem uma monocultura de saberes tóxica para o processo de emancipação e libertação, justamente o que a educação ambiental se propõe a desenvolver.

A educação ambiental precisa ser compreendida como uma educação da autonomia, que transforma e povoa os sonhos de educandos e educadores. Não deve ser confundida com o ensino da disciplina de ecologia, que trabalha conceitos relacionados aos ecossistemas, sem tratar da responsabilidade do ser humano enquanto ser que os habita. A educação ambiental precisa ser trabalhada em todos os espaços, formais e não formais, compreendendo que todos são responsáveis pela sua prática, pois todos são (parte da) natureza. Para atingir a construção de um novo mundo, todos precisam estar envolvidos no processo (ARAUJO, 2009).

Segundo Machado (2020), vale ressaltar ainda que quando trazemos para o debate o papel do ser humano em meio à crise civilizatória, é necessário pontuarmos que esse não é um ser humano genérico e sem historicidade, encerrado na neutralidade. Mas sim, um ser humano condicionado histórica, cultural e politicamente. Ser humano esse, que está subordinado e foi educado pela lógica capitalista do mercado.

1.2.2 Rumo às Sociedades Sustentáveis?

Para uma melhor compreensão desse tema, é necessário antes inserirmos a ideia das sociedades sustentáveis (SS) no contexto histórico ambiental, já que esta surge como uma contraproposta ao desenvolvimento sustentável (DS).

Desmistificando o Desenvolvimento Sustentável

Na década de 1970 com a multiplicação de acidentes e problemas ambientais, o movimento ambientalista ganha força e começa a questionar contradições do modelo desenvolvimentista dominante. Esse possuía como proposta o desenvolvimento ilimitado dentro de uma base de recursos naturais finita, o que acarretaria em um colapso ecológico. Também se mostra que a preocupação do modelo de desenvolvimento do capitalismo industrial era satisfazer os desejos dos/as consumidores/as e não as necessidades das cidadãs e dos cidadãos (LIMA, 1997).

Com esse cenário, em 1987 a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, presidida pela então primeira-ministra da Noruega Gro Harlem Brundtland, publica o relatório Nosso Futuro Comum (*Our Common Future*), apresentando propostas para solucionar os problemas ambientais e os de desenvolvimento econômico. Segundo Lima (1997), com o objetivo de conseguir alinhar a conservação ambiental com o crescimento econômico, o relatório cria o conceito de desenvolvimento sustentável (DS), que consiste em "aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades" (CMMAD, 1991, p. 46).

Apesar de aparentemente o desenvolvimento sustentável ser uma saída para a crise ecológica, pois trouxe grandes contribuições para a divulgação e o amadurecimento das questões socioambientais, muitos autores apontam para o fato deste manter o *status quo*, trazendo soluções tecnicistas, remediadoras e imediatistas, que não questionam estruturalmente o modelo vigente. De forma que o desenvolvimento sustentável trabalha os problemas a *posteriori*, em vez de a *priori*, dando margem para a ocorrência de grandes catástrofes e crimes ambientais, em vez de evitá-los (COSTA-PINTO, 2019; FOLADORI, 2002; LIMA, 1997).

Segundo Foladori (2002), embora o desenvolvimento sustentável seja um conceito multifacetado, o que ocasiona ambiguidades e contradições, podemos dizer que esse possui três dimensões básicas: a ecológica, a econômica e a social.

Quando analisamos essas três dimensões, segundo o autor supracitado, percebemos que: 1) a ecológica possui um viés em que a espécie humana é externa ao meio ambiente, ou seja, o ser humano não faz parte da natureza e de modo geral olha-se para a manutenção de processos ecossistêmicos excluindo as necessidades humanas desse contexto; 2) a dimensão econômica resume-se ao crescimento econômico e uso de tecnologias mais limpas (ou menos sujas), além de constituir-se como incoerente à um crescimento ilimitado – intrínseco à dinâmica capitalista – sobre uma base finita de recursos, não respeitando o tempo necessário à recomposição ecológica dos ecossistemas; e 3) a dimensão social é condicionada ao equilíbrio ecológico, em que só faz sentido o cuidado com a dimensão humana se esta interfere diretamente no meio, causando degradação ecológica. Por exemplo, "camponeses pobres que, pela falta de recursos, degradam o solo provocando erosão. O problema de insustentabilidade nesse caso não é a pobreza *per se*, mas o resultado da erosão do solo" (FOLADORI, 2002, p. 106), ou seja, "as relações sociais que dizem respeito à forma como se

gera a pobreza e o desemprego não estão em discussão, senão somente suas consequências técnicas enquanto poluição e degradação dos ecossistemas" (FOLADORI, 2002, p. 107).

Assim, podemos observar que o principal objetivo do desenvolvimento sustentável seria garantir às futuras gerações uma natureza melhor, constituindo-se a qualidade de vida apenas um meio para se alcançar esse objetivo. Com isso, emerge um debate mais aprofundado sobre a "diferença entre garantir às futuras gerações um ambiente melhor, ou garantir melhores gerações" (FOLADORI, 2002, p. 109).

Ainda segundo Foladori (2002), a dimensão social no decorrer dos anos trouxe à tona a importância da participação social. Porém, como essa pode ser possível dentro de uma sociedade marcada pela desigualdade? Para Rousseau em seu "Contrato Social", "Sob maus governos [...] a igualdade é apenas aparente e ilusória; serve apenas para manter o pobre em sua miséria e o rico em sua usurpação" (*apud* WILLIAMS, 2014). Ou ainda, sobre a desigualdade, para Edgar Morin:

> A diminuição da miséria mental dos desenvolvidos permitiria rapidamente, em nossa era científica, resolver o problema da miséria material dos subdesenvolvidos. Mas é justamente desse subdesenvolvimento mental que não conseguimos sair, é dele que não temos consciência. (*apud* LIMA, 1997, p. 201).

A democracia e a participação social apenas poderiam existir sob a condição da igualdade. Em um contexto político, econômico e social onde não haja motivos e nem seja possível ninguém corromper ou ser corrompido, já que todos possuiriam e usufruiriam dos mesmos direitos, dos mesmos acessos a saúde, educação e qualidade de vida. Ou seja, ainda que o desenvolvimento sustentável traga algumas soluções, estas são respostas paliativas e não estruturantes, não mexendo na base dos problemas, como a desigualdade social.

Além disso, segundo Lima (1997), Foladori (2002) e Costa-Pinto (2019), o desenvolvimento sustentável possui uma tendência economicista, constituindo as dimensões ecológica e social como um meio para se alcançar o fim: a dimensão econômica. Ainda traz soluções simplistas e tecnicistas, como por exemplo, as energias renováveis, que apesar de importantes, sozinhas não são suficientes. Além disso, trata os problemas de forma separada, em descompasso com a realidade, na qual os fenômenos ocorrem de forma integrada.

Corroborando com o exposto, Meira e Sato (2005) apontam para a etimologia da palavra desenvolvimento. O prefixo latino "des" sugere aversão, renúncia, possui um sentido de negação, como por exemplo, nas palavras: desumano – não humano, desarrumado – não

arrumado, descontente – não contente. Com isso, o conceito de desenvolvimento significa o não envolvimento, sugerindo a separação de sociedade e ambiente, ou o detrimento destes em prol da economia.

Ainda assim, vale reconhecer os impactos positivos que projetos de desenvolvimento sustentável tiveram para a nossa sociedade, sendo algumas vezes essenciais para garantirem direitos humanos. Porém, por estarem dentro da lógica desenvolvimentista neoliberal possuem limitações importantes, atuando somente sobre as consequências do problema, (fome, doenças, refugiados do clima, rompimento de barragem, entre outros) e não sobre a causa, pois não interferem nas relações de produção que geram a desigualdade (FOLADORI, 2002).

E as Sociedades Sustentáveis? Onde estão no meio dessa história?

Com esse cenário, surge uma contraposição ao desenvolvimento sustentável: as sociedades sustentáveis (SS). Conforme vimos na seção sobre a PNEA, durante a Jornada Internacional de Educação Ambiental, promovida paralelamente à Rio-92, houve a construção do Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global. A partir do Tratado, emerge o conceito de sociedades sustentáveis na área da educação ambiental (MEIRA, SATO, 2005; ONU, 1992).

Segundo Costa-Pinto (2019) e Carvalho (2008), o conceito de sociedades sustentáveis está alinhado à preocupação com a injustiça ambiental. Esta é fruto das desigualdades do modelo neoliberal vigente de nossa sociedade, na qual os grupos mais vulneráveis e marginalizados ficam com o ônus da degradação ambiental, enquanto os grupos privilegiados ficam com o bônus dos recursos naturais.

Carvalho (2008) nos apresenta um quadro com as principais diferenças entre o desenvolvimento sustentável, dentro de uma concepção de sustentabilidade fraca, e as sociedades sustentáveis, inseridas na concepção de sustentabilidade forte. Enquanto o primeiro tem como base de sua economia o "regime de acumulação, livre mercado e consumo estimulado", as sociedades sustentáveis possuem como base a "economia solidária e mercado regulado, autolimitação do consumo e consumo sustentável". No desenvolvimento sustentável, a cidadã e o cidadão assumem o papel de consumidores ao passo que nas sociedades sustentáveis esses são sujeitos políticos atuantes no exercício do controle social (CARVALHO, 2008, p. 52).

Para Diegues (2003) o conceito de sociedades sustentáveis é mais apropriado do que o de desenvolvimento sustentável, tendo em vista o enfrentamento dos desafios atuais. Isso porque as sociedades sustentáveis possuem em sua base a "necessidade de se manter a diversidade ecológica, social e cultural dos povos, das culturas e modos de vida". Com isso, o conceito encontra-se no plural, dado que busca a diversidade e a pluralidade; não existe, assim, apenas um modelo de sociedade sustentável a ser seguido, no qual homogeneíza tudo o que não está neste modelo.

Pelo contrário, a partir do plural desse conceito entendemos que não há apenas um modelo, mas várias sociedades sustentáveis, cada uma com a sua diferente cultura, cosmovisão, costumes e biodiversidade. Confronta-se, dessa forma, a monocultura dos saberes, fruto da modernidade, que reforça a colonialidade de nossa sociedade ocidental (FERRARO JÚNIOR, SORRENTINO, 2011). A seguir apresentamos a Figura 1 a fim de sintetizar o exposto.

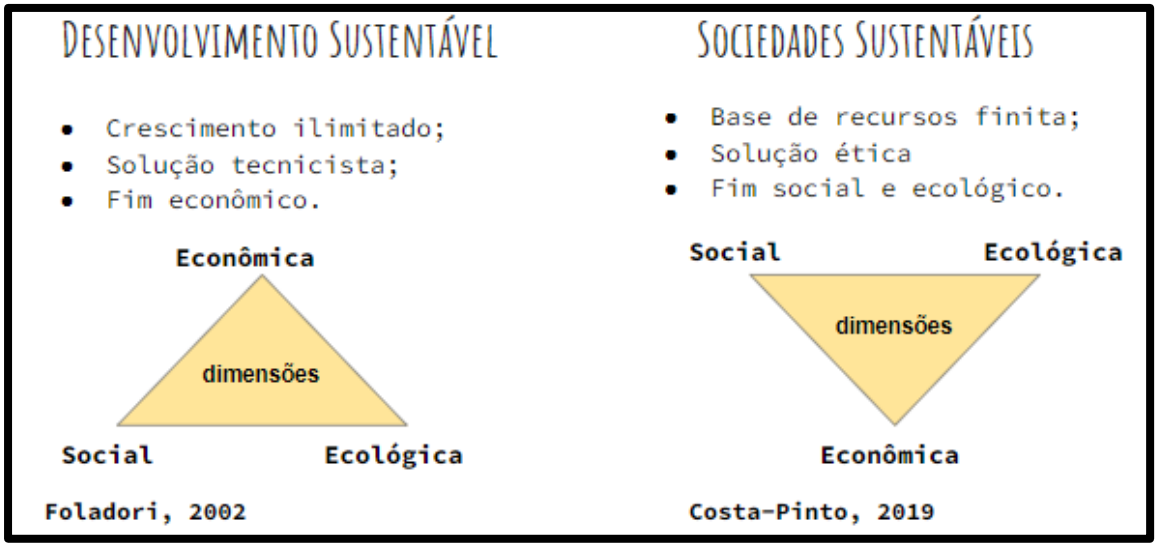


Figura 1: Comparação desenvolvimento sustentável e sociedades sustentáveis (Fonte: Autora, 2021).

1.2.3 Participação: é isso mesmo ou seria manipulação?

Segundo Rattner (1999: 239 e 240), para se construir sociedades sustentáveis, é necessário compreender que um meio ambiente saudável não pode resumir-se a atender funções biológicas e de produção e consumo. Este implica em ter "democracia política, equidade social, eficiência econômica, diversidade cultural, proteção e conservação do meio ambiente", além de valores como a cooperação, a compaixão e a solidariedade. Esses aspectos possuem garantias através de políticas públicas socioambientais, porém, para essas obterem sucesso em sua implementação e para alcançarmos sociedades sustentáveis, um

ponto é fundamental: a participação (SORRENTINO *et al*., 2005). A participação dá significado à existência humana, quando consciente e ativa nas tomadas de decisão – a nível do indivíduo e da coletividade (RATTNER, 1999).

Segundo Sawaia (2001: 117), a participação pode ser tomada de diferentes formas: até a década de 1980 ela era concebida como algo vinculado à coletividade, a objetividade e a racionalidade, "a ação é sempre coletiva, quer na forma de grupo, classe ou movimentos". Sob o prisma metodológico, a ênfase era dada para indicadores quantitativos, "participar é arrebanhar o maior número de pessoas para diferentes objetivos coletivos como, reivindicar direitos e benefícios, desenvolver projetos desenvolvimentistas ou revolucionários, exercer o direito de voto, fazer greves".

Já na contemporaneidade, a partir dos anos 1980, a participação é ressignificada e de características como coletividade e objetividade passa a estar vinculada a individualidade e afetividade. Com as influências da "razão instrumental" (expressão cunhada pela escola de Frankfurt para designar a dominação da lógica mercadológica), emerge um crescente interesse pela subjetividade, que se desdobra na individualidade e afetividade citadas acima. Porém, esse interesse precisa ser analisado de forma crítica: "será que o motivo [do interesse pela subjetividade] é o desejo de recuperar a dimensão humana esquecida pelo triunfo da razão positivista ou é a manipulação e exploração mercantil da subjetividade em benefício do lucro, antagônicos à autonomia?" (SAWAIA, 2001: 116 e 117).

Sawaia (2001) nos mostra que existe uma moda em relação ao conceito de participação na nossa contemporaneidade. Vemos o uso da participação nas mais diferentes esferas da sociedade - como na política, no meio empresarial, científico ou no senso comum - , sendo caracterizada como condição para qualquer questão que é bem-vista na sociedade, como cidadania e sucesso profissional. Tem-se, então, a banalização da participação, na qual gera uma polissemia de sentidos, de tal forma a prejudicar o seu entendimento, chegando ao ponto, por exemplo, da manipulação ser chamada de participação ou de termos políticas de participação excludentes - onde alguns se beneficiam da participação do outro, através do acesso à informação que os que "participam" (são manipulados) fornecem, gerenciando as informações em prol de seus próprios interesses. O conceito passa a ser usado de forma antagônica ao seu sentido, sendo colocada a participação como óbvia, como necessária, porém veremos que ela não é óbvia, nem necessária, mas imanente.

Levy (2011 *apud* ESTEVES, 2018) nos aponta os efeitos da globalização sobre as diversas relações sociais, trazendo à tona para o campo da participação que a cibercultura apenas reúne pessoas por centros de interesse no ciberespaço. Permite interação e participação apenas entre pessoas com as mesmas preferências. Uma das consequências desse fenômeno seria a polarização e com isso a dificuldade do diálogo e assim a erosão da democracia e da participação. Essas duas características são substituídas pela intolerância e por discursos de ódio rasos.

Rüdiger (2011, p. 37, *apud* ESTEVES, 2018) afirma também que a cibercultura não é controlada pela classe política ou pelos empresários, mas pela força do mercado. Dado isso, a cibercultura possui práticas e características operadas pelo mercado. Com isso, nos é alertado que o ciberespaço serviria muito mais ao capital do que para a prática da subjetividade, o que dialoga com o que Sawaia (2001) nos trouxe anteriormente.

Entretanto, vale ressaltar, que com a instauração das Novas Tecnologias da Informação e Comunicação (NTIC) houve também um aumento de estratégias de participação dos cidadãos na construção das políticas públicas (RABELO; ALVES, 2020). Porém, segundo as mesmas autoras, não houve soluções em relação a ampliar e qualificar a participação desenvolvida pelas NTIC, mantendo-se os fluxos unidirecionais de diálogo. Esses minimizam a participação "de diálogo interativo" para uma participação "de monólogo informativo".

Rabelo e Alves (2020) ainda nos trazem que as Instituições Participativas (IPs) – como conselhos gestores e conferências públicas, dentre outras – que integram a gestão pública em todos os níveis, ainda se encontram ineficientes e carregam contradições. Enxerga-se um esvaziamento do termo "participativo", no qual acaba sendo usado para atender orientações e diretrizes legais, reduzindo a participação a procedimentos instrumentais. Com isso, "não são raros os casos em que gestores públicos e comunidades pensam o novo e realizam o velho, apegados que estão ou impossibilitados que são de renovarem o pensamento e a prática política" (TATAGIBA, 2003, p. 13 *apud* RABELO, ALVES, 2020, p. 11).

Por fim, Sawaia (2001) aponta que a discussão da participação precisa ir além dela ser objetiva ou subjetiva, coletiva ou individual, mas alcançar seu ponto chave, que é ético-político. Quando assumimos uma concepção de participação, estamos fazendo

posicionamentos sobre concepções de sociedade, de cidadania, de ética, de justiça, de educação popular, movimentos sociais, desigualdade e exclusão social.

Capítulo 2. A filosofia de Espinosa como caminho árduo, mas necessário: em estado de servidão nada se cria, nada se transforma; apenas quando se é livre, se participa e tudo se muda

> *"Meu caro Spinoza,*
>
> *Você é mesmo singular. Através dos séculos continua despertando admirações fervorosas, oposições, leituras diferentes de seus livros, não só no mundo dos filósofos, mas, curiosamente, atraindo pensadores das mais diversas áreas do saber, até despretensiosos leitores que insistem, embora sem formação filosófica (e este é o meu caso), no difícil e fascinante estudo da filosofia." (Nise da Silveira, 1999: 19).*

A filosofia de Espinosa é um dos pilares para o desenvolvimento deste trabalho. Com isso, neste capítulo traremos alguns dos principais elementos de sua filosofia para uma melhor compreensão de nosso leitor sobre nossas discussões e objetivos. Também apresentamos uma breve contextualização de sua vida, a fim de nos auxiliar a acompanhar os seus pensamentos.

O filósofo holandês Baruch de Espinosa (ou Bento em português, ou Benedictus em latim), nasceu em 1632, em Amsterdam. Sua origem já é marcada pelo conflito: seus pais eram emigrantes portugueses, assim sua língua materna era o português; ele era judeu, pois foi recebido na comunidade de Abraão e recebeu educação rabínica; e era holandês, já que nasceu em Amterdam, morreu em Haia em 1677, tendo participado da vida política e cultural dos Países-Baixos. Espinosa vem de uma família marrana, isto é, judeus que foram perseguidos pela inquisição e que foram obrigados a converterem-se ao cristianismo. Mesmo aceitando a nova fé – para sobreviverem – os marranos continuavam vinculados à tradição judaica (ESPINOSA, 1983; CHAUÍ, 1995).

Dado esse contexto, podemos notar que Espinosa está cercado de divergências, possuindo uma vida-dupla, típica de um marrano – judeu que fingia ser católico –, porém Espinosa era um marrano atípico, sendo um racionalista que fingia ser judeu. Um cenário

perfeito para o surgimento de um filósofo. Já que o ato de filosofar é inerente ao ato de estar incomodado, o que incita a buscar por algo novo. Aos 24 anos, Espinosa foi excomungado pela comunidade judaica, rompendo com o que tinha de vínculo com o cristianismo e abrindo caminho para a construção do novo:

> Pela decisão dos anjos e julgamento dos santos, excomungamos, expulsamos, execramos e maldizemos Baruch de Espinosa... Maldito seja de dia e maldito seja de noite; maldito seja quando se deita e maldito seja quando se levanta; maldito seja quando sai e maldito seja quando regressa… Ordenamos que ninguém mantenha com ele comunicação oral ou escrita, que ninguém lhe preste favor algum, que ninguém permaneça com ele sob o mesmo teto ou a menos de quatro jardas, que ninguém leia algo escrito ou transcrito por ele. (fragmento do texto de excomunhão de Espinosa – ESPINOSA, 1983).

Com esse fato, os irmãos e cunhados de Espinosa viram uma oportunidade para deserdá-lo dos negócios da família (comerciantes) que não iam bem. Espinosa não se perturbou com o ocorrido e encontrou um ofício para sua subsistência, como polidor de lentes para lunetas (ESPINOSA, 1983). Podemos traçar um paralelo no seu esforço profissional e intelectual: assim como polia as lentes das lunetas, através de sua profissão, também polia o olhar de seus leitores, através de suas ideias. Novas perspectivas de problemas antigos eram apresentadas por ele. Sobre o trabalho de Espinosa e a sua filosofia, Machado de Assis escreveu o seguinte poema:

> SPINOZA
> Gosto de ver-te, grave e solitário,
> Sob o fumo de esquálida candeia,
> Nas mãos a ferramenta de operário,
> E na cabeça a coruscante ideia.
>
> E enquanto o pensamento delineia
> Uma filosofia, o pão diário
> A tua mão a labutar granjeia
> E achas na independência o teu salário.
>
> Soem cá fora agitações e lutas,
> Sibile o bafo aspérrimo do inverno,
> Tu trabalhas, tu pensas, e executas

> Sóbrio, tranquilo, desvelado e terno,
> A lei comum, e morres, e transmutas
> O suado labor no prêmio eterno.
> (ASSIS, 2009, p. 242 *apud* OLIVEIRA, 2018, p. 31)

Assim, notamos que Espinosa possuía uma vida simples e com um forte propósito. Espinosa enxergava a inconsistência que existia no mundo, logo, os bens materiais e a fama não lhe eram importantes, já que ele conseguia ver a brevidade que esses aspectos possuíam. Isso o levou a indagar-se se existiria algo que pudesse ser consistente e sólido.

> Desde que a experiência me ensinou ser vão e fútil tudo o que costuma acontecer na vida cotidiana, e tendo eu visto que todas as coisas de que me arreceava ou que temia não continham em si nada de bom nem de mau senão enquanto o ânimo se deixava abalar por elas, resolvi, enfim, indagar se existia algo que fosse o bem verdadeiro e capaz de comunicar-se, e pelo qual unicamente, rejeitado tudo o mais, o ânimo fosse afetado; mais ainda, se existia algo que, achado e adquirido, me desse para sempre o gozo de uma alegria contínua e suprema." (TCI, parágrafo 1).

Dessa forma a filosofia de Espinosa nos instiga a procurar essa solidez, beatitude ou o sumo bem junto a ele. Através da leitura de seu pensamento percorremos espaços de nossa mente antes intocados e não conhecidos, nos ensinando e mostrando uma nova ótica sob a realidade, ótica essa que dialoga com o cerne da educação ambiental crítica. Tanto sua filosofia como a EA buscam a autonomia do ser humano.

Espinosa, ainda, consagrou-se na filosofia, por revolucionar a forma de compreender razão e emoção. Antes de Espinosa, existia apenas uma única concepção, em que a razão era vista de maneira superior às emoções, devendo-se reprimir os afetos (CHAUÍ, 1995). Espinosa, ao contrário disso, estabelece uma dialética entre razão e afeto, estes não são mais vistos paradoxalmente, agora, baliza-se a razão como resultado de um processo reflexivo a respeito dos afetos, na busca pelo reconhecimento de suas causas (COSTA-PINTO *et al*., 2006).

Segundo Costa-Pinto (2012) e Mello (2011), Espinosa não possui a pretensão de nos falar o que é bom ou mau através de sua filosofia. Ele não nos apresenta qualquer tipo de moral - onde seja prescrito o que se deve fazer - pelo contrário, sua preocupação não é em definir valores, mas sim compreender *como* aumentarmos nossa potência, como saímos de uma vida de servidão controlada pelas causas externas e passamos a viver em liberdade, sob as ideias adequadas. Assim, apresenta-nos a uma ética emancipadora e libertária, no qual ele

aborda diversos temas, evidenciando sua perspectiva unificadora, que integra ser humano e cosmos. Onde, para discutir sobre política e ética, ele fala de Deus, natureza e paixões (SAWAIA, 2006: 77), nos mostra sua visão interdisciplinar e holística, que dialoga com essa pesquisa.

Com relação à Natureza, Espinosa nos ensina que Ela possui racionalidade, mas essa racionalidade em nada se parece com o pensar humano. Ela compreende tudo, a origem dos nexos causais, constituindo-se como um sinônimo para Deus, compreendendo a Natureza ou Deus como substância imanente, independente e portadora de sua própria causa. A Natureza possui uma única finalidade: existir (ARAUJO, 2009; CHAUÍ, 1995; COSTA-PINTO, 2012).

Partindo da premissa de que Natureza/Deus é a totalidade da existência, ilimitada e infinita, esta possui também infinitos atributos, sendo o ser humano capaz de perceber apenas dois, a saber: pensamento e extensão (matéria), que o constituem como um modo finito e singular Dela. Um modo finito depende de outro modo finito para a sua existência; por exemplo, um cachorro precisa de outro cachorro anterior a ele para nascer, uma planta precisa de outra planta da mesma espécie para surgir, da luz solar, entre outros modos singulares e finitos de existência. Com essa visão, na ética de Espinosa não existe uma hierarquia de perfeição entre os seres (ARAUJO, 2009; CHAUÍ, 1995; COSTA-PINTO, 2012).

Com essa breve introdução, podemos observar a relevância de Espinosa e compreender o contexto social e político ao qual estava inserido. A partir disso, seguiremos com o texto, apresentando mais cinco seções sobre algumas partes do pensamento de Espinosa. As cinco seções são: A natureza da mente e os gêneros do conhecimento; Mapa dos afetos: suas ações e paixões; A potência de agir e a força dos encontros; Da servidão à Liberdade e; os diálogos entre a filosofia de Espinosa e a Educação Ambiental. Dado a complexidade de sua filosofia, não haveria espaço para uma discussão adequada para tratar de toda a sua obra, optando-se portanto, pelo desenvolvimento dessas seções, que compõem o referencial teórico desta pesquisa e que se relacionam com o objetivo deste trabalho.

Vale ressaltar que as citações de Espinosa, apresentadas no decorrer dessa pesquisa, foram retiradas do livro “Espinosa” da coleção “os pensadores” da Abril Cultural de 1983. Nesse livro nos é apresentado a tradução completa das seguintes obras de Espinosa: *Pensamentos Metafísicos; Tratado da Correção do Intelecto; Ética; Tratado Político*; e uma seção com *correspondências* entre Espinosa e outros intelectuais da época. Utilizou-se do ano de publicação do livro usado na pesquisa para a referência, significando que esse texto não

foi redigido nessa data, mas sim publicado. Com relação a obra de Espinosa *Ética*, optamos pela escolha da tradução realizada pelo Grupo de Estudos Espinosanos da USP, coordenado pela Professora Marilena Chauí. O livro foi publicado pela Editora da Universidade de São Paulo e atualmente é a tradução mais recente que temos no mercado, do ano de 2018.

2.1 A NATUREZA DA MENTE E OS GÊNEROS DO CONHECIMENTO

Na parte II da Ética, Espinosa nos fala sobre a natureza e a origem da mente. Apresenta-nos o funcionamento da mente humana e nos traz três categorias do conhecer. “Cada maneira como o corpo humano é afetado por um corpo externo envolve a natureza do corpo humano e a do corpo externo” (EII, prop 16, dem). Disso, segue “que as ideias que temos dos corpos externos indicam mais a constituição do nosso corpo do que a natureza dos corpos externos" (EII, prop 16, cor 2). Por exemplo, isso significa dizer que quando Pedro fala de Marcos, sabemos mais de Pedro do que de Marcos. Ou quando uma pessoa expressa admiração ou medo por alguma coisa, não significa que esta coisa seja em sua essência admirável ou temível, mas que aquela pessoa recebeu estímulos em sua trajetória que a levaram aquela interpretação do que é bom e mau.

Com isso, Espinosa chama essa ideia de que fazemos das coisas exteriores a partir do nosso ponto de vista, de imagem, não constituindo essa imagem a essência da coisa. Logo, quando a mente contempla as coisas dessa forma, ela imagina. Cabe dizer que a “mente não erra pelo fato de imaginar, mas erra somente enquanto se considera que ela carece da idéia que exclui a existência das coisas que imagina presentes a si” (EII, prop 17, esc), isto é, o erro não está em imaginar, mas sim na falta de conhecimento de toda a cadeia de acontecimentos, o que leva a uma percepção egocêntrica e superficial das coisas.

A memória, assim, influencia os afetos que serão gerados através das afecções dos corpos[2]. “Se o Corpo humano tiver sido afetado uma vez por dois ou mais corpos em simultâneo, quando depois a mente imaginar um deles, imediatamente se recordará dos outros.” (EII, prop 18), isto é, a memória que a pessoa carrega daquela coisa é uma imagem que interfere na formação de uma nova imagem.

[2] A afecção é instantânea, ela se dá no momento em que ocorre o encontro. Enquanto o afeto é a variação de potência decorrente desse encontro. Logo, a afecção gera o afeto, ou seja, o contato de corpos ou ideias gera a variação da potência.

Por exemplo, um soldado quando vê um cavalo pensa em guerra e um camponês quando vê esse mesmo cavalo pensa no trabalho no campo. Ou uma senhora quando vê um guarda-chuva, lembra-se de sua bengala, já uma criança irá lembrar de sua espada de brinquedo. Dessa forma, cada um, conforme seus hábitos e padrões de formação, irá concatenar e relacionar as imagens de uma forma determinada, partindo de uma mesma imagem e chegando nas mais diversas e variadas conforme a experiência de cada um.

Vale ressaltar que, essa concatenação de imagens ocorre segundo a ordem das afecções do corpo humano (isto é, ocorre instantaneamente). Diferentemente da concatenação de ideias que ocorre conforme a ordem do intelecto (isto é, ocorre através da reflexão), de forma que a mente compreende as coisas por suas causas primeiras ou originárias e que é a mesma em todos os seres humanos (EII, prop 18, esc).

Ao conhecermos as causas originárias de nossos afetos, alcançamos o que Espinosa chama de ideias adequadas. Espinosa divide o caminho até as ideias adequadas em três etapas – três gêneros do conhecimento. No primeiro gênero, temos as ideias confusas ou ideias inadequadas. A mente não possui conhecimento adequado nem de si própria, nem de seu corpo e nem de corpos externos. Ela apenas possui um conhecimento confuso e fragmentado, e sempre é determinada **externamente**, a contemplar isso ou aquilo, a partir do encontro fortuito das coisas (EII, prop 29, esc, grifo nosso).

Essa condição da mente sempre existirá, as ideias confusas são necessárias para alcançar o segundo e o terceiro gênero do conhecimento. Elas ocorrem com a mesma necessidade que as ideias adequadas (EII, prop 36). A falsidade das ideias inadequadas consiste na privação de conhecimento, o que é intrínseco a elas, ou seja, o erro não está em imaginar, mas na falta de informação que nos faz tomá-la por verdade (na ignorância das causas primeiras). Por exemplo, quando avistamos o sol, ele nos parece menor que a Terra, porém sabemos que ocorre o oposto, o sol possui uma magnitude muito maior com relação à Terra. O erro nessa situação não consiste nessa imagem que temos do sol, mas no fato de que quando imaginamos, ignoramos a verdadeira distância que ele está em relação a nós e sua real dimensão.

> Com efeito, mesmo se depois conhecermos que ele dista de nós mais de seiscentos diâmetros da Terra, não obstante o imaginaremos perto, já que não imaginamos o sol tão próximo porque ignoramos sua verdadeira distância, mas porque uma afecção de nosso corpo envolve a essência do sol enquanto o próprio o corpo é afetado por ele (EII, prop 35, esc).

Isso significa dizer que ser consciente de nosso corpo é diferente de ter (ser) conhecimento verdadeiro de nosso corpo. Com isso, quando somos afetados por seres vivos e objetos sem possuir a compreensão disso, sem entender que em um primeiro instante estamos sob as ideias mutiladas e confusas, vivemos sob a ilusão e de maneira passiva.

Já quando a mente opera através do segundo e do terceiro gênero do conhecimento, a mente a partir da contemplação das coisas em simultâneo é determinada **internamente**, a entender as conveniências, diferenças e oposições entre elas, dessa forma contempla as coisas clara e distintamente (EII, prop 29, esc, grifo nosso). “O conhecimento do primeiro gênero é a única causa da falsidade, o do segundo e do terceiro, por outro lado, é necessariamente verdadeiro." (EII, prop 41).

Espinosa chama de razão ou noções comuns o segundo gênero do conhecimento. Esse pertence às ideias adequadas e é formado a partir da observação e da constatação de como alguma coisa está relacionada com outra e assim enxergando a concatenação entre várias coisas e fatos. É como se montássemos um quebra-cabeças, tentando várias vezes encaixar (concatenar) as peças e enxergando o que acertamos e o que erramos, de maneira que a partir da junção correta das peças, vamos aos poucos enxergando a figura por inteira.

Esse montar do quebra-cabeças é o mesmo que construir as noções comuns: vamos concatenando os fatos (unindo as peças) e aos poucos enxergando a totalidade ou a quase totalidade da situação (após o quebra-cabeças montado, enxerga-se a figura completa). Por tanto, através das noções comuns saímos da parte e vamos para o todo, isto é, a partir de singularidade atingimos a multiplicidade. Deixamos de enxergar uma única relação apenas entre duas coisas e acessamos a lógica da natureza, ou seja, conseguimos traçar uma relação geral. Com isso, a razão irá encontrar a maneira como o universo se expressa.

“O que é comum a todas as coisas e está igualmente na parte e no todo não pode ser concebido senão adequadamente” (EII, prop 38), assim sucede existirem certas ideias, isto é, noções comuns a todos os seres humanos. Todos os corpos convergem em alguma coisa que deve ser compreendida clara e distintamente.

Por exemplo, quando o físico inglês, Isaac Newton, observou a queda de uma maçã e traçou uma lei geral para essa queda - a teoria da gravidade -, ele sai do particular e acessa o universal. Ou na teoria da evolução, Charles Darwin, ao observar o processo de seleção natural em algumas espécies e elaborar uma lei geral, sai de uma fração para enxergar o todo.

Ou também quando Confúcio, filósofo chines, nos diz “quando o vento sopra, a grama se curva”, isto significa dizer que a grama que se curva, ou seja, que é flexível, é mais resistente do que plantas que são rígidas e podem quebrar-se com um vento forte, logo podemos traçar esse paralelo para as pessoas também, de forma que as pessoas mais flexíveis são menos abaladas que as rígidas.

Pode-se ainda, estender essa relação para a área da construção civil, já que prédios maiores são dimensionados e construídos contabilizando o índice de dilatação do material, pois quanto mais rígida a estrutura, mais fácil será o seu rompimento, e quanto mais flexível a estrutura, mais resistente será. E assim por diante, podemos traçar diversas relações e concatenar ideias, partindo da parte em direção a uma maior amplitude, de forma a construirmos as noções comuns.

O terceiro gênero do conhecimento Espinosa chama de intuição, e neste também produzimos ideias adequadas. Mas então qual seria a diferença deste para as noções comuns?

No campo da intuição, temos uma quantidade muito maior de ideias adequadas. Nossa compreensão da ordem e conexão das coisas se faz quase que instantaneamente, embora sempre estaremos sujeitos às paixões, pois é parte da condição humana. Nosso pensamento sob a intuição, segundo Romain Rolland, funcionaria como um clarão, ou para Gilles Deleuze como um relâmpago, com uma velocidade absoluta e uma profundidade máxima (DELEUZE, 2019, p. 85). Ao contrário do campo da razão, que a possuímos, mas sempre à custa de muita reflexão.

Através da intuição alcançamos a plenitude, a felicidade ou a beatitude, deixamos de ser atores passivos e passamos a ser ativos. Nós compreendemos as cadeias de nexos causais à nossa volta, de tal forma que conseguimos transformar nossa realidade (CHAUÍ, 1995; COSTA-PINTO, 2012). Esse caminho é realizado através de métodos auto-reflexivos, em que Espinosa nos diz:

> Se o caminho que mostrei conduzir a este estado [de plenitude] parece muito árduo, pode, todavia, ser encontrado. E com certeza deve ser árduo aquilo que muito raramente se encontra. Como seria possível, com efeito, se a salvação estivesse à mão e pudesse ser encontrada sem grande trabalho, que ela fosse negligenciada por quase todos? Mas tudo que é precioso é tão difícil como raro (ESPINOSA, 1983, p. 299).

Espinosa nos ensina um caminho que vai ao encontro do que a educação ambiental crítica nos propõe. Uma educação revolucionária, de transformação tanto da ordem social

como política. Alcançamos através da ética de Espinosa e por meio da educação ambiental uma alternativa à deterioração civilizatória que vivemos, na qual nossa satisfação não seja preenchida com consumismo niilista, mas com propósito existencial.

Tabela 1: Gêneros do conhecimento. (Fonte: Autora, 2022).

Gêneros do Conhecimento	Definição	Exemplo
Imaginação	Têm-se ideias confusas ou inadequadas; vive ao acaso dos encontros; controlado pelas causas externas. Limita-se ao campo da descrição, conseguindo fazer poucas relações.	Uma pessoa se chateia pelo fato de um familiar não ter o mesmo posicionamento político que o seu. Coloca a sua felicidade em uma causa externa e não consegue fazer relações. Afasta-se da família.
Razão	Ideias formadas pelas noções comuns, ou seja, ao custo de reflexão e perseverança consegue-se alcançar ideias adequadas. Ocorre através da construção de relações.	Essa mesma pessoa, agora no campo da razão, se chateia com o seu parente, discute. Porém, após refletir percebe que por necessidade aquela pessoa só poderia pensar daquele modo, e ela mesma também só poderia pensar do outro modo. Compreende que não há motivo para se chatear, já que ambos buscam a mesma coisa: uma sociedade melhor.
Intuição	Têm-se ideias adequadas quase que instantaneamente; compreende-se que existe uma cadeia de nexos causais.	Essa mesma pessoa não discute com o seu familiar, já que por ter acumulado experiência e reflexão, já percebe automaticamente que não há motivos para se chatear.

2.2 TEIA DE AFETOS: SUAS AÇÕES E PAIXÕES

> Quase todos que escreveram sobre os afetos e a maneira de viver dos homens parecem tratar não de coisas naturais, que seguem leis comuns da

> natureza, mas de coisas que estão fora da natureza. Parecem, antes, conceber o homem na natureza qual um império num império. Pois creem que o homem mais perturba do que segue a ordem da natureza, que possui potência absoluta sobre suas ações, e que não é determinado por nenhum outro que ele próprio (EIII, pref).

Nesse trecho da Ética, podemos notar a crítica que Espinosa faz ao antropoceno, mesmo naquele período não existindo esse conceito ainda. Ele expressa sua contrariedade ao ato de colocar o ser humano como algo acima da natureza, como se o ser humano pudesse controlá-la ou estivesse fora desta. Para Espinosa, assim, como tudo está na natureza, o ser humano não poderia ser diferente, e nem os seus afetos. De forma que, nós e os nossos afetos, estamos sob as leis da natureza, isto é, estamos sob uma ordem de causa e efeito.

"Por Afeto entendo as afecções do corpo pelas quais a potência de agir do próprio corpo é aumentada ou diminuída, favorecida ou coibida, e simultaneamente as ideias dessas afecções" (EIII, def 3). Ou seja, o afeto será a variação da potência de agir gerada pelas afecções do corpo, que ocorrem na ordem do encontro. Espinosa ainda pontua que, quando somos causa adequada de uma afecção, então o afeto produzido será uma ação, e quando somos causa inadequada, será uma paixão. Isto significa dizer que o afeto pode aumentar ou diminuir a nossa potência de agir[3].

Por exemplo, somos passivos, isto é, temos afetos passivos, quando somos causa parcial dos nossos afetos. Dessa forma, nos encontramos no campo das **paixões** e somos regidos por causas externas. Assim ficamos ao sabor dos encontros, por exemplo, podemos andar na rua, achar uma nota de 50 reais e nos alegrarmos com isso (ser afetado positivamente), como também podemos andar na rua, tropeçar e arrebentar o chinelo e nos zangarmos com isso (ser afetado negativamente). Logo, não devemos condicionar nossa felicidade a esses afetos passivos (paixões), pois são inconstantes, de forma que um dia o que nos trouxe suma felicidade, pode repentinamente nos trazer suma tristeza.

Para Espinosa "a mente está submetida a tanto mais paixões quanto mais tem idéias inadequadas" (EIII, prop 1, cor.), isto é, quanto mais ideias confusas uma pessoa tiver, maior será sua dependência de causas externas para ser feliz, ou seja, estará submetida mais às paixões do que às ações.

[3] Por enquanto, podemos compreender a potência de agir como o "desejo por viver". Para mais esclarecimentos, ir para a seção sobre a potência de agir.

Ao contrário disso, somos ativos, isto é, temos afetos ativos, quando somos causa total dos nossos afetos. Nos encontramos no campo das **ações** e somos regidos por causas internas. Dessa forma, tomamos as rédeas de nossas vidas, não ficando mais ao sabor dos encontros, mas conseguindo moderá-los ao nosso favor, assim como uma comandante de um barco a vela, usa do vento ao seu favor. Por exemplo, quando tropeço e arrebento o meu chinelo, em vez de me zangar (sendo afetada apenas de uma única forma), posso racionalizar outras formas de ser afetada, como pensar que: foi bom ter arrebentado o chinelo, pois estava mesmo precisando de um chinelo novo.

> É útil ao homem o que dispõe o corpo humano tal que possa ser afetado de múltiplas maneiras ou o que o torna apto a afetar os corpos externos de múltiplas maneiras; e tanto mais útil quanto torna o corpo mais apto a ser afetado e afetar os outros corpos de múltiplas maneiras; e, inversamente, é nocivo o que torna o corpo menos apto a isto. (EIV, prop 38).

Com isso, Espinosa nos diz que o corpo pode transformar-se para estar mais capaz para um maior número de coisas, isto é, consegue lidar melhor com as diversas situações que podem ocorrer. Mas para isso é necessário muito esforço. A razão se alegra com a complexidade, pois através dela amplia sua visão sobre o mundo e logo consegue agir mais. Já a imaginação se aterroriza com a complexidade, procurando sempre o previsível, de forma que se encontre em uma posição confortável, porém não se amplia o campo de visão desse ser humano.

Espinosa rompe com a tradição, ao dizer que a afetividade não é apenas paixão, mas que pode ser ação também. Assim, os afetos não são emoções, são operações do corpo e da mente, de transição ou passagem para o aumento ou a diminuição da potência de existir e agir. Os afetos, para Espinosa, não são vistos como simples emoções que devem ser dominadas, mas como uma maneira de viver e percepcionar o mundo (ESPINOSA, 2018; CHAUÍ, 2016). Os afetos não são uma terra para se conquistar - como diria a tradição - mas uma terra para investigar. E a razão nesse contexto seria a detetive e não a policial, tendo o papel de analisar e moderar seus afetos e não os prender e evitá-los.

Outra questão com relação aos afetos é que esses não são previsíveis, isto é, dada uma situação, logo a pessoa será afetada dessa forma ou de outra forma. Os afetos que cada um possui são determinados conforme a potência e as memórias de cada pessoa. Segundo Espinosa, “homens diferentes podem ser afetados de diferentes maneiras por um só e o mesmo objeto, e um só e o mesmo homem pode ser afetado de diferentes maneiras por um só e o mesmo objeto em tempos diferentes” (EIII, prop 51). Isso significa dizer que duas pessoas

podem ser afetadas ao mesmo tempo por uma mesma coisa de diferentes maneiras. Ou que uma mesma pessoa pode ser afetada por um mesmo objeto de diferentes maneiras, em períodos diferentes.

Com isso, pode suceder de uma pessoa amar uma coisa e outra detestar essa mesma coisa, ou o que um teme o outro não temer, ou ainda, o que uma pessoa ame agora, antes essa mesma pessoa detestava. Por exemplo, uma pessoa pode amar um time de futebol, enquanto outra detesta esse mesmo time, ou uma pessoa pode amar falar em público, enquanto outra tem pavor. Ou ainda, essa mesma pessoa que hoje ama falar em público, um dia pode já ter se apavorado com essa ideia. Ou uma mesma pessoa que hoje é vegana, um dia já pode ter pensado ser impossível viver sem comer carne, e assim por diante. Esse é o eterno *devir*, a eterna mudança, na qual podemos notar pela simples observação da natureza: a constante transformação, seja de um bebê a um idoso, ou de uma lagarta a uma borboleta, ou de uma semente a uma árvore.

> Não desejamos nada porque o julgamos bom, mas, ao contrário, chamamos bom ao que desejamos; e, consequentemente, denominamos mau aquilo a que temos aversão; portanto, cada um, por seu afeto, julga, ou seja, estima o que é bom, mau, melhor, pior e, por fim, o que é ótimo e o que é péssimo (EIII, prop 39, esc).

Logo, cada pessoa por seu afeto julga o que é bom ou mau, belo ou feio, justo ou injusto, prazeroso ou temeroso, e assim por diante. Ou em outras palavras, a pessoa irá julgar conforme o afeto que determinada afecção produziu em seu corpo. Como a afecção é da ordem do encontro, então podemos dizer que a pessoa julga a partir do afeto que foi produzido por um encontro. Por exemplo, se de um encontro a pessoa foi afetada por alegria, logo ela julga aquilo como bom, caso contrário, se ela tiver sido afetada por tristeza julgará aquilo como mau.

Na terceira parte da Ética Espinosa ainda, nos traz uma seção com as definições dos afetos, nos apresentando o conceito de 48 afetos. Entretanto, ele também nos diz que os afetos podem se compor entre eles de tantas maneiras e assim formarem tantas variações, que se tornaria inviável tentar enumerar todos os afetos. Espinosa então, apenas lista alguns dos principais afetos, pois dar continuidade a essa lista atenderia mais a curiosidade do que a utilidade (EIII, prop 59, esc.).

Para Espinosa existem três afetos primários: Alegria, Tristeza e Desejo. Todos os outros afetos se originam a partir desses três (EIII, prop 59, esc.). A alegria expressa “a passagem do homem de uma perfeição menor a uma maior” (EIII, def. dos afetos 2), ou seja,

a percepção do aumento da nossa força para existir e agir (forte realização do ser), a tristeza expressa "a passagem do homem de uma perfeição maior a uma menor" (EIII, def. dos afetos 3), isto é, a percepção da diminuição da nossa força para existir e agir (fraca realização do ser), e o desejo "é a própria essência do homem enquanto é concebida determinada a fazer [agir] algo por uma dada afecção sua qualquer" (EIII, def. dos afetos 1), ou seja, esse exprime o sentimento que nos determina a existir e a agir de uma certa maneira estabelecida (ESPINOSA, 2018; CHAUÍ, 2016).

2.3 A POTÊNCIA DE AGIR E A FORÇA DOS ENCONTROS

A potência de agir é da ordem dos encontros, isto é, a capacidade de afetarmos e sermos afetados. Quanto maior a nossa capacidade de afetar e ser afetado, maior será a nossa potência de agir; o contrário também ocorre, quanto menor a nossa capacidade para afetar e ser afetado, menor será a nossa potência de agir (EIII, post. 1). Alguns desses encontros entre o nosso corpo e os outros corpos ou entre as nossas ideias e outras ideias são bons encontros, isto é, encontros que convêm. Todo bom encontro promove um sentimento de alegria, e esse aumenta a nossa capacidade ou potência do nosso corpo para agir. Nos maus encontros, já ocorre o oposto, esses inibem o nosso corpo a agir (EIII, prop 1). Logo, podemos dizer que:

Potência de agir = Potência de ser afetado

O que define a nossa essência é a nossa potência de agir, que Espinosa chama de *conatus*. O *conatus* é o esforço que o corpo possui em perseverar na existência, ou ainda, o esforço de autoconservação, ou seja, o seu desejo por permanecer existindo (EIII, prop 6 e 7). Dessa forma o *conatus* está intimamente ligado ao *esforço*. Este quando referido apenas a mente, chama-se *vontade*, porém, quando referido à mente e ao corpo simultaneamente chama-se *apetite* ou *desejo*. O que difere *desejo* e *apetite*, é que o primeiro o ser humano tem consciência e o segundo não, assim podendo ser definido da seguinte maneira: "o desejo é o apetite quando dele se tem consciência". (EIII, prop 9, esc.). Logo, o *conatus* ou a nossa potência de agir é o desejo pela vida, a nossa vontade por viver e existir.

Tabela 2: Relação entre vontade, apetite e desejo (Fonte: Autora, 2022).

Vontade	Apetite	Desejo

Mente	*mente + corpo (inconsciente)*	*mente + corpo (consciente)*

Espinosa constata que "não nos esforçamos, queremos, apetecemos, nem desejamos nada porque o julgamos bom; ao contrário, julgamos que algo é bom porque nos esforçamos por ele, o queremos, apetecemos e desejamos" (EIII, prop 9, esc.). E quanto maior a nossa potência de agir, maior será o nosso esforço para conseguir o que desejamos, de modo a nos impulsionar a agir, a pensar adequadamente, a sair da inércia e, por conseguinte, a alcançar o que ansiamos.

Quando trazemos a potência de agir para o campo das políticas públicas, podemos notar que essa se faz necessária para uma política pública ser de fato eficaz. Isso fica evidenciado através do seguinte trecho extraído do livro "Meio Ambiente, a Lei em suas mãos", escrito por Estela Neves e André Tostes:

> A legislação sozinha não resolve nada [..]; A força e eficácia das normas jurídicas dependem de uma série de condicionantes. [..] Em todos eles, um elemento é fundamental: vontade. Vontade de homens, mulheres e crianças, empenhados em fazer valer seus direitos, cada um no seu lugar da sociedade [...] (*apud* BAHIA, 2011, p. 50).

O conceito "vontade" colocado pela autora e pelo autor como fundamental para a efetividade de uma lei, está intrinsecamente relacionado à potência de agir, como vimos anteriormente. Para Espinosa o conceito "vontade" desse trecho, seria relativo ao seu conceito de "desejo", nesse excerto, o desejo por uma sociedade melhor. Espinosa nos mostra como a potência de agir ou a potência de ação[4], pode ser uma ferramenta para o ser humano transformar a realidade ao seu redor em virtude de seu pensamento adequado e da consequente intervenção na realidade, ou seja, através de uma ação. Essa ação é desencadeada a partir de um processo de reflexão e autoconhecimento[5] na busca pela sua própria liberdade e felicidade, apresentando-se estes como uma força motriz (COSTA-PINTO *et al*., 2006).

Como vimos na seção sobre os afetos, a potência de ação pode ser diminuída ou aumentada conforme os afetos gerados nos encontros. Aumentamos nossa potência de ação nos encontros alegres, ou quando o ser humano compreende seus afetos e, a partir disso,

[4] Potência de ação é uma expressão usada por Gilles Deleuze (filósofo francês do século XX), que possui a mesma conotação de potência de agir.

[5] Sobre esse processo, na próxima seção o abordaremos em detalhes.

consegue transformar sua realidade. E a diminuímos nos encontros tristes ou quando a pessoa não possui percepção sobre seus afetos e/ou sobre a origem desses, permanecendo inerte a essa realidade. Não se pode evitar encontros tristes, mas Espinosa nos ensina - através da reflexão - como transformá-los e ressignificá-los de maneira a nos potencializar (ARAUJO, 2009; COSTA-PINTO, 2012; COSTA-PINTO, 2017).

2.4 DA SERVIDÃO À LIBERDADE

Como vimos anteriormente, existe um caminho para sairmos da passividade para a ação, ou seja, para sairmos da *servidão* para a *liberdade*. Porém, antes de adentrarmos nesse caminho, vamos compreender melhor qual o nosso ponto de saída e qual o destino a que queremos chegar percorrendo esse caminho. Espinosa define *servidão* como:

> Chamo *Servidão* à impotência humana para moderar e coibir os afetos; com efeito, o homem submetido aos afetos não é senhor de si, mas a senhora dele é a fortuna, em cujo poder ele está de tal maneira que frequentemente é coagido, embora veja o melhor para si, a seguir, porém o pior (EIV, pref).

Espinosa com isso nos mostra que viver na servidão é o mesmo que sermos arrastados pelas externalidades, nos permitindo sermos um joguete na mão do acaso. Viver na servidão é o mesmo que viver na alienação, sendo um estrangeiro em seu próprio corpo; é viver na ilusão, sentindo os afetos e tendo consciência corporal, porém não compreendendo as causas do que o impulsionam, para uma maior ou menor potência. Viver na servidão é o mesmo que viver na fraqueza, sentimo-nos fracos e vítimas a todo instante, nos descredibilizando e nos violentando.

Porém, se percebemos que a servidão apenas nos traz frustrações e angústias, por que ainda permanecemos nesse estado?

Isso ocorre quando somos levados pela paixão. Isso significa dizer que nossa força interna é menor que uma força externa, que nos impulsiona no sentido oposto da razão. Por isso, inclusive, a importância de nos unirmos com pessoas que dialogam com os nossos desejos, pois assim aumentamos nossa força e logo, nos tornamos mais resistentes a forças externas. “A força e o crescimento de uma paixão qualquer e sua perseverança no existir não são definidos pela potência pela qual nos esforçamos para perseverar no existir, mas pela potência da causa externa comparada à nossa” (EIV, prop 5). A fim de demonstração, podemos visualizar essa ideia através da seguinte equação:

$$Paixão \ = \ nossa \ força \ interna \ < \ uma \ força \ externa$$

Além disso, outro fator que contribui para a nossa permanência no estado da *servidão* é o fato de existirem alegrias más e tristezas boas. Afetos esses que podem nos confundir e nos levar a tomar decisões que aparentemente nos trazem alegria, porém são superficiais e diminuem a nossa potência ao invés de aumentá-la.

> (...) a tristeza é má apenas enquanto diminui ou coíbe esta potência de agir (...) a alegria é má apenas enquanto impede que o homem seja apto a agir (...) enquanto a alegria é boa, nesta medida convém com a razão (...) e não é uma paixão senão enquanto a potência de agir do homem não é aumentada a ponto de que ele conceba a si e as suas ações adequadamente (EIV, prop 59, dem).

Os desejos, enquanto são forjados em nós por afetos que são paixões, tornam-se cegos, daí que nos levam a optarmos pelo mal, achando que é o bom (EIV, prop 58, esc). Por exemplo, quando o avarento deixa de investir dinheiro em sua saúde a fim de economizar (trazendo-o, a ação da economia, alegria). Entretanto, ele está desenhando seu ser para desenvolver doenças, que irão lhe exigir muitos mais gastos e danos ao seu corpo no futuro, lhe trazendo tristezas maiores. Ou quando o carente se coloca em um relacionamento tóxico, que superficialmente lhe traz felicidade, mas interiormente o anula e diminui sua potência.

As alegrias más estão geralmente associadas a excessos e nos estimulam o contrário do movimento, como a conformidade e a inércia. São eufóricas, explosivas e passageiras. Nos casos que vimos anteriormente, podemos enxergar que o desejo em excesso por dinheiro pode trazer consequências negativas à saúde, ou o desejo em excesso em ter atenção, pode fazer com que a pessoa se sujeite a papéis humilhantes. "Os afetos têm frequentemente excesso, detendo a mente de tal maneira na só contemplação de um objeto, que não pode pensar nos outros." (EIV, prop 44, esc), de tal forma que o avaro só pense em dinheiro, o carente em atenção, o ambicioso em glória, o alcoólatra em bebida, e assim por diante. Logo esse desejo em excesso por algo, os cega ao ponto de deixarem de ver a concatenação dos fatos e verem apenas o objeto de desejo.

"A dor é dita boa enquanto indica que a parte lesada não está ainda apodrecida" (EIV, prop 58, esc). Por exemplo, a vergonha não é uma virtude[6] e está associada à tristeza, porém essa também indica que pelo fato da pessoa sentir vergonha, ainda há o desejo de viver

[6] "A virtude é a própria potência humana, que é definida pela só essência do homem (...) quanto mais cada um se esforça para conservar o seu ser, e pode, tanto mais é dotado de virtude" (EIV, prop 20, dem).

honestamente, o que é melhor do que a pessoa desavergonhada, que não possui desejo algum em viver honestamente. Além disso, a tristeza boa também está associada à mudança, a visão dos fatos e induz à ação. Como por exemplo, quando nos arrependemos, nós temos a oportunidade de analisar nossas ações passadas e desejamos fazer diferente no futuro.

> A tristeza, a queda, oferece o momento e a ocasião para a nova decisão, porque, afinal, se a alegria passiva não tivesse sido, por acidente, causa de tristeza, permanecer-se-ia na passividade alegre, não haveria motivos para desejar outro modo de vida (PAULA, 2007, p. 53).

Logo, a tristeza boa é aquela que gera a mudança em direção a felicidade. E a tristeza má é aquela que nos paralisa, que não contribui para o nosso agir, mas que nos imobiliza (COSTA-PINTO, 2012). Assim podemos enxergar a utilidade da dor ou da tristeza em nos conduzir novamente para o caminho da razão, assim como quando nos aproximamos de uma fogueira e devido a dor do excesso de calor, nos afastamos da fogueira sem nos queimarmos. Portanto, se não sentíssemos dor ao fogo, nos queimaríamos e nos machucaríamos. Dessa forma, a dor assume um papel necessário para nos alertar que estamos indo pelo caminho inadequado das paixões (EV, prop 18, esc).

Deixamos o estado de *servidão*, quando passamos a agir pela razão. "Agir pela razão não é nada outro que fazer algo que segue da necessidade da nossa natureza em si só considerada." (EIV, prop 59, dem). Isso significa dizer que quando agimos pela razão, agimos por necessidade, ou seja, fazemos o que é necessário, o que deve ser feito, independente de nossas paixões ou ilusões. Por exemplo, uma mãe que por afeto é guiada pela paixão, mima o filho; mas que quando age pela razão o educa.

Quando agimos pela razão conseguimos negligenciar um bem presente menor em prol de um bem futuro maior e desejamos ao mínimo algo que nos traga o bem no presente, porém cause algum mal no futuro. Isso ocorre porque "enquanto a mente concebe as coisas pelo ditame da razão, é afetada igualmente, seja pela ideia de coisa futura ou passada, seja pela ideia de uma coisa presente" (EIV, prop 62). Isto significa dizer que, quando estamos sob a condução da razão conseguimos ter um conhecimento adequado da duração das coisas, assim determinamos o tempo de existência das coisas e por conseguinte conseguimos contemplar as coisas futuras e presentes igualmente. De modo, que sob a razão, desejaríamos o bem futuro da mesma maneira que o bem presente.

Porém, nós possuímos um conhecimento extremamente inadequado sobre a duração das coisas e com isso determinamos os tempos das coisas, através da imaginação.

Conduzidos pela imaginação, nosso conhecimento sobre o bem e o mal se torna abstrato, de forma que não conseguimos observar adequadamente a cadeia de fatos de causa e efeito das coisas, fazendo com que tomemos atitudes que nos fazem bem agora, porém em um futuro, podem nos impedir de um bem maior ou nos levar para um mal (EIV, prop 62, esc).

> O juízo que fazemos da ordem das coisas e do nexo das causas, para podermos determinar o que no presente é bom ou mau para nós, é antes imaginário que real; e assim não é de admirar se o desejo que se origina do conhecimento do bem e do mal, enquanto este visa o futuro, pode ser mais facilmente coibido pelo desejo das coisas agradáveis no presente. (EIV, prop 62, esc).

Ou seja, como nós estamos sempre buscando o que nos alegra, e temos dificuldade em dimensionar o tempo das coisas, acabamos optando por algo que nos alegra agora - porém com uma alegria fugaz e passageira - do que algo que nos traga uma alegria maior no futuro. Por exemplo, quando um estudante opta por ir a uma festa, em vez de estudar para um exame que está próximo, ele está escolhendo a festa (alegria instantânea e efêmera) ao invés de estudar (alegria duradoura e estável). Todavia, a segunda escolha aumentaria mais a sua potência do que a primeira. Esse caso nos mostra a importância das tristezas decorrentes das alegrias passivas, já que através da experiência de uma reprovação após uma festa, isso o entristecerá e o pode ser que o faça mudar de direção em uma próxima situação, semelhante a essa.

Outro ponto que Espinosa nos mostra sobre quem é conduzido pelo ditame da razão, é que quando necessário tomar uma decisão, a pessoa conduzida pela razão sempre escolherá dentre dois bens, o maior, e dentre dois males, o menor (EIV, prop 65). Por exemplo, quando uma pessoa precisa escolher como se alimentará, a pessoa conduzida pela razão, compreende que legumes e frutas são um bem maior comparado a doces e refrigerantes, que são um bem menor, já que trazem alegrias a curto prazo.

Logo, “o bem que impede que fruamos um bem maior é na verdade um mal; com efeito, o mal e o bem são ditos das coisas enquanto as comparamos entre si, e um mal menor é na verdade um bem (...)” (EIV, prop 65, dem). Dessa forma comer doces e refrigerantes, comparado a comida saudável, se torna um mal. Ou quando uma pessoa ama a si próprio - o que é um bem -, porém ela se excede, e do estado de contentamento, passa para o de soberba (EIII, def. dos afetos 28, exp). Dessa forma o que seria um bem, com o excesso, a pessoa é cegada e passa a ser um mal, já que esta não enxerga a realidade mais como é, mas esta sob a imaginação.

A partir dessas explicações, podemos distinguir o ser humano que é conduzido pelas paixões (pelo só afeto ou opinião), do que é conduzido pela razão.

> O primeiro, queira ele ou não, faz aquilo que ignora ao máximo; o segundo, porém, não se comporta à maneira de ninguém, a não ser à sua própria, e faz somente o que sabe ser o primordial na vida e que por isso ele deseja ao máximo; por isso, ao primeiro chamo servo, mas ao segundo chamo livre (EIV, prop 66, esc).

Logo, no estado da servidão, não agimos, apenas reagimos conforme as causas externas. Quanto menos pensamos, menos refletimos, concatenando as ideias de maneira confusa, ou seja, pelo primeiro gênero do conhecimento, a imaginação. Nascemos nesse estado, regidos pelas paixões (EIV, prop 68). Agora no estado da liberdade, não estamos mais ao acaso, fazemos o que deve ser feito e não há mais dúvidas e angústias. Há espaço apenas para o esforço, a potência e a felicidade. As alegrias passivas (que ocorrem por acidente) começam a se tornar ativas, isso ocorre através das formações das noções comuns - segundo gênero do conhecimento.

Através das noções comuns, começamos a fazer ligação entre partes e partes: se eu cozinhar dessa forma a comida fica melhor, se eu caminhar nesse horário tenho mais segurança, se eu dormir até esse horário, no outro dia tenho mais disposição. No início começa-se com concatenações simples, de uma parte para outra, traçando regras ou condições para essas descobertas.

Na paixão alegre, ganhamos uma torta de limão e nos alegramos com esse presente. Já na ação alegre, aprendemos como fazer essa torta de limão ou a onde a compramos. Na ação, sabemos como reproduzir aquela alegria novamente. Na paixão nós ficamos a depender do acaso para se alegrar novamente, nesse caso, de ganhar a torta de limão um dia novamente.

A potência de agir nasce das noções comuns. Os primeiros instrumentos e ferramentas que temos para formar as noções comuns são os bons encontros. A primeira coisa que precisamos para pensar melhor são boas condições para pensar melhor. Não conseguimos concatenar ideias quando estamos no centro do caos ou confusos (EV, prop 10). Daí, a necessidade de bons encontros, nos quais nos trazem alegria e assim nos dão condição para pensarmos melhor. A seguir ilustramos, através da Figura 2, a relação indissociável entre os “bons encontros”, as “noções comuns” e a “potência de agir”.

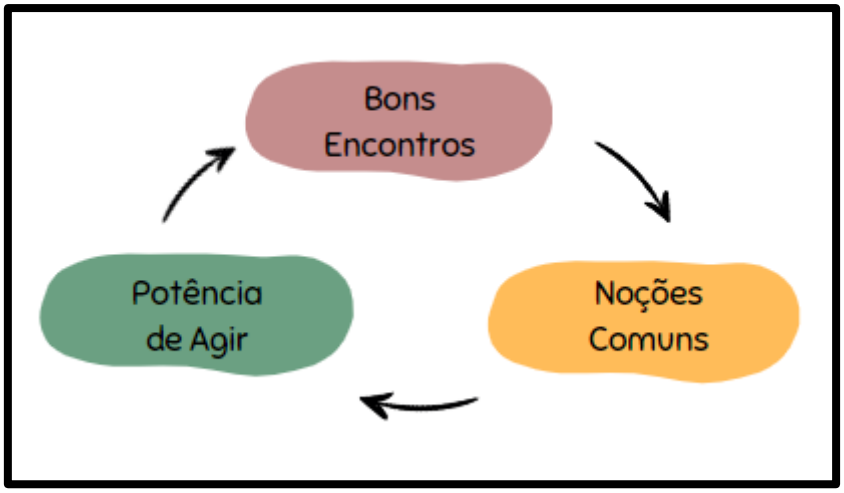


Figura 2: Ciclo da formação e aumento da potência de agir (Fonte: Autora, 2022).

No caminho das noções comuns nós saímos dos modos e entramos nos atributos. Isso significa dizer que saímos de um pensamento limitado e particular e entramos em outro, universal e determinado. As noções comuns são as propriedades universais e necessárias que determinam a relação da parte com o todo. Como vimos na seção dos gêneros do conhecimento, através das noções comuns saímos da imaginação, construindo relações: saímos da parcialidade (limitada) e entramos no todo (visão da cadeia causal), criando um novo modo de percepção de consciência. Dessa forma, a pessoa livre é aquela que:

> (...) se empenha em moderar os seus afetos e apetites pelo só amor da liberdade, aplica-se, o quanto pode, em conhecer as virtudes e suas verdadeiras causas, e em encher o ânimo do gozo que se origina do verdadeiro conhecimento delas; mas de jeito nenhum em contemplar os vícios humanos, difamar os homens e regozijar-se com uma falsa espécie de liberdade. E aquele que diligentemente observar estas coisas e exercitá-las, em breve espaço de tempo poderá dirigir suas ações, no mais das vezes, pelo império da razão (EV, prop 10, esc).

Espinosa, na quinta parte da Ética, nos apresenta o caminho da servidão à liberdade, sintetizando os remédios para os afetos, ou seja, o poder da mente sobre os afetos. Esse caminho consiste em:

1) Identificar seus próprios afetos, isto é, conseguir elencar o que está sentindo;
2) Distinguir os afetos que estamos sentindo, das causas externas que imaginamos confusamente serem as causas verdadeiras que nos fazem sentir-los;
3) Perceber que os afetos que conhecemos a causa, isto é, que provêm da razão, perduram mais no tempo do que os imaginativos, que concebemos confusamente;

4) Enxergar que quanto maior o número de causas conhecidas (através da razão e não de imaginações e projeções) um afeto possui, mais forte esse afeto será;

5) E por último, ser capaz de organizar e compreender a causa primeira de nossos afetos, conseguindo ordenar e concatenar nossos afetos um com os outros das mais possíveis formas que lhe faça o bem a nós (EV, prop 20, esc).

"Por este poder de corretamente ordenar e concatenar as afecções do corpo, podemos fazer com que não sejamos facilmente afetados por afetos maus" (EV, prop 10, esc). Seguindo essa instrução, estamos sob o ditame da razão, logo, aumentamos nossa probabilidade de sermos afetados pelo sumo contentamento, isto é, de sermos felizes e potentes (EV, prop 27). Assim, tanto mais possuímos consciência de nós e da Natureza, ou seja, conhecemos pela causa e não pelo efeito, tanto mais felizes somos (EV, prop 31, esc).

"O primeiro e único fundamento da virtude ou da reta maneira de viver é buscar o seu útil" (EV, prop 41, dem). Ou seja, buscar ser a sua melhor versão, constituindo-se esse o desejo da pessoa que procura o melhor para si e para o mundo. A pessoa que possui esse desejo deve seguir as orientações citadas acima e quando em dúvida de como proceder, deve lembrar-se de apegar-se aos afetos de *firmeza* e *generosidade*. Dado que firmeza é o "desejo pelo qual cada um se esforça para conservar seu ser pelo ditame da razão" e generosidade é o "desejo pelo qual cada um se esforça para favorecer os outros homens e uni-los a si por amizade pelo só ditame da razão" (EIII, 59, esc).

Vale ressaltar que, a felicidade ou a beatitude "não é o prêmio da virtude, mas a própria virtude. E não gozamos dela porque coibimos a lascívia, mas, ao contrário, é porque gozamos dela que podemos coibir a lascívia." (EV, prop 42). Ou seja, é porque somos felizes que conseguimos coibir os desejos que nos apequenam, já que felizes, temos uma maior potência de agir e gerência sobre os afetos. Estamos em um estado de alegria e assim nosso desejo se volta para o que somos e não para externalidades que interferem no nosso ser. Logo não somos felizes porque conseguimos controlar esses desejos que nos apequenam, mas somos felizes por que nem os desejamos (EV, prop 42, dem).

> Se agora parece árduo o caminho que eu mostrei conduzir a isso, contudo ele pode ser descoberto. E evidentemente deve ser árduo aquilo que tão raramente é encontrado. Com efeito, se a salvação estivesse à mão e pudesse ser encontrada sem grande labor, como poderia ocorrer que seja negligenciada por quase todos? Mas tudo o que é notável é tão difícil quanto raro (EV, prop 42, esc).

Desse modo, se esse for o nosso desejo, ou seja, o que nos move, for alcançar essa alegria sólida, devemos estar cientes que não devemos esperar o fácil. Isso não deve nos desmotivar, mas sim nos instigar. Nos dar um novo propósito, um propósito para uma vida inteira, e não propósitos passageiros e materialistas, que apenas nos completam instantaneamente e nos enchem de ansiedade e vazio ao invés de preenchimento e satisfação.

Esses propósitos se coadunam com o que a educação ambiental crítica propõe: uma vida com sentido, o que nos leva, por consequência, à construção de sociedades sustentáveis que não giram através do desespero e do consumo, como o atual sistema ao qual estamos inseridos. A filosofia de Espinosa, em conjunto com a EA, revoluciona e vivifica o nosso atual modo de vida, fazendo com que paremos de sobreviver e comecemos a viver em ato.

Deleuze nos traz ainda que o caminho da servidão à liberdade é "um método de retificação vital e óptica", isto é, de correção do nosso modo de viver e ver. Constitui-se o método como uma lente que amplia a nossa visão e assim descortina as limitações e impossibilidades que nos cegam. Deleuze ainda evidencia que as demonstrações geométricas de Espinosa são os "olhos da alma. Trata-se do terceiro olho, aquele que permite ver a vida para além das falsas aparências, das paixões e das mortes" (DELEUZE, 2002, p. 19 e 20).

2.5 OS DIÁLOGOS ENTRE A FILOSOFIA DE ESPINOSA E A EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Assim como Espinosa buscava construir uma Ética e não uma moral, a educação ambiental crítica busca construir uma educação não prescritiva e não punitiva, mas sim emancipadora e libertária. Para Araujo (2009, p. 41), "educar é problematizar, é amar", é construir encontros geradores de alegria, de ganho de potência. Segundo Mello (2011), uma proposta da educação ambiental crítica, transformadora e política, consiste na recuperação de sentidos existenciais que a modernidade nos extraiu, nos transformando em seres alienados a nós mesmos, onde a *vida* dá lugar à *produção* e o *ser humano,* à *mão de obra*.

Jacobi *et al.* (2009) nos trazem essa crise civilizatória, apontando como as ações colaborativas de educação ambiental podem transformar esse cenário. O autor e as autoras evidenciam o desafio de se construir novas concepções sobre os saberes, migrando de um conhecimento-adestramento para um conhecimento-emancipação, buscando mudanças de paradigmas. Assim como para Jacobi *et al.* (2009), Espinosa nos ensina que, aumentando

nossa potência de ação através do conhecimento das causas, conseguimos transformar a realidade. Isso significa um conhecimento emancipador que nos dá autonomia para agir.

Ainda com relação à crise atual, na qual a sociedade é adestrada para preencher seu niilismo cultural e político com consumo desenfreado e lazeres alienantes, Espinosa se desponta com uma Ética pautada na procura de sentido existencial para a vida humana. Ele propõe a emancipação dos atores e atrizes. Tanto a educação ambiental crítica, como Espinosa, possuem objetivos e caminhos que dialogam: construir sociedades com pessoas potentes, capazes de transformarem a si próprias e ao mundo ao seu redor na direção de seus sonhos.

Uma das propostas da educação ambiental com a instauração de uma nova ética a ser seguida é a transformação da concepção que temos sobre o meio ambiente. Atualmente, enxergamos a natureza apenas como recursos energéticos, que estão à nossa disposição para nos servir, refletindo uma visão antropocêntrica, especista e utilitarista. Quando Espinosa nos apresenta a uma Natureza na qual não há hierarquia entre os seres, a partir do momento que todos são dependentes uns dos outros, ele nos aponta para o caminho que a educação ambiental busca disseminar na sociedade: uma relação de respeito e cuidado com os ecossistemas e todos os seres vivos. Segundo Costa-Pinto (2012), com essa concepção de Natureza, Espinosa rompe com o modelo desenvolvimentista, que concebe o ser humano como extrínseco à cadeia trófica, colocando-o como intrínseco à Natureza.

Ferraro Júnior e Sorrentino (2011) trazem o pensamento espinosano como forma de solucionar uma problemática: compreendendo-se as causas primeiras do conflito, consegue-se transformá-lo em trampolim para ações inovadoras, pois ao transformar encontros tristes em alegres, o sujeito incrementa sua potência de agir. Com isso, sua força para transformar o mundo é aumentada, se situando como um sujeito ativo, ou seja, participativo na teia de atores. Com isso, constitui-se a participação como um aspecto fundamental para a educação ambiental, que pode ser tecida através do ganho da potência de agir do sujeito, seja ele individual ou coletivo (COSTA-PINTO, 2012).

Destaca-se ainda a relevância desse bom encontro entre a educação ambiental e Espinosa, em tempos em que a servidão é predominante, em que os diálogos dão lugar às polarizações, em que o convívio social se resume às mídias, telecomunicações ou apenas possíveis com entorpecentes. Assim, para ser admitido pelo sistema vigente subordina-se a atitudes autodestrutivas no lugar do autorrespeito. Espinosa e a Educação Ambiental,

tomados em conjunto, se fazem imprescindíveis para a conquista de sociedades vivíveis - sociedades sustentáveis - nas quais plenitude e bem viver sejam abundantes e não raros.

Com isso mostra-se a relação entre a educação ambiental crítica e o pensamento espinosano, dado que ambos possuem como alicerce a emancipação do ator enquanto cidadão ativo que, possuindo compreensão de si mesmo e do mundo consegue transformá-lo. Transformação essa, que pode se dar em uma escala subjetiva e individual, como em uma escala maior, em nível de sociedade. Essa transformação em escala maior, ocorre quando cidadãs e cidadãos se articulam em grupos. Portanto, a filosofia de Espinosa consiste em um fio condutor para as práticas de educação ambiental.

Pontes entre participar e potência de agir: um encontro imanente para a efetivação de sociedades sustentáveis

Podemos compreender melhor a importância da participação quando Espinosa nos mostra que o seu oposto – a passividade – significa o não agir no mundo, é quando somos determinados a existir e pensar pelas causas exteriores, as imagens externas são quem operam nossos apetites e desejos. Encontramo-nos em um estado de *servidão*, que é "deixar-se habitar pela exterioridade, deixar-se governar por ela e, mais do que isso, Espinosa a define literalmente como alienação" – quando o indivíduo se torna passivo, ou seja, "é servo de causas exteriores", encontra-se sob o poder de outros. Neste estado seu *conatus*, ou potência de agir, estão baixos (CHAUÍ, 1995, p. 67).

Para Espinosa, uma participação genuína é fundamental para o aumento da potência de agir, dado que "ninguém pode desejar ser feliz, agir bem e viver bem que não deseje ao mesmo tempo ser, agir e viver, isto é, existir em ato" (ESPINOSA, 1983, p. 238). As sociedades sustentáveis só se realizam com cidadãs e cidadãos potentes, que agem e assim transformam sua realidade e a realidade ao seu redor. Isso ocorre através da participação de sujeitos atuantes e não de objetos alienados, constituindo-se a participação como imanente ao sujeito, já que sem ela este passa a condição de objeto.

Coadunando-se com Sawaia (2001, p. 125), que nos mostra a possibilidade de adotar como indicador de eficiência da participação o conceito de potência de agir. "A participação como potência trata da passagem da passividade à atividade, da heteronomia passiva à autonomia corporal". A potência de agir é da natureza dos encontros, da possibilidade de afetar e ser afetado. Elencar a potência de agir como base da participação em ato, significa ter

como horizonte o empoderamento do sujeito contra a servidão e não o simplificar a ser um bom negociador ou defensor de seus direitos, visto que esses últimos dependem do sujeito não se encontrar em um estado de servidão. Participação como potência é o mesmo que realizar-se como pessoa.

Espinosa ainda nos mostra sobre a participação, que a finalidade de um bom governo não é promover a justiça e a equidade, mas sim garantir a livre expressão de fazer e pensar, permitindo a expressão das potências individuais no âmbito coletivo (sociedade). Isso porque "uma vez que estar potente nos possibilita a realização de ações coletivas tendo um entendimento adequado das causas de nossos afetos, a justiça e a equidade são uma consequência da expressão das potências individuais" (COSTA-PINTO, 2012, p.17). Desse modo, atrizes e atores participativos e não alienados possuem um papel fundamental na construção de sociedades sustentáveis, tomando a educação ambiental em conjunto com a filosofia espinosana como um caminho para tal.

A fim de enxergarmos como podemos caminhar nessa direção e colocar a participação em prática, trouxemos Sorrentino (2006), que nos mostra que dentre uma das questões vinculadas à crise ambiental está o tema da participação. O autor frisa a necessidade de deixar claro o que compreendemos como participação, já que essa pode vir a ser usada como um "chavão" com diferentes intenções (SORRENTINO, 2006, p. 100). A fim de auxiliar na efetivação da participação pautada pela EA crítica, Sorrentino sugere a análise da participação em pelo menos cinco dimensões, essas seriam:

1. **Infraestrutura básica da participação**: temos pouca condição de interferência, porém é essencial para a efetivação da participação. Por exemplo, seria injusto afirmar que tal pessoa não queira participar, sendo que essa mora a 2 horas de distância de onde será a reunião ou não tem acesso à internet. "Há condições básicas de infraestrutura que viabilizam a participação ou a inviabilizam" (SORRENTINO, 2006, p. 100).
2. **Disponibilização de informações**: não devemos nos deixar levar pela hipocrisia de acreditar que participar consiste apenas em nos reunirmos em uma sala para decidir sobre algo, ou no ato de votar por uma coisa. Como as pessoas podem debater sobre algo que não possuem informações suficientes sobre os pontos positivos e negativos daquela decisão? O acesso à informação sobre o tema tratado é indispensável para a ocorrência da participação (SORRENTINO, 2006, p. 101).

3. **Existência de espaços de locução**: para além do acesso à informação, esse terceiro passo consiste em proporcionar espaços para que essas pessoas agora informadas sobre a temática em questão possam dialogar, trocar ideias, afetos, ouvir, falar e se envolver no processo. Esses espaços vão desde reuniões periódicas a trocas online com outras pessoas, nas quais não apenas recebe-se informação, mas também transmite, questiona e dialoga (SORRENTINO, 2006, p. 101).
4. **Tomada de decisão**: quando consegue-se chegar na quarta dimensão da participação, muitas vezes ela é impedida, desmotivando todo o engajamento do grupo. Uma vez que depois de todo o esforço demandado em se informar sobre a questão trabalhada e dedicação de tempo envolvida, o grupo potente e engajado toma sua decisão, porém ela não é levada em conta pela autoridade daquele contexto. Com isso, "precisamos criar mecanismos de representatividade, mas, mais do que isso, precisamos definir quais são os limites de decisão para cada assunto e para cada grupo" e deixar claro isso, a fim de não ocasionar frustrações e afastamentos (SORRENTINO, 2006, p. 102).
5. **Subjetividade**: nessa dimensão, já alcançamos todas as outras anteriores, temos todas as condições objetivas para se ter participação: viabilidade logística; acesso à informação; espaço seguro de diálogo e possibilidade de tomada de decisão. Porém se a pessoa não acredita no que está sendo proposto, não se envolve, ou à maneira espinosana, não deseja aquilo, não adiantará nada. A pessoa participará da reunião, fará a sua função e cumprirá com o que é esperado por ela, mas não haverá nenhuma mudança substancial (SORRENTINO, 2006, p. 102).

Trazemos essas dimensões da participação que Sorrentino (2006) propôs, pois as entendemos como um instrumento que nos auxilia a enxergarmos os passos que precisamos galgar para alcançar a participação em ato.

Vale ressaltar, que com o modelo desenvolvimentista atual, pautado em uma economia de consumo desenfreada e alienante na busca por felicidade, entramos em um ciclo em que nunca a alcançamos. Espinosa nos mostra que "toda a felicidade ou infelicidade consiste apenas na qualidade do objeto, ao qual aderimos por amor". Isso significa dizer que, quando amamos algo passageiro, nossa mente se tornará instável e agitada; ao passo que, quando amamos algo eterno e infinito, nossa mente é pura alegria (COSTA-PINTO, 2019, p. 10). Inseridos em uma sociedade em que a felicidade tem como base o materialismo, e tudo que é material é passageiro, concluímos que atingir a felicidade nessa lógica é uma ilusão.

Isso não é ao acaso, mas um projeto político, dado que com esse cenário temos um círculo retroativo de miséria e consumo, que alimenta constantemente – e cada dia mais intensamente – a roda do capitalismo. Para, assim, os detentores do poder manterem uma população alienada e passional (não participativa) que sustenta seus privilégios exorbitantes.

Com essa explanação, observamos a importância de participar em ato, da urgência da popularização da filosofia de Espinosa e da educação ambiental como um meio para alcançarmos sociedades sustentáveis. Tanto a filosofia espinosana, como a educação ambiental, almejam a libertação dos indivíduos, através do aumento de sua potência, ou seja, o empoderamento de cada cidadã e cidadão, tornando-os atrizes e atores participativos.

Capítulo 3. O cenário da história e os caminhos metodológicos da pesquisa

> *"O ser humano aprende a ser humano aprendendo as significações que os outros humanos dão à vida, à terra, ao amor, à opressão e à libertação" (Paulo Freire).*

Neste capítulo trazemos o contexto de onde nossa pesquisa foi realizada, apresentando como podemos utilizar dos subsídios teóricos mostrados anteriormente, a fim de sair do mundo das ideias para o mundo das coisas. Além de mostrar a rota do caminho traçado, para através deste sair da abstração e se atingir a materialização da pesquisa.

3.1 O PARQUE NACIONAL DO PAU BRASIL

O Parque Nacional do Pau Brasil - PNPB foi criado em 20 de abril de 1999, em comemoração aos 500 anos do Brasil, sendo aberto ao público apenas em 2016, 17 anos depois de sua criação. Inicialmente, com área de 11.538 hectares, foi ampliado para 18.934 hectares em 11 de junho de 2010 e em 2013 com a instalação de marcos geodésicos em seu perímetro, sua área foi ajustada para 19.027 hectares. O parque destaca-se por se tratar de um dos maiores remanescentes de Mata Atlântica de tabuleiro ainda em bom estado de conservação e por possuir uma das maiores populações remanescentes da árvore pau-brasil *Caesalpinia echinata* (ICMBio, 2016, p. 104).

O PNPB está situado integralmente no município de Porto Seguro e localizado na zona costeira do extremo sul do Estado da Bahia (Figura 3), na região conhecida como Costa do Descobrimento, já que, no ano de 1500 a esquadra portuguesa aportou nesta região, demarcando na historiografia o marco do descobrimento do Brasil. A Costa do Descobrimento foi reconhecida pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) em 1999 como Patrimônio Natural Mundial em razão do seu alto valor com relação à preservação de ecossistema e científico, possuindo interesse universal. Abrange 12 municípios no sul da Bahia e quatro no norte do Espírito Santo. Esse título da região que o PNPB está inserido viabiliza a articulação com parcerias

intergovernamentais, e ainda auxilia na captação de recursos internacionais para o parque (ICMBio, 2016, p. 33).

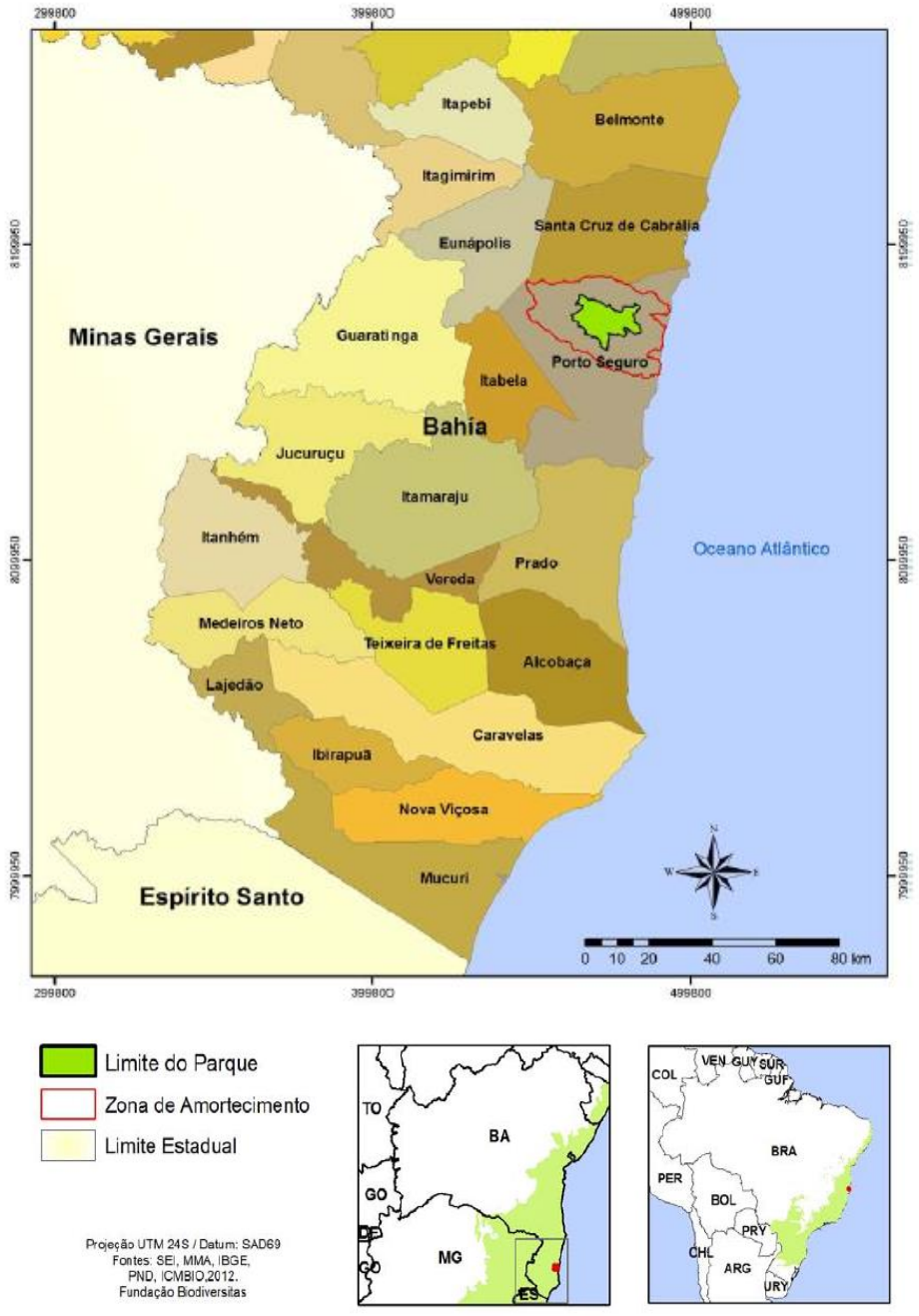


Figura 3: Localização geográfica do PNPB no município de Porto Seguro e na região do extremo sul da Bahia. Fonte: ICMBio, 2016.

A origem do nome do parque é devida, como mencionado anteriormente, a área do PNPB abrigar uma importante população remanescente de pau-brasil. Pela Lei nº 6.607, de 7 de dezembro de 1978, o pau-brasil foi declarado Árvore Nacional do Brasil. Porém, a espécie encontra-se na lista do IBAMA de espécies ameaçadas de extinção na categoria "vulnerável", e na da IUCN na categoria "em perigo". Antes a espécie encontrava-se distribuída ao longo

da costa atlântica desde o Rio de Janeiro até o Rio Grande do Norte. Atualmente, ela pode ser encontrada, eventualmente, em estado silvestre na costa brasileira, sendo o extremo sul da Bahia sua principal região de ocorrência natural. Seu nome em tupi é ibirapitanga, ou "madeira vermelha" e em português deriva da cor de brasa da resina vermelha presente em sua madeira. A resina foi usada pela indústria têxtil europeia e a madeira vermelha para a marcenaria, criando uma intensa exploração do mercado. Em algumas décadas já não existiam árvores suficientes para suprir a demanda, ocasionando alta devastação (ICMBio, 2016, p. 104).

Assim, o pau-brasil deu nome ao parque e ao nosso país, sendo o Brasil o único país no mundo com nome de árvore e ao mesmo tempo o terceiro que mais mata ambientalista, denunciando o cenário da crise socioambiental que nosso país vem enfrentando (ICMBio, 2016: 104; BETIM, 2020).

Com relação à sua geomorfologia, a predominância é de Tabuleiros Costeiros (ou litorâneos), possuindo altitudes que variam entre 50 a 150 metros (ICMBio, 2016, p. 118). No que concerne a sua hidrografia, o parque situa-se no interflúvio de dois dos maiores rios regionais: Buranhém e Frades. A maior parte dos rios que drenam o PNPB são de 1ª e 2ª ordem, isso significa que possuem suas nascentes no interior desta UC. Proteger a região do parque é o mesmo que proteger diversas nascentes da região, constituindo o PNPB como uma área imprescindível para a segurança hídrica. Com isso, o parque funciona também como protetor de um conjunto de mananciais que abastecem e drenam a área litorânea local, mostrando-se de grande relevância hídrica (ICMBio, 2016, p. 129).

O PNPB está localizado no bioma Mata Atlântica, reforçando a importância da criação do parque, já que a Mata Atlântica foi classificada como um *hotspot* de biodiversidade (ICMBio, 2016, p. 30). Norman Myers, ecólogo inglês, criou em 1988 o conceito de *hotspot. Hotspots* são áreas caracterizadas pela sua alta biodiversidade e que estão sob maior ameaça, devendo ser uma área com pelo menos 1.500 espécies endêmicas de plantas e que tenha perdido mais de 3/4 de sua vegetação original (ICMBio, 2016, p. 30). Dentro da categoria de UC de Proteção Integral que se encontram dentro do bioma Mata Atlântica, o parque é responsável pela proteção de 2% desse montante de terras protegidas, contribuindo para a proteção e a preservação dos ecossistemas naturais (ICMBio, 2016, p. 30), além do parque possuir como vegetação predominante a Floresta Ombrófila Densa (ICMBio, 2018, p. 29).

O PNPB também tem uma significativa fauna, abriga espécies raras, ameaçadas de extinção, e endêmicas da Mata Atlântica. Além de espécies que são vulneráveis à fragmentação florestal, como o gavião-real (*Harpia harpyja*), espécie bandeira[7] ameaçada e rara. No parque foram registradas mais de 200 espécies de aves, o que equivale a 11% das espécies de aves do Brasil. Há 18 espécies registradas no PNPB como ameaçadas de extinção, 13 espécies considerando a lista global (IUCN) e 16 considerando a lista nacional do IBAMA. O parque ainda é relevante para a manutenção de populações de mamíferos, como a queixada (*Tayassu pecari*), a anta (*Tapirus terrestres*) e a onça parda (*Puma concolor*) (ICMBio, 2018, p. 29).



Figura 4: Rio da Barra na Área de lazer da "Jaqueira", dentro do PNPB. É um dos atrativos do parque e é destinada para piquenique, contemplação e banho. Fonte: Da autora, 2019.

[7] Espécie bandeira é um conceito criado para espécies que possuem características apropriadas para um apelo regional ou internacional, com o propósito de chamar a atenção e sensibilizar a sociedade. São escolhidas pela sua atratividade e carisma junto ao público. E usadas estrategicamente, pois conservando-as conserva-se todo o ecossistema ao seu redor (Caro & O´Doherty, 1999 *apud* ICMBio, 2016, p. 166).



Figura 5: Maior pau-brasil do PNPB e um dos mais antigos do Brasil. Fonte: Da autora, 2019.



Figura 6: Centro de Visitantes do PNPB, visão externa. Fonte: Da autora, 2021.



Figura 7: Centro de Visitantes do PNPB, visão interna, ângulo 1. Fonte: Da autora, 2021.



Figura 8: Centro de Visitantes do PNPB, visão interna, ângulo 2. Fonte: Da autora, 2021.

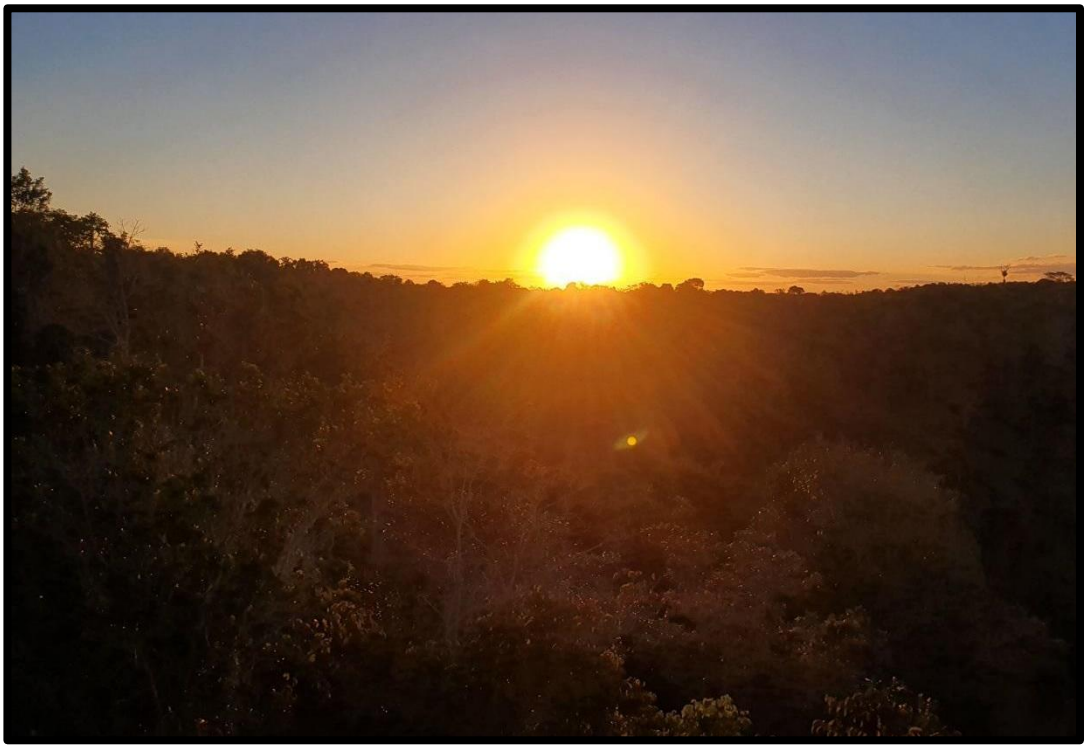


Figura 9: Pôr do sol visto do mirante do PNPB. Fonte: Da autora, 2021.

Para uma gestão mais inclusiva do Parque e considerando o art. 29 da Lei nº 9.985 (SNUC), foi criado pela Portaria do IBAMA nº 53 de 18 de agosto de 2005 o Conselho Consultivo do Parque Nacional do Pau Brasil (CCPNPB), renovado através da Portaria ICMBio nº 18 de 27 de fevereiro de 2014 e modificado pela Portaria nº 02, de 19 de setembro de 2018 (ICMBio, 2019, p. 1).

O CCPNPB é uma instância consultiva, voltada para a orientação e o planejamento das atividades do Parque e de sua área de entorno. Possui o propósito de cooperar com a implantação e implementação de ações destinadas à realização dos objetivos da Unidade de Conservação (ICMBio, 2018, p. 40). As instituições conselheiras possuem um mandato de dois anos, com a possibilidade de renovação por igual período (ICMBio, 2019, art. 7º e 27) conforme a dinâmica das relações institucionais do território. As instituições são escolhidas através de eleições, nas quais são realizadas pelo voto das entidades que se fizerem representar na reunião de escolha (ICMBio, 2019, art. 44).

Além disso, o conselho possui reuniões ordinárias a cada trimestre, e reuniões extraordinárias, a qualquer momento, por convocação da Presidência do CCPNPB ou quando solicitadas por maioria simples (50 % mais um) dos membros do Conselho (ICMBio, 2019, art. 30). A função de conselheira ou conselheiro não é remunerável e possui grande relevância social (ICMBio, 2019, art. 27).

E quais são os desafios?

Aqui pretendemos fazer uma breve contextualização de alguns problemas socioambientais do PNPB, chegando-se à conclusão de que estes são indissociáveis, por serem interdependentes, isto é, os problemas se relacionam entre si (ICMBio, 2018, p. 51). Por exemplo, um dos problemas âncoras do PNPB, segundo o PPPEA, é a ausência do sentimento de pertencimento da população local em relação ao Parque, a qual ocasiona diversos problemas, como falta de afinidade das comunidades com o Parque, carência de consciência ambiental da população (ICMBio, 2018, p. 60) e decorrente disto a prática da caça ilegal. Além disso, é importante ressaltar que a caça ilegal também pode estar associada a questões econômicas e culturais (SANTOS *et al.*, 2018). A caça não necessariamente advém da falta de consciência ambiental – podendo advir da fome, de elementos culturais antigamente aceitáveis e legítimos, como lazer, status social, ganância, coerção, entre outros,

e inclusive a falta de consciência ambiental, além da falta de informação sobre a legislação ambiental.

Os problemas levantados nesta seção foram extraídos do Plano de Manejo e do Projeto Político Pedagógico de Educação Ambiental (PPPEA) do PNPB. A intenção aqui não é esgotar todos os seus possíveis desdobramentos e causas, porém apresentar um panorama dos problemas do PNPB.

O PNPB sofre pressão exercida pela caça ilegal em toda a sua extensão (ICMBio, 2016, p. 183). Em particular com a pandemia de covid-19, a qual causou um aumento da desigualdade, uma alta na inflação e um empobrecimento significativo da população (ROCHA, 2021), a atividade da caça ilegal provavelmente deve ter se ampliado. A caça ainda aparece como a segunda maior causa do declínio das espécies de mamíferos ameaçadas de extinção presentes na lista nacional, ficando atrás somente da perda de habitat e desmatamento (Chiarello *et al*., 2008 *apud* ICMBio, 2016).

Na área norte do entorno do Parque se encontram as comunidades Bom Jesus, Nossa Senhora Aparecida, Projeto Vale Verde e o distrito de Vale Verde. Devido à escassez de estruturas nestas comunidades, relativas à saneamento, saúde e educação, estas proporcionam altos riscos ao parque, como a abertura de novas áreas para cultivos agrícolas, extrativismo vegetal, descarte inadequado de resíduos e a caça a animais silvestres (ICMBio, 2016, p. 184). Na região ao sul do PNPB, a maior ameaça é devido ao uso de agrotóxicos pelos produtores rurais, agravado pela empresa Veracel, que utiliza agrotóxico (principalmente formicidas) para o cultivo (ICMBio, 2016, p. 184).

Já ao leste da UC, encontram-se os distritos de Arraial D'Ajuda, Trancoso, a área urbana de Porto Seguro, além das comunidades e propriedades rurais. O turismo e a expansão urbana são as principais ameaças por promoverem indiretamente a presença de lixões com volumes maiores em alta temporada, o desmatamento, a extração de plantas tropicais e de areia para construções, além da caça também ser recorrente na região (ICMBio, 2016, p. 184).

Na região oeste do entorno do parque, a principal pressão é em função das barragens construídas nas nascentes e rios que correm na direção oeste-leste (ICMBio, 2016, p. 184). Essas barragens muitas vezes são frágeis, tendo moradores locais relatado a ocorrência de

acidentes com a ruptura dessas. Além disso, se mal geridas, podem modificar os cursos d'água resultando em um maior risco de invasão de peixes exóticos. Ainda, segundo o plano de manejo do parque, foi levantado um número considerável de barramentos nos rios que drenam em direção ao PNPB (ICMBio, 2016, p. 184). Um segundo problema levantado para essa região foi o uso de agrotóxicos, devido à produção de mamão e café pela comunidade de Vera Cruz, sua principal fonte de renda (ICMBio, 2016, p. 184).

Com esse cenário, algumas medidas a fim de atenuar esses impactos seriam, por exemplo: 1) capacitação em agroecologia para pequenos produtores rurais, além de melhorias na logística para o escoamento da produção, proporcionando viabilidade econômica ao projeto; 2) realização de campanhas de preservação da fauna para os moradores do entorno do PNPB; 3) construção de um espaço comunitário, uma vez que boa parte da população local não tem conhecimento sobre o parque - aproximando-a da UC; e 4) capacitação e credenciamento de guias do parque, sendo pré-requisito que sejam moradores da região (ICMBio, 2016; ICMBio, 2018).

Outra linha de ação para o enfrentamento dos problemas seria a criação de grupos articulados e capacitados, a fim de pressionar a prefeitura para implementar saneamento básico, coleta seletiva, além de outros serviços essenciais, além da promoção de pontes de diálogo entre o Comitê de Bacias Hidrográficas dos rios Frades, Buranhém e Santo Antônio e a gestão do parque, visando monitorar os recursos hídricos a fim de tomar medidas preventivas ao invés de remediativas (ICMBio, 2016; ICMBio, 2018).

São inúmeras as ações que podem ser realizadas para erradicar ou mitigar os problemas levantados, intencionando-se aqui elencar alguns desses caminhos e perspectivas, sem limitar essas ações e fomentando debates, entendendo que estas medidas estão em processo contínuo de evolução.

3.2 A CONSTRUÇÃO DO PPPEA E DA CTEA DO PNPB: SAINDO DA ILHA

Antes de adentrar no Projeto Político-Pedagógico de Educação Ambiental (PPPEA), vale explanar que este possui suas raízes no Projeto Político-Pedagógico (PPP), que foi criado originalmente para fazer uso no âmbito escolar. Os PPPs ganharam caráter legal em 1996 com a instituição da Lei nº 9394/96, conhecida como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). Esse avanço na legislação brasileira permitiu às escolas uma maior autonomia, já que

agora as próprias escolas construiriam seus projetos, compatíveis com suas demandas e com a situação do território, no qual estão inseridas (ICMBio, 2018, p. 75).

A inserção dos Projetos Político-Pedagógicos na educação ambiental veio através do lançamento do Programa Nacional de Formação de Educadores Ambientais (ProFEA) em 2004. Uma das ferramentas metodológicas propostas pelo ProFEA foi a construção de projetos políticos pedagógicos, a fim de organizar Coletivos Educadores em diversas instituições e seus territórios (ICMBio, 2018, p. 75).

Além dos princípios dos projetos políticos pedagógicos dialogarem com os da educação ambiental em vários aspectos, como ambos buscarem o pluralismo de ideias, transparência, participação, respeito, entre outros. Ainda também compartilham da ideia do processo educativo ser contínuo e permanente, fazendo assim com que um PPPEA não se acabe em si só, mas que seja apenas o início de uma caminhada de aprendizado e crescimento permanente, para assim ser de fato efetivo (ICMBio, 2018, p. 77).

O Parque, o PPPEA e a CTEA

O PPPEA do PNPB foi construído entre outubro de 2016 a abril de 2018, com uma média de 500 pessoas envolvidas durante todo o processo. Participaram do processo moradoras e moradores das comunidades do entorno do Parque, das quais evidenciam-se: Sapirara, Coqueiro Alto, Trancoso, Fazenda Santa Maria, Vera Cruz, Vale Verde, Arraial D'Ajuda e Trancoso; e também representantes do poder público nas esferas federal, estadual e municipal, instituições de ensino superior, escolas, movimentos sociais, sociedade civil e setor privado atuantes no território (ICMBio, 2018, p. 16).

Para a construção do PPPEA ser efetiva, foi pensado pela facilitadora do processo, Maria Henriqueta Andrade Raymundo (representando o Projeto Assentamentos Agroecológicos/PAA – NACE-PTECA/ESALQ/USP) - com base em experiência anterior com construção de PPPEA em outra UC - a necessidade da criação de um grupo de pessoas engajadas, interessadas e comprometidas, que participassem desde o início da sua elaboração, a fim de assegurar que o PPPEA fosse, de fato, um instrumento construído a várias mãos, participativo e democrático. O objetivo foi que, ao fim da construção do documento, existisse um grupo de pessoas que pudesse tocá-lo adiante, para garantir sua continuidade e fazer sua

gestão. Esse propósito se coaduna com o propósito do PPPEA de constituir-se em um documento vivo (ICMBio, 2018, p. 16).

Assim, foi criada a Câmara Temática de Educação Ambiental (CTEA) do Conselho Consultivo do Parque Nacional do Pau Brasil, já como o primeiro desdobramento do processo de elaboração do PPPEA. A CTEA foi construída já com olhar de horizonte, buscando novos caminhos, procurando "estourar a bolha" da unidade de conservação e sair da "ilha" (ICMBio, 2018, p. 16).

Com isto, o processo da elaboração do PPPEA foi realizado no âmbito da CTEA, por meio de técnicas, estratégias e ferramentas metodológicas, dentro de princípios que se relacionam com os do PPP e da EA: democráticos, participativos, pluralistas, críticos, emancipatórios e solidários. Nesse mesmo processo, a CTEA foi sendo fortalecida através de atividades de formação em projetos político-pedagógicos e educação ambiental que foi denominado como "autoformação da CTEA", chegando a 80 horas/atividades. Essas atividades foram desenvolvidas e facilitadas pelo Projeto Assentamentos Agroecológicos - NACE-PTECA/ESALQ/USP em conjunto com a própria CTEA, enquanto a logística ficou sob a responsabilidade do Parque Nacional do Pau Brasil. A autoformação foi feita entre dezembro de 2016 a março de 2018 (ICMBio, 2018, p. 16).

Para além da esfera da CTEA, criou-se também a "CTEA ampliada", a fim de que se abrisse o processo da construção do PPPEA ao maior número de pessoas possíveis, dado que houve um grande interesse das comunidades e de outros setores pela construção do PPPEA. No âmbito da CTEA há um número limitado de pessoas com cadeira na câmara, com isso, abriram-se as oficinas, rodas de conversa e os eventos para toda a comunidade, o que foi chamado então de "CTEA ampliada". Logo, essa medida pode contribuir para a promoção de uma maior participação durante o processo de construção do PPPEA (ICMBio, 2018, p. 16).

Dentre diversas atividades bem-sucedidas nesse processo, destaca-se o Encontro "Agroecologia, Biodiversidade e Educação Ambiental: Projeto Político-Pedagógico de Educação Ambiental do Parque Nacional do Pau Brasil". Ele foi o fechamento de um conjunto de ações que mobilizou o território para construir o PPPEA. Esse encontro teve participação de cerca de 200 pessoas, entre moradoras e moradores do entorno do parque, agricultores e agricultoras, lideranças comunitárias, gestoras e gestores públicos, técnicos e técnicas, estudantes, professores e professoras e outros. O encontro contratou a APRUNVE

(Associação de Produtores Rurais Unidos Venceremos) para fornecer a todos os participantes almoço e lanches agroecológicos. Observa-se com isso, a *práxis* do processo, no qual teoria e prática dialogam, já que a APRUNVE é uma associação de produtores da região, que se encontra no entorno do PNPB. Assim, foi favorecida a economia local e solidária - apoiando parceiros da região; ao invés da economia desenvolvimentista, usualmente empregada.

Esse exemplo do Encontro, nos mostra como é essencial e possível mudanças culturais que promovam a conservação da natureza, saúde e emancipação de sujeitos, indo em direção a sociedades sustentáveis (ICMBio, 2018, p. 17 e 18). Esse ponto foi mencionado com alegria por todos os entrevistados dessa pesquisa. Houve também a produção de um vídeo[8] mostrando pontos marcantes deste processo. Para além de um produto, o vídeo também pode ser encarado como uma ferramenta pedagógica usada na própria construção para a problematização da realidade do território.

Sob a perspectiva dos envolvidos na construção do PPPEA do PNPB, as finalidades dele são: organizar, nortear e potencializar as ações no território, envolver as comunidades nos processos educacionais e de gestão socioambiental, definir um planejamento a partir da realidade, da história e das comunidades. Espera-se, ainda, que o PPPEA possa fortalecer e trazer maior visibilidade ao Parque e seu território, além de ser uma bússola para orientar a transformação da realidade sem perder o destino desejado. Com isso, se enxerga a importância da constante avaliação, para corrigir a rota, se necessário e estar alerta às mudanças (ICMBio, 2018, p. 80).

Sintetizando-se, um PPPEA para ser eficiente, deve ser um documento vivo, isto é, que seja sempre lembrado e relembrado, e colocado em prática e não engavetado depois de "concluído". Pois justamente ele está em permanente construção assim como a Educação Ambiental e a Câmara Temática de Educação Ambiental (CTEA).

[8] O vídeo encontra-se disponível no Youtube através do seguinte link: https://www.youtube.com/watch?v=xtSub8WNb08 (ICMBio, 2018, p. 18).



Figura 10: Roda de Conversa no Assentamento da Aprunve, durante a construção do PPPEA. Fonte: ICMBio, 2018, p. 19.

É possível sair da ilha?

Sair da "ilha" ou estourar a "bolha" não é uma tarefa simples. Do mesmo modo que estamos inseridos em uma sociedade capitalista, condicionada às demandas do mercado, as políticas ambientais brasileiras também se encontram nesse arcabouço, não estando isentas desse contexto (MACHADO, 2020, p. 91). O próprio SNUC não está em desconformidade com a lógica de mercado. Apesar da criação de áreas protegidas estar vinculada justamente como uma resposta ao modelo capitalista de exploração exorbitante dos recursos naturais, ao criar ilhas protegidas, ou seja, unidades de conservação, acaba-se por dar legitimidade ao modo de produção capitalista (BRITO, 1995 *apud* MACHADO, 2020, p. 91).

Isso ocorre, porque ao invés de caminhar para uma lógica nova de funcionamento da sociedade, a fim de deter a exploração exorbitante decorrente do nosso atual modo de produção, optou-se pela saída mais rápida: proteger algumas áreas da devastação capitalista. Assume-se, assim, o potencial destrutivo do capitalismo para toda a natureza, porém esse é escamoteado pela criação das UC, sugerindo que o problema foi solucionado, mas, entretanto, ele foi apenas adiado (MACHADO, 2020, p. 91). À vista disso, vemos a carência de decisões que vão contra o *status quo*, que realmente tragam soluções pela causa e não remediações dos efeitos.

Dado que as UCs foram instituídas dessa forma, como "ilhas" ou "bolhas" de proteção, principalmente nos casos das UCs mais restritivas, devemos compreender a

importância da constatação desse fato, de forma a enfrentar o problema e não ignorá-lo. Com isso podemos ao menos, mitigar os conflitos e desigualdades em torno de uma UC. Para tal feito, Nolasco (2021) nos apresenta a necessidade de um diálogo, em que haja comunicação e não repasse de informação.

Podemos compreender o diálogo como uma ponte entre o emissor e receptor, porém em uma ponta há a universidade, órgãos públicos e privados que são especialistas em determinada área. E na outra ponta há a população que é afetada pelas decisões, mas que é excluída e invisibilizada do debate. Isso ocorre, porque a ponta da academia e das intuições usam de uma fala "bonita" e técnica, entretanto seu discurso não ecoa na sociedade, se inicia e se encerra em seu meio, em sua própria bolha. São discursos tecnicistas, utilizando-se de falas rebuscadas, que não dialogam com a língua das pessoas que são leigas no assunto e que abordam as temáticas como se fossem óbvias (NOLASCO, 2021).

Academia, órgãos públicos, instituições, comitês, conselhos e câmaras buscam por mobilização, porém na maioria dos casos falham. Pois se precipitam ao buscar que a comunidade se mobilize antes destes compreender a temática (NOLASCO, 2021). Assim, por exemplo, se quisermos que uma unidade de conservação cumpra com o seu papel, que ela cumpra o que está escrito no SNUC. Antes de iniciarmos mobilizações sobre proteção e conservação, devemos transmitir para as pessoas o porquê de protegermos UCs, começando por explicando: O que são UCs? Para que servem? Por que este local é uma UC? Quais são as vantagens e desvantagens de uma UC?; Quais os tipos de UCs?; Possíveis efeitos positivos e negativos; Possíveis formas de implementar e gerir UCs que provoquem menos ou mais impactos socioambientais; O que são impactos socioambientais? (NOLASCO, 2021). Esse apontamento de Nolasco (2021) dialoga com a segunda dimensão da participação “disponibilização de informações” que Sorrentino (2006, p. 101) nos apresenta[9].

Logo, devemos decodificar cada conceito que pode parecer óbvio para quem é da área, mas que não é para quem não é da área. O óbvio não existe, existe apenas à qual conhecimento e experiência você teve mais exposição. Assim, se o intuito é que uma UC exista em ato - não como um fim em si mesma, mas como um meio para o desenvolvimento de diversas outras atividades - deve-se decifrar ao máximo o SNUC, expondo esse

[9] As dimensões da participação foram expostas na seção “Pontes entre participar e potência de agir: um encontro imanente para a efetivação de sociedades sustentáveis” deste trabalho.

conhecimento para que mais pessoas adentrem à essa bolha, a ponto de promover tantas intersecções entre as diversas bolhas do saber, até que se consiga "explodir as bolhas" e iniciar os diálogos.

E só assim, depois de iniciado o diálogo, depois que as pessoas compreendem a causa, que saem da superfície dos efeitos, é que estarão potentes e instigadas a se mobilizarem. Antes disso, qualquer intenção de mobilização será em vão. O desconhecido afasta as pessoas. Ainda segundo Nolasco (2021, grifo nosso), primeiro **conhece-se**, em seguida **monitora-se** (observando as condições e analisando se há uma oportunidade para agir) e por último **age-se**, mobiliza-se. Se qualquer peça desse trio estiver fora de ordem, a engrenagem não rodará adequadamente.

A Câmara Temática de Educação Ambiental (CTEA) hoje

Atualmente (junho de 2022) a CTEA conta com 11 cadeiras, distribuídas entre: instituições do governo, associações de comunidades do entorno do Parque, unidades de conservação particulares que se situam na proximidade do Parque e universidades que possuem projetos e ações vinculadas ao Parque. As 11 cadeiras estão preenchidas com as seguintes instituições (informação retirada das atas das reuniões da CTEA):

1. ICMBio - Parque Nacional do Pau Brasil;
2. INEMA - Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado da Bahia;
3. APRUNVE - Associação de Produtores Rurais Unidos Venceremos;
4. ASVALE - Associação de Amigos e Moradores de Vale Verde e Entorno;
5. AMVC - Associação de Moradores de Vera Cruz;
6. ADT - Associação Despertar Trancoso;
7. RPPN (Reserva Particular do Patrimônio Natural) Rio do Brasil;
8. RPPN (Reserva Particular do Patrimônio Natural) Estação Veracel;
9. UFSB - Universidade Federal do Sul da Bahia;
10. UnesulBahia - Faculdades Integradas do Extremo Sul Bahia;
11. ESALQ - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, USP.

O processo de escolha das instituições conselheiras, conforme o que foi elaborado durante a autoformação da CTEA, segue os seguintes critérios:

> - Pessoa com um perfil adequado ao assunto para representar a instituição. Que tenha, no mínimo, o desejo de atuar na educação ambiental e se possível formação e experiência nessa área;
> - Compromisso e disponibilidade para os trabalhos da CTEA;
> - Atuação em alguma atividade territorial (associação, movimento social, projetos socioambientais etc.);
> - Perfil sensível, solidário, cuidadoso, interessado e responsável;
> - Trazer apoio institucional que contribua nos processos;
> - Contribuir com saberes práticos e teóricos (ICMBio, 2018, p. 42).

A CTEA possuía uma frequência de duas reuniões por semestre até antes da pandemia ter sido disseminada no Brasil. Sua última reunião presencial foi no início de março de 2020. Após isso, houve mais 2 reuniões online (uma no dia 17/11/2020 e outra no dia 17/08/2021), que contaram com pouquíssima participação dos comunitários. As reuniões online desmotivaram muito o grupo, impactando fortemente em seu seguimento. Os comunitários justificaram suas ausências pelo fato de não possuírem dados de internet suficientes para uma reunião e os que tentavam participar saíam da sala online muitas vezes, dado a internet instável.



Figura 11: Foto da última reunião presencial do CCPNPB, realizada em março de 2020. Fonte: ICMBio.



Figura 12: Foto da primeira reunião online da CTEA, realizada em novembro de 2020. Fonte: Grupo de whatsapp da CTEA.

3.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS: O CAMINHO DA PESQUISA

Toda pesquisa para ser científica precisa trabalhar simultaneamente com teoria, método e técnicas, o que envolve dialetizar materiais, tendo como base trabalhos anteriores – não a confundindo com uma atividade de consulta. Vale ressaltar ainda a não neutralidade do fazer científico, dado que a pesquisa é realizada por um sujeito que faz parte da sociedade. Esta terá as impressões e indagações de determinada pessoa, logo a pesquisa sempre estará ligada ao tempo e espaço em que foi desenvolvida, não constituindo-se como algo asséptico e isolado de qualquer influência, evidenciando sua fluidez e dinamismo (MINAYO, 2012; LÜDKE; ANDRÉ, 1986).

Para a realização deste trabalho optamos pela pesquisa qualitativa, uma vez que esta considera uma relação indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito, a qual não se consegue traduzir em números. Constituímos a pesquisa qualitativa como descritiva, o ambiente como a fonte direta para a coleta de seus dados e a pesquisadora como seu instrumento chave. Neste caso, o processo e seu significado são os focos principais de abordagem, além de esta possuir uma natureza desreificadora dos fenômenos, do conhecimento e do ser humano (SILVA; MENEZES, 2005; TRIVIÑOS, 1987).

A descrição nas abordagens qualitativas é fundamental para oferecer ao leitor uma apresentação clara do caminho percorrido a fim de atingir os objetivos da pesquisa. Com isso, "o rigor metodológico não é medido pela indicação do tipo de pesquisa, mas por uma descrição clara e detalhada do caminho percorrido e das decisões tomadas pelo pesquisador ao conduzir seu estudo" (ANDRÉ, 2013, p. 96). Como este tipo de abordagem requer detalhamento minucioso dos acontecimentos, é importante que aspectos não previstos sejam incorporados ao estudo (ANDRÉ, 2013).

Com isso, consideramos pertinente elencar os percalços iniciais da pesquisa. Um acontecimento importante não previsto foi a ocorrência da pandemia de COVID-19 no início do estudo, em março de 2020. Como efeito, a pesquisa sofreu várias alterações. Inicialmente, a proposta era trabalhar presencialmente com a CTEA na elaboração e implementação de uma campanha educomunicativa para a redução da pressão sobre a fauna no PNPB e território.

As atividades de campo foram iniciadas dia 11 de março de 2020, ainda na primeira semana de aulas do mestrado. Porém, na semana seguinte foi decretado oficialmente o isolamento devido à pandemia de COVID-19, ou coronavírus. Com isso a CTEA viu-se obrigada a parar com as suas atividades por um tempo. O cenário estava instável, não possibilitando o andamento do trabalho. Depois de 2 meses que a pandemia havia chegado ao Brasil, percebemos que dentre tantas adversidades que surgiram permanecer com a campanha educomunicativa como objeto de estudo seria inviável.

Desse modo, cogitamos uma mudança radical de tema, direcionado para um estudo relativo às questões de gênero. Depois, surgiu a possibilidade de se realizar um levantamento das unidades de conservação do estado da Bahia que trabalhassem com educomunicação. Apenas em julho de 2020 conseguimos fechar um tema para a pesquisa, tentando aproximá-lo ao máximo possível da proposta inicial. Então, em vez de analisarmos o processo de elaboração e implementação inicial de uma campanha educomunicativa sobre a preservação da fauna do PNPB, passaríamos a analisar unicamente o processo de elaboração de tal campanha. Já que para analisar a sua implementação, dado a morosidade consequente da pandemia, o período do mestrado não seria o suficiente.

Porém, no início de 2021 constatamos que em meio ao desmantelamento dos órgãos ambientais, incluindo o ICMBio - órgão responsável pelas unidades de conservação - o projeto da campanha educomunicativa se tornou um sonho distante, pois a campanha passou a ser uma das últimas prioridades da equipe do PARNA Pau Brasil, que se encontrava sem chefe, como parte do contexto sociopolítico de crise sanitária e ambiental que o país vem passando. Com todos esses acontecimentos e inércia da CTEA (dado o contexto pandêmico) com relação à campanha educomunicativa que iríamos analisar, passamos novamente a pensar em um novo objeto de estudo, mas que não se distanciasse tanto das motivações iniciais da pesquisa.

Após um árduo trabalho reflexivo, chegamos à temática da presente pesquisa, que passou a ser: analisar o processo de formação da CTEA, ocorrido durante todo o ano de 2017, durante o processo de elaboração do Projeto Político Pedagógico de Educação Ambiental (PPPEA) do Parque Nacional do Pau Brasil (PNPB). Escolhemos esse período de constituição ou formação da CTEA para análise, pois com a grande instabilidade que a pandemia gerou e dado ao isolamento social e a falta de acesso à internet do grupo, era inviável trabalharmos com o presente. Assim, optamos por olhar para o passado já

consolidado, visando o futuro. Estudar o passado da CTEA, nos daria pistas de seus erros e acertos, de seus passos em direção a servidão e dos passos em direção a liberdade. Para assim, podermos contribuir com a potência de um grupo que é crucial para o PNPB conseguir exercer sua função de catalisador de mudança de seu entorno e não se fechar em sua bolha.

Logo, durante a pesquisa, nos voltamos ao passado, entrevistando atores e atrizes que tiveram papéis fundamentais durante a formação da CTEA, sendo que alguns deles permanecem na CTEA e outros tiveram um papel temporário durante a sua construção. Porém, como passado e presente estão conectados, esbarramos também em questões presentes, como os desdobramentos de sua criação e questões pertinentes que vão em direção ao tolhimento da CTEA, e que devem ser enxergadas e compartilhadas a fim de que o grupo consiga encará-las e resistir no tempo. Com isso a ênfase de estudo da pesquisa se dá neste período de formação da CTEA (dado todo o cenário explicado anteriormente), porém durante o percurso vimos a necessidade de passarmos também pelos caminhos do presente, desejando um futuro no qual a CTEA exista em ato.

Com isso, boa parte da metodologia e métodos tiveram que ser alterados, deixando-se de trabalhar com pesquisa-ação e observação participante e passando agora a se trabalhar com estudo de caso e entrevistas narrativas. Dada essa contextualização da pesquisa e buscando descrever claramente o seu caminho, a seguir apresentamos nossa metodologia final.

3.3.1 Estudo de caso: cavando para desvelar as complexidades

Dado o intuito da presente pesquisa em compreender os possíveis nexos gerados entre a constituição da CTEA e de seus desdobramentos com o aumento ou diminuição da potência de ação desse colegiado e dos envolvidos no processo de sua construção e de sua permanência, compreendemos a importância de entender o contexto em que foi criada a CTEA – “como e por que esta foi criada?”, “quais foram as motivações de sua criação?”, “onde ela está inserida?” e “quais as diferentes perspectivas dos envolvidos no processo?”. Para Ludke e André (1986) um dos princípios fundamentais do estudo de caso é a importância dada ao contexto da situação estudada já que, através deste, obtém-se uma apreensão mais completa e fidedigna do objeto de estudo.

Como queremos investigar o processo de constituição da CTEA e de seus desdobramentos a fim de analisar a variação da potência de agir desse colegiado e de seus membros, entendemos esta pesquisa como um estudo de caso da CTEA do Parque Nacional do Pau-Brasil. Um dos objetivos do estudo de caso é retratar a realidade estudada de forma profunda e sob uma perspectiva que revela a multiplicidade de dimensões presentes em uma determinada situação - desvelando a realidade, ou seja, tirando-se os véus que nos impedem de enxergar sua complexidade. Outro objetivo é o de construir o relato do estudo de caso de forma acessível e com uma linguagem envolvente (LUKDE; ANDRÉ, 1986; YIN, 2001).

Segundo André (2013), um dos pressupostos básicos na escolha do uso do estudo de caso é a sua utilidade na descrição e análise de uma unidade social. O estudo de caso considera que a unidade social estudada, por pertencer a realidade, possui múltiplas perspectivas, dado que a realidade pode ser constituída sob diversas óticas. Portanto, buscamos analisar o processo de constituição da CTEA, sendo esta nossa unidade social.

Temos, então, a intenção de compreender a CTEA sob os diversos pontos de vista dos envolvidos em seu processo de constituição e de permanência, trabalhando com uma abordagem múltipla que dá voz aos diferentes atores deste processo, e buscando assim, em consonância com a PNEA e o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, valorizar a diversidade - o que amplia nosso campo de visão. Constituindo-se para Ludke e André (1986) a representação de diversos pontos de vista (incluindo-se o da pesquisadora), uma das características fundamentais do estudo de caso, de forma a ampliar o horizonte do leitor sobre determinado caso e deixá-lo livre para criar suas próprias interpretações e reflexões.

Também precisamos analisar se um estudo de caso possui alguma peculiaridade que mereça ser investigada e se é possível replicar este caso em outras situações (ANDRÉ, 2013). No caso da CTEA, nos chamou a atenção o fato dela ter sido um desdobramento do Projeto Político Pedagógico de Educação Ambiental (PPPEA) do Parque Nacional do Pau-Brasil, essa é considerada como uma conquista - já que abriu um espaço promissor de diálogo com enfoque na conservação do parque. Assim, um dos desdobramentos que essa pesquisa poderá nos mostrar é se a CTEA está realmente cumprindo com o seu papel em contribuir para a implementação de políticas públicas como a PNEA e o SNUC, fortalecendo a gestão da UC e a relação desta com os diversos atores que a permeiam. Isso, também, nos levou a indagar se houve mudança na potência de agir dos envolvidos no processo e entender como esse

processo ocorreu. Assim, outras UCs podem tomar esse caso como exemplo para construir seus próprios colegiados de educação ambiental, de forma a disseminar ações fortalecedoras, como participação efetiva, que potencializem as UCs e os atores que a rodeiam.

A descrição da potência de agir da CTEA e dos envolvidos em seu processo de construção é uma análise subjetiva e complexa. Portanto, a metodologia do estudo de caso coaduna-se com o fazer dessa pesquisa. Para Yin (2001), a principal aplicação do estudo de caso é elucidar as relações causais em ações que seriam muito complexas para serem trabalhadas por estratégias experimentais ou em levantamentos. No caso desta pesquisa, a relação causal que estamos trabalhando são os nexos entre a constituição de um colegiado e sua potência de agir, aos moldes espinosanos.

O estudo de caso surge pela necessidade de se compreender eventos sociais complexos, permitindo que a pesquisa preserve as dimensões holísticas e significativas dos fenômenos da vida real (YIN, 2001). Já que intencionamos desenvolver esta pesquisa sob um olhar espinosano, valorizando os afetos e desejos atribuídos pelos envolvidos neste trabalho, entendemos que é necessária essa perspectiva holística. Ou seja, uma visão abrangente que se opõe à visão reducionista e cartesiana que impregna a modernidade – e que aborde os significados e valores que os sujeitos dão aos diversos fenômenos.

Portanto, essa metodologia se enquadra aos objetivos desta pesquisa, pois permite: I) um olhar aprofundado sobre a situação; II) apresentar diversos pontos de vista dos sujeitos, já que buscamos compreendê-los a fim de analisarmos a potência de agir; III) apreender informações sobre o contexto, dado que intencionamos compreender o processo de constituição da CTEA do PARNA Pau Brasil; IV) usar diversas técnicas para a construção do trabalho, podendo assim triangular os dados a fim de lhes trazer mais robustez; e V) construir a pesquisa sob uma dimensão holística, englobando todos os contextos, convergindo com a filosofia espinosana, já que este entende além da razão e do fazer prático, os afetos e os pensamentos como importantes. Para Espinosa, o próprio pensamento é uma ação.

3.3.2 Ferramentas: da teoria à prática

Triangulação: potencializando resultados

Para colocar o estudo de caso em prática e atingir os objetivos dessa pesquisa utilizamos mais de um método. A fim de nos proporcionar uma visão mais abrangente dos

resultados, optamos por utilizar a triangulação em sua análise. Essa nos permite triangular os dados coletados e assim trazer análises mais consistentes com a realidade.

> A triangulação pode combinar métodos e fontes de coleta de dados qualitativos e quantitativos (entrevistas, questionários, observação e notas de campo, documentos, além de outras), assim como diferentes métodos de análise dos dados: análise de conteúdo, análise de discurso, métodos e técnicas estatísticas descritivas e/ou inferenciais etc. (AZEVEDO *et al.*, 2013).

Assim a triangulação, consiste na utilização de duas ou mais técnicas ou do uso de mais de uma fonte de dados, a fim de ampliar o olhar da pesquisadora sobre a realidade estudada, uma vez que cada técnica mostra apenas um ângulo de uma situação. Utilizando-se de diferentes técnicas e assim, extraindo diferentes dados, conseguimos enxergar diferentes ângulos, auxiliando na busca por uma compreensão da realidade mais complexa e completa (TRIVIÑOS, 1987; GÜNTHER et al., 2011).

Para Triviños (1987), a triangulação tem como objetivo "abranger a máxima amplitude na descrição, explicação e compreensão do foco em estudo". Segundo Günther *et al*. (2011), devido à complexidade do comportamento humano, apenas um método não seria suficiente para explicá-lo, podendo gerar lacunas na situação estudada. Ainda segundo esses mesmos autores, a abordagem de mais de um método vem sendo recomendada por diversos autores desde a década de 1930, com a intenção de diminuir os vieses intrínsecos à aplicação de técnicas que ressaltam determinado aspecto da realidade, em detrimento de outros.

Análise documental: construindo bases

A fim de realizar um pré-diagnóstico da área estudada será utilizada a técnica da análise documental, buscando identificar informações relevantes para o foco do estudo (LÜDKE e ANDRÉ, 1986). Os documentos são materiais escritos, que possam ser usados como fonte de informação, como livros, artigos, leis, cartas, pareceres entre outros.

Algumas de suas vantagens são que os documentos se constituem como uma fonte estável e rica, persistindo ao longo do tempo, e uma fonte não-reativa, isto é, não impacta o grupo estudado. É considerada uma técnica exploratória, levantando problemas e assim auxiliando em um pré-diagnóstico da situação. Além de trazer credibilidade para informações obtidas por meio de outras técnicas de coleta de dados, aumentando a confiança na pesquisa (LÜDKE e ANDRÉ, 1986).

Para Lüdke e André (1986), um ponto importante para a efetividade dessa técnica é a sistematização de sua aplicação. No caso desta pesquisa, analisamos documentos oficiais e técnicos. Esses foram: o SNUC, o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, a PNEA, o PPPEA e o plano de manejo do PNPB. Assim, a análise da PNEA e do Tratado nos auxiliou a verificar se o processo de fundação da CTEA está de acordo com seus princípios e objetivos – cumprindo com o primeiro objetivo específico desta pesquisa. Já a análise dos outros documentos apoiou no diagnóstico e caracterização da área, ampliando as concepções da pesquisadora perante a situação-problema e auxiliando-a na compreensão do contexto da CTEA.

Entrevistas Narrativas: tecendo histórias e descortinando afetos

Para coletar os dados, optamos pela técnica das entrevistas narrativas. Estas, segundo Muylaert *et al*. (2014), são ferramentas não estruturadas que auxiliam na compreensão de algum evento importante que ocorreu na vida do entrevistado ou entrevistada e no contexto situacional e social da questão abordada. A entrevista narrativa propicia uma análise profunda da realidade estudada, assim esta dialoga com o estudo de caso adotado para essa pesquisa. Também há o benefício da entrevista narrativa possibilitar uma abordagem múltipla, já que sua ideia é reconstruir eventos sociais a partir do ponto de vista das entrevistadas e entrevistados (MUYLAERT *et al*., 2014). Com isso, essa permite suscitar os diversos pontos de vista sobre a fundação da CTEA.

Para Jovchelovitch e Bauer (2002), as narrativas surgem junto com a humanidade, já que parece existir uma necessidade em contar histórias em todos os diferentes povos. Contar histórias é uma forma de se comunicar elementar para a humanidade, sendo assim uma capacidade universal. “Em nenhum lugar e em tempo nenhum, [houve] um povo sem narrativa” (BARTHES, 1993: 251-2, apud JOVCHELOVITCH, BAUER, 2002, p. 91). Contar histórias evidencia o poder democrático que essa técnica de pesquisa possui, de forma a coadunar-se com o fazer das pesquisadoras, uma vez que se pretende por meio desta pesquisa dar voz aos atores e atrizes dos diferentes estratos sociais que envolvem a CTEA, além de propiciar amplitude para o horizonte estudado e democratizar a escuta e o falar.

Ainda para Jovchelovitch e Bauer (2002) esta técnica ganha seu nome do latim *narrare* que significa relatar ou contar uma história. Através da narração, podemos reconstruir os contextos e as ações em que as biografias foram construídas, de forma a

compreender as causas que provocam mudanças e as motivações que movem as entrevistadas e entrevistados (SCHUTZE, 1977; BRUNER, 1990 apud JOVCHELOVITCH, BAUER, 2002). A fim de analisar a potência de agir dos envolvidos com a CTEA e da própria CTEA, compreende-se a importância de se entender quais foram as motivações de cada sujeito na sua construção: Seriam estas causas externas a estes ou um desejo genuíno que carregavam internamente? A CTEA nasce do medo ou da esperança?

Para Espinosa, somos seres passivos quando somos causa parcial dos nossos afetos, isto é, quando somos regidos por causas exteriores a nós, estando sob o comando das paixões, tendo nossa potência de ação diminuída. Porém, quando somos regidos por causas internas, nos movendo não mais por paixões, mas por ações, nos transformamos em seres ativos e assim temos nossa potência de agir aumentada (CHAUÍ, 2016). Com isso, enxergamos nas entrevistas narrativas um excelente instrumento para avaliarmos a potência de ação dos envolvidos no processo de constituição da CTEA, uma vez que a partir das narrativas colhidas é possível compreender as causas que moveram os sujeitos neste processo. Nosso trabalho não representa a busca por uma verdade absoluta; o entrevistado ou entrevistada, como todos nós, conta a sua verdade. “Ser inexato não invalida o testemunho, diferentemente da mentira, muitas vezes exata e detalhista.” (BOSI, 2003, p. 66).

Outro aspecto da entrevista narrativa é com relação a esta proporcionar ao entrevistado ou entrevistada um caminhar pela topografia das lembranças, percorrendo trilhas entre os vales do esquecimento, as montanhas da eternidade e os rios intermitentes da memória. Permite que o interlocutor reviva sua história, através de sua narração, dando símbolos e significados diferentes que não tinham sido enxergados antes. Isso se dá de maneira autorreflexiva. Através da ressignificação do passado, a entrevistada ou o entrevistado transforma o seu presente. Assim, a entrevista narrativa, além de contribuir para a construção histórica da realidade, promove o futuro, pois compreendendo o passado possibilita-se projetar o futuro - possuindo esta técnica uma ótica do devir, de movimento (MOURA; NACARATO, 2017; MUYLAERT et. al., 2014).

Segundo Ecléa Bosi, “a memória deixa de ter um caráter de *restauração* e passa a ser memória *geradora* do futuro." (BOSI, 2003, p. 66). Assim, esse método se coaduna com a filosofia espinosana, uma vez que pensamento (adequado) para Espinosa é uma ação e que através de um processo reflexivo árduo, pode-se compreender as causas das ações

(constituídas no passado) e, desse modo, os sujeitos (individuais ou coletivos) podem vir a transformar sua realidade.

Vale ressaltar ainda que a entrevista narrativa é indicada para pesquisas e projetos que busquem: I) investigar eventos específicos - no nosso caso a constituição da CTEA; II) dar visibilidade às diversas versões que este evento possa ter - neste trabalho, buscamos escutar diferentes pontos de vista sobre a constituição da CTEA; e III) relacionar histórias de vida a contextos sócio-históricos - faremos isto, já que pretendemos através das histórias das pessoas, compreender a constituição da CTEA (JOVCHELOVITCH, BAUER, 2002).

Além disso, as entrevistas narrativas são indicadas também para apreender histórias detalhadas de uma sujeita ou sujeito ou de um grupo pequeno (MUYLAERT *et al*., 2014). Não entrevistamos todos que estiveram envolvidos na fundação da CTEA, mas um grupo pequeno de pessoas escolhidas intencionalmente, dado o seu papel no processo. Assim, optamos por entrevistar quatro representações de diferentes comunidades do entorno do Parque, três representações dos órgãos ambientais responsáveis durante o processo do PPPEA, sendo uma do PARNA Pau-Brasil, uma do ICMBio a nível regional e uma do INEMA (órgão ambiental estadual), e acrescentamos também a pessoa responsável (facilitadora) pela construção do PPPEA, dado que a fundação da CTEA se deu durante o processo de elaboração do PPPEA. Vale ressaltar que, no decorrer das entrevistas, enxergou-se a necessidade de entrevistar uma representação da gestão atual do PARNA Pau-Brasil, o que resultou em nove entrevistas narrativas.

As entrevistas narrativas foram realizadas via *Google Meet*, ou presencialmente, a depender da disponibilidade da entrevistada(o) e dos protocolos de segurança estabelecidos pela Organização Mundial da Saúde, buscando deixar essa em situação confortável e segura. A fim de preservar a identidade dos entrevistados e entrevistadas, usamos nomes fictícios.

Vale ressaltar que uma das nove pessoas selecionadas para a entrevista não quis participar da pesquisa, dado seu sentimento de angústia e injustiça relacionados à região do PNPB. Na década de 1970, posseiros antigos das terras, onde hoje é o PNPB, foram expulsos de forma violenta e cruel, sem cuidados e reparação, pela empresa Brasil Holanda Indústria S/A (Bralanda), antes da criação do parque. O caso está na justiça com vários processos abertos e até hoje os posseiros não tiveram retorno sobre seus direitos (ICMBio, 2018, p. 60). Com essa situação, a pessoa que procuramos para entrevistar, representante de uma das

comunidades do entorno do parque, por estar desesperançosa e exausta da questão apresentada, nos negou a entrevista, porém nos permitiu usar os seus 23 minutos de audios de *WhatsApp*.

Em virtude da pandemia de COVID-19 e a necessidade de isolamento social, para as entrevistas narrativas que foram realizadas de forma presencial, a pesquisadora forneceu aos entrevistados máscara descartável e álcool em gel 70%, mantendo-se um distanciamento mínimo de dois metros. Essas, ainda, foram realizadas de forma individual, evitando aglomeração e assim zelando pela segurança de ambos, tanto da pesquisadora como do entrevistado.

As entrevistas seguiram o guia apresentado no Apêndice A. Antes de iniciar a entrevista, foi realizada a leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), seguida da entrega de uma cópia ao participante, com o fim de dar-lhe ciência sobre o intuito da pesquisa e a opção de participação nessa (Apêndice B). Em caso de necessidade de realização de entrevistas com o envio de áudio pelo participante da pesquisa e/ou para uso de fotos, também foi realizado o Termo de Autorização de Uso de Imagem e Voz (Apêndice C), possibilitando a utilização do material para a transcrição da entrevista e, se possível, para a elaboração de um vídeo ou *podcast* a fim de apresentar como forma de devolutiva da pesquisa. Vale ressaltar que a pesquisa foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) sob o número do parecer: 5.038.929 e pelo Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade (SISBIO), sistema vinculado ao ICMBio, sob o número: 78102-1.

Análise Textual Discursiva: indo além do visível

Para o tratamento dos dados coletados através das entrevistas narrativas, usamos a técnica da Análise Textual Discursiva (ATD). Essa assume uma postura fenomenológica, isto significa que, nas análises dos textos, quem analisa-os precisa retirar o véu de seus condicionamentos e perspectivas e desafiar-se a usar as mesmas lentes da autora ou autor daquele texto. No caso de entrevistas, as mesmas lentes das entrevistadas e entrevistados, valorizando a interpretação de mundo dos participantes da pesquisa (MORAES, 2003).

A ATD, segundo Moraes, parte em assumir um conjunto de pressupostos quanto à leitura dos textos analisados, já que “toda leitura é feita a partir de alguma perspectiva teórica, seja esta consciente ou não.” (MORAES, 2003, p. 193). Os materiais examinados

compõem um conjunto de significantes (elemento material do signo). A pesquisadora ou pesquisador, através da interpretação, atribui a eles significados (elemento abstrato do signo) a partir de seus conhecimentos e teorias. A emersão e interlocução desses novos sentidos e significados é o propósito da análise.

A ATD possui sua base epistemológica na fenomenologia. Nessa pesquisa buscamos compreender questões subjetivas e qualitativas, procurando minimizar a fragmentação e o reducionismo inerentes ao paradigma positivista (dominante atualmente). Assim, concluímos que a ATD dialoga melhor com as bases desse trabalho (MORAES; GALIAZZI, 2020).

Na análise textual o conjunto de materiais analisados são denominados *corpus*. Em sua análise não trabalhamos com todo o *corpus*, e precisamos delimitar uma amostra a partir desse conjunto maior de textos. Esses trechos escolhidos "são significantes dos quais são construídos significados em relação aos fenômenos investigados" (Moraes, 2003, p. 194). O ato de definir e delimitar o *corpus*, nomeamos de "FASE 1", constituindo o passo inicial para começar a análise.

Após isto, iniciamos o ciclo de análise com a desconstrução (ou desmontagem) dos textos, na qual nomeamos de "FASE 2". Esta consiste em desmontar os textos, à medida que vamos enxergando diferentes significados para cada parte deste, fragmentando o texto em unidades de análise, podendo também serem nominadas como unidades de significado ou sentido. Nessa fase buscamos obter os sentidos dos textos em diferentes limites de seus detalhes, "compreendendo que um limite final e absoluto nunca é atingido" (MORAES, 2003, p. 195). O próprio pesquisador ou pesquisadora é quem julga o quanto fragmentará seus textos - conforme for conveniente para atingir seus objetivos de pesquisa - podendo resultar em diferentes dimensões de unidades de significado. A fim de facilitar a próxima etapa, a categorização, pode-se também, nomear cada unidade de sentido com um título referente a ideia central que esta carrega (MORAES, 2003).

Na "FASE 3", denominada "estabelecimento de relações", passamos a construir as categorias para as unidades de sentido, sendo este um passo fundamental da análise, onde emergimos com novas compreensões sobre os fenômenos investigados. Esta fase possui esse nome, pois ao construirmos as categorias estamos estabelecendo relações entre as unidades, podendo a categoria ser enxergada, metaforicamente, como uma ponte. As categorias podem ser tanto construídas *a priori* como *a posteriori*. A primeira provém das teorias que embasam a pesquisa, sendo elaboradas a partir dessas e antes de se iniciar a análise dos dados. Já o

segundo tipo de categoria, chamada de categorias emergentes, são elaboradas conforme a análise do *corpus*, exigindo criatividade e um mergulho profundo nos dados, para desse mergulho retornar à superfície - emergir - com categorias. Estas originam-se por meio de inspirações repentinas, *insights* de luz, sendo representado esse processo por Roque Moraes (2003) como uma "tempestade de luz".

Há ainda uma terceira alternativa para a categorização, constituindo-se este caminho em um processo de análise misto, no qual a pesquisadora ou pesquisador elabora categorias a *priori* e depois conforme a análise do *corpus*, ela vai aperfeiçoando ou criando novas categorias (MORAES, 2003). Para este trabalho optamos por esse caminho, dado que a partir da base teórica de Espinosa, da educação ambiental e de políticas públicas ambientais, criamos algumas categorias a fim de nortear nossa análise. Porém, não nos deixamos limitar por esse percurso, dando abertura para *insights* e feixes de luz que emergiram no decorrer da caminhada.

Em seguida, agora na última etapa do ciclo de análise, na qual nomeamos como "FASE 4", será onde iremos captar o novo emergente. Isto é, aqui construímos o nosso metatexto, a partir da organização e concatenação das novas compreensões obtidas através da categorização realizada na fase anterior. Esta fase se caracteriza por ser naturalmente incompleta, possibilitando novos olhares, percepções e críticas sempre buscando uma maior qualificação do metatexto (MORAES, 2003). A fase 4 se alinha com as ideias centrais desta pesquisa, uma vez que a educação ambiental crítica, também é identificada como um processo permanente, sendo o *devir* uma das leis universais, onde tudo está em movimento e não há o estático. Assim, concluímos que essa técnica de análise está de acordo com as bases epistemológicas desta pesquisa.

A fim de simplificar o entendimento do passo a passo que fizemos para a análise dos dados, a seguir colocamos em tópicos cada fase do processo de análise.

- **FASE 1: *Delimitação do corpus*** - ler as transcrições das entrevistas, enquanto a escuta, e grifar possíveis trechos que possam ser usados para atingir os objetivos da pesquisa.

- **FASE 2: D*esmontagem dos textos*** - extrair significados dos trechos grifados, agrupando-os conforme suas temáticas em comum. Aqui fragmentamos o texto em unidades de significado.

- **FASE 3:** ***Estabelecimento de relações*** - buscar relações (pontes) entre as unidades de significado das diferentes entrevistas, a fim de encontrar categorias (*a priori e a posteriori* - utilizamos do processo de análise misto).

- **FASE 4:** ***Captando o novo emergente*** - construção do metatexto, comunicação das novas compreensões do fenômeno que surgiram no decorrer das fases anteriores, através da escrita.

Assim, como para Moraes e Galiazzi (2020, p. 17), esta pesquisa nos possibilitou "aprofundar em uma forma nova e crítica de conceber o mundo", permitindo-nos enxergar "os múltiplos mundos construídos de acordo com as formas de perceber dos diferentes sujeitos". Através das entrevistas narrativas pudemos perceber as diversas concepções, dos indivíduos, de um mesmo fenômeno, que se coaduna com a filosofia de Espinosa, a qual nos mostra que cada pessoa pode ser afetada de diferentes maneiras e que suas próprias percepções podem mudar no decorrer do tempo. Por exemplo, uma pessoa que gosta de cães, quando encontra com um, é um encontro alegre, porém se uma outra pessoa, que tem medo de cães, encontra com um, este é um encontro triste. Assim, podemos notar, que um mesmo fenômeno - o encontro com um cão - pode gerar diferentes percepções e sentimentos.

Consideramos crucial, para atingir o objetivo dessa pesquisa, a compreensão dos participantes sobre o fenômeno de criação e existência da CTEA, buscando compreender os nexos entre a constituição da CTEA e de seus desdobramentos e a potência de agir. Além de analisar se o processo de criação da CTEA, relaciona-se aos princípios da Política Nacional de Educação Ambiental e do Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global. Com isso, entendemos a escolha da ATD como a melhor opção para o sucesso deste trabalho.

Espinosa, problema e devolutiva

Além de usar a triangulação e a análise textual discursiva para analisar os resultados, essa análise será realizada sob a ótica da filosofia de Espinosa, atentando-se para a verificação do aumento ou não da potência de agir dos integrantes da CTEA e do grupo CTEA. Analisaremos os resultados também sob a ótica da PNEA e do Tratado para

Sociedades Sustentáveis, verificando se estes instrumentos vêm sendo seguidos ou não pela CTEA. E assim oportunizar um diálogo entre a filosofia espinosana e a educação ambiental.

Com isso, esperamos responder à pergunta problema deste trabalho: “A constituição de um colegiado socioambiental em uma Unidade de Conservação pode aumentar a potência de agir dos envolvidos nesse processo de criação?” Uma hipótese é que se a resposta à pergunta problema for afirmativa, esse cenário pode vir a produzir um efeito de melhora no relacionamento da UC com a comunidade de seu entorno. Após a conclusão da pesquisa, realizaremos uma devolutiva, dos resultados obtidos, para a CTEA, para assim concluirmos juntos o trabalho. A devolutiva será realizada para o grupo pelo *Google Meet* ou presencialmente, se as condições sanitárias, devido a pandemia de covid-19, da região de Porto Seguro estiverem melhores.

Capítulo 4. O poder da potência e os efeitos externos de uma crise político-ambiental sob um grupo de educadores ambientais em uma unidade de conservação: resistência e afeto

> *"Nunca duvide que um pequeno grupo de pessoas conscientes e engajadas possa mudar o mundo. De fato, sempre foi assim que o mundo mudou" (Margaret Mead).*

Após a realização das entrevistas narrativas e da análise do material, começamos a tecer a colcha de retalhos, a ir juntando as peças do quebra-cabeça. Elencamos três grandes categorias que nos guiaram na construção do metatexto dessa seção. Essas foram nomeadas com os três afetos primários para Espinosa: Alegria, Tristeza e Desejo (EIII, def. dos afetos 4, expl.).

Com a separação das peças do quebra-cabeça nessa disposição, tivemos a intenção de compreender quais afetos estavam regendo as entrevistadas e entrevistados em suas falas: a criação da CTEA foi movida pelo medo ou pela esperança? Os desejos do grupo caminham em qual direção? Podemos falar que sua fundação foi um encontro positivo ou negativo? As pessoas envolvidas nesse processo de constituição da CTEA tiveram suas potências de agir aumentadas ou diminuídas? Mas por que tentamos responder essas questões? Na prática, por que entender isso pode ser importante para o Parque, ou para a construção de sociedades sustentáveis?

Bem, queremos saber essas respostas, pois através delas poderemos entender qual a efetividade de uma câmara temática de educação ambiental em uma unidade de conservação (UC). O que essa representa para seus integrantes e para a UC? Qual o impacto de práticas participativas dentro de uma UC? Essas práticas ajudam a UC a cumprir o seu papel, tanto como um espaço de formação, como com relação a sua função de preservação?

Acreditamos que, respondendo o primeiro bloco de questões, conseguiremos compreender essas outras, e com isso caminhar em busca de unidades de conservação que cumpram com o seu papel, indo além de ilhas de conservação para continentes de

transformação. Para que as UC possam ser instrumentos de transformação socioambiental, que oportunizem sociedades sustentáveis, para que através delas, políticas públicas possam se transformar de papel em ação e para que supostos inimigos possam se transformar em aliados. Para que as UC possam exercer o seu potencial de diminuição da desigualdade social, para que essas possam ser espaços de alegria, de transformação de uma potência menor em uma maior, caminhando assim em direção às nossas utopias, aos nossos desejos.

Ainda a fim de auxiliar na análise de possíveis nexos entre a constituição de um colegiado socioambiental de uma unidade de conservação e o aumento da potência de agir deste próprio e dos envolvidos no processo de sua fundação e de seu funcionamento, conforme o objetivo geral desta pesquisa. E também para subsidiar a busca para identificar elementos que contribuíram para o fortalecimento ou diminuição da potência de agir da CTEA e de seus membros, durante o processo de elaboração do PPPEA do PARNA Pau Brasil e durante o funcionamento da CTEA. Utilizaremos indicadores de potência de agir elaborados por Costa-Pinto (2003), esses possibilitam "avaliar a presença e/ou incremento da potência de ação dos sujeitos (individuais e/ou coletivos) ao longo do processo" (COSTA-PINTO, 2003, p. 171).

Com essa explicação, podemos seguir na montagem de nosso quebra-cabeça. Seguindo uma ordem narrativa, começaremos nossa história do início:

Era uma vez… O nascimento da CTEA e suas intenções

A CTEA nasce da demanda de se criar um PPPEA, porém, não para ser filha desse, mas mãe. O que isso significa? Da mesma forma que a mãe cuida de seu filho para ele crescer e se desenvolver, a CTEA cuida do PPPEA para que este se desenvolva e gere frutos. A CTEA nasce com o propósito de gerir o PPPEA, de ser uma instância de governança desse instrumento, a fim de dar continuidade para o que foi levantado durante a elaboração do PPPEA, que por sua vez não é para ser visto como um documento estático, mas como uma ferramenta viva, que ajude na gestão da UC, de forma que esse não nasce para ser uma *atividade-fim*, mas sim, um *tema-gerador* (LAYRARGUES, 1999).

As falas aqui expostas são fragmentos retirados das nove entrevistas realizadas, com o intuito de dialogar e evidenciar questões pertinentes a essa pesquisa.

> Marcos: Eu acho que a grande motivação [da criação da CTEA] foi exatamente a construção do Projeto Político Pedagógico, entendeu? Da gente compreender a importância desse instrumento e compreender mais ainda a unidade de conservação como espaço educador. [...] Tendo a educação ambiental como resistência, a educação ambiental como compromisso social, como justiça social. [...] As câmaras temáticas, elas existem exatamente para poder dar continuidade, no nosso caso, ao plano operacional do PPP.
>
> Rosa: a CTEA é uma forma de trabalhar o PPPEA, mas é de uma forma assim, da continuidade. Não é dizer que você vai chegar: eu peguei o livro do PPPEA, "Ah, muito bonito. Vocês estão falando aqui só de obras do meio ambiente". Isso é colocar em cima da prateleira da sua casa e esquecer o que você fez. Não! [...] A CTEA serviu pra poder amparar o Parque, conduzindo os anseios das comunidades do entorno, porque ouviu-se bastante gente e essas pessoas, cada um tem a sua forma.
>
> Thaís: Pra mim aí o que mais me motivou [pra criar a CTEA] foi discutir, trazer projetos, benefícios pra comunidade. Isso foi um dos pontos que mais me chamou a atenção.

Um dado interessante é que a CTEA do Parque Nacional do Pau Brasil não nasce ao fim da construção do PPPEA, como um produto final dele. Mas ela nasce antes de iniciar a construção do PPPEA, justamente para proporcionar uma participação ativa em sua elaboração, para que esse fosse um processo de construção e aprendizagem conjunto. Com o propósito de, ao final do processo, ter uma CTEA com autonomia para dar seguimento ao eixo operacional do PPPEA.

> João: o ideal seria - porque tem o conselho gestor, mas o conselho gestor olha para tudo, né?! - a gente ter uma câmara temática de educação ambiental dentro do conselho, porque a câmara daria o foco para a educação ambiental. [...] Era muito importante definir logo no começo [a CTEA] E a gente ia fortalecendo a CTEA à medida que construía o PPP [...] Porque a CTEA já nasce junto com o PPP, com a construção. [...] a CTEA ficaria responsável pela governança do PPP ou do PPPEA [...] a CTEA tem a missão de acompanhar, de fortalecer, de contribuir na construção do PPPEA.
>
> Carlos: foram feitas diversas chuvas de ideias, falando o que que precisava para o território, cada um apresentou o seu projeto e como que poderia unificar isso tudo e tal. E uma das peças fundamentais para o PPPEA acontecer seria o conselho consultivo estar dentro do processo, não só para validar as ações para não ser uma coisa só do Parque, mas sim da comunidade e ao mesmo tempo ser um espaço de aprendizagem. [...] aprendendo e construindo. Então não teve, não foram ações separadas, primeiro constrói e depois capacita. Não! Vamos fazer tudo ao mesmo tempo.

Podemos ver que os desejos que motivaram a criação da CTEA foram fundamentados na esperança da busca por melhorias para a comunidade, na busca por empoderamento dos participantes, na busca para que o grupo desse continuidade a diversidade de vozes ouvidas no decorrer da construção do PPPEA. Através da CTEA, que essas vozes se façam ouvidas. Assim, a CTEA nasce do desejo de uma vida melhor – construída através da educação ambiental – para todos aqueles que possuem relações com o Parque Nacional do Pau Brasil.

A CTEA nasce do desejo de comunicação entre os projetos, de diálogo entre as comunidades, as instituições e o próprio Parque. Da esperança de unir forças e não dividi-las. Ela nasce do desejar no esperançar e não no medo. Para Espinosa, temos que esperança "é a Alegria inconsciente originada da ideia de uma coisa futura ou passada de cuja ocorrência até certo ponto duvidamos" (ÉTICA III, def. 12 dos afetos). Portanto, o nascimento da CTEA estar vinculado ao esperançar dialoga com o apresentado, já que o buscado pelo grupo é algo que lhe proporciona alegria, porém é duvidoso e por isso perseveram em sua procura.

Ainda podemos observar que os membros da CTEA possuem clareza sobre os seus desejos e o que os mobilizam. Isto dialoga com o indicador "a" de Costa-Pinto (2003, p. 172), com relação à potência de ação na dimensão subjetiva/individual/interna da participação: "a) Capacidade do indivíduo de refletir sobre seus desejos e aspirações e ter clareza do que realmente o mobiliza". Com isso, podemos enxergar um incremento da potência individual dessas pessoas, já que essas possuem consciência de seus desejos, e assim, aspiram atingi-los através da CTEA.

E quais são as pedras no caminho?

. *Comunicação, ou melhor, falta dela.*

Uma das questões chave que se pode notar durante a análise das entrevistas foi a (falta de) comunicação. Essa pode ser vista como uma ferramenta, que quando usada adequadamente, potencializa o grupo em atingir seus objetivos, e assim também promove a preservação da UC. Porém, essa ferramenta quando não usada enfraquece o grupo, minando-o aos poucos.

> Thaís: Porque se a coisa estivesse andando e se como tinha marcado de trimestre em trimestre reunião, aí as coisas... a gente estaria bem evoluído e em comunicação em termos de comunicar, de falar, do conhecimento do que que tá acontecendo, então dois anos parados sem ninguém [...] sem falar nada, sem comentar nada. [...] É, às vezes a gente fica até sem poder responder algumas coisas, porque nós não temos um conhecimento mais, porque parou tudo.
>
> Ricardo: Comunicação é tudo!

Costa-Pinto (2003, p. 173) nos traz o indicador de potência de agir "f" no qual consiste em: "Capacidade do indivíduo de se manifestar satisfeito ou insatisfeito com o rumo das ações empreendidas". A partir dessas falas, podemos observar a não compatibilização com esse indicador, já que alguns membros estão insatisfeitos, mas não conseguem expressar isso para o grupo. Essa situação ocasiona a redução da potência de agir dos integrantes da

CTEA, esses não enxergam um espaço no qual possam ser ouvidos eficientemente, e não apenas ouvidos por obrigação, seguindo protocolos.

A CTEA durante o período de construção do PPPEA tinha reuniões e eventos constantes, estava em seu período áureo. Depois de concluído o levantamento do PPPEA, as reuniões da CTEA passaram a ter uma menor periodicidade, seguindo a frequência das reuniões do conselho. A CTEA não possui seu próprio regimento interno e, por ser uma entidade de representação que pertence ao conselho, segue o regimento dele, com reuniões ordinárias a cada trimestre (ICMBio, 2019, art. 30).

Durante a pandemia, as reuniões ficaram ainda mais escassas, havendo nesse período apenas 2 reuniões online (uma dia 17/11/2020 e outra dia 17/08/2021), porém sem a presença dos líderes das associações comunitárias, estando presentes representantes universitários, de órgãos federais e estaduais, instituições privadas e organizações não-governamentais. Com isso, podemos observar uma pujante exclusão da comunidade, ocasionando a insatisfação dos comunitários. Ou seja, na tristeza dos comunitários e assim na diminuição da potência de agir desses.

Essa situação nos alerta para a primeira das cinco dimensões sobre a participação que Sorrentino (2006) nos apresenta. Essa dimensão é com relação à “infraestrutura básica da participação” e é o primeiro passo para proporcionar um espaço para que a participação seja efetiva. Aqui o tocante da questão é a logística: as reuniões são realizadas em locais que haja acesso igual para todos ou favorece algum grupo? Com a pandemia, pudemos notar o aumento da desigualdade em diversos âmbitos da sociedade, tanto em aspectos econômicos, como também, em aspectos educacionais, no caso da diferença de acesso à educação entre os alunos com maior e menor renda, e também em aspectos participativos, já que agora - no contexto de isolamento - participar significa ter acesso a tecnologia, como computador e internet com alta velocidade e estável.

Nolasco (2021) também nos fala sobre a diferença entre a comunicação e o repasse de informações. Possuir reuniões com uma periodicidade muito distante entre uma e outra, pode acabar gerando reuniões onde só haja espaço para comunicados unilaterais. Para desenvolver e implementar atividades em conjunto, há a necessidade de uma certa periodicidade, a fim de que se consiga organizar as tarefas, debatê-las, conduzi-las e depois relatá-las para o grupo.

> Carlos: o GT de caça e a CTEA tinham que estar caminhando juntos. E de preferência ter um representante dentro do GT pra poder facilitar essa conversa e estar sempre levando o que que um está pensando pro outro,

> porque se não essas coisas não andam. Porque esse é o desafio, né? Tanto que assim, voltando para o PPPEA, é aquela coisa, não adianta ter várias instituições desenvolvendo diversos projetos de educação ambiental se eles não conversarem. Porque o projeto de um pode ser o complemento do outro. [...] como é que você tem uma CTEA tentando trabalhar a fauna enquanto educação ambiental e dentro do mesmo conselho tem um GT que não conversa com a CTEA. Morreu o projeto. É matar o projeto no início.

Aqui podemos observar a importância da comunicação entre diferentes grupos e instituições, mas que possuem objetivos em comum. No caso em questão, temos a CTEA, na qual escolheu dentre diversas atividades levantadas pelo PPPEA, elaborar e implementar uma campanha educomunicativa sobre a pressão sobre a fauna no território e entorno do PNPB. Porém, foi criado dentro do conselho do parque o GT (Grupo de Trabalho) interinstitucional de combate à caça, isso foi feito paralelamente à CTEA e não em conjunto com ela, desmotivando o grupo. Assim, em vez de termos dois grupos trabalhando em conjunto, unindo esforços e potencializando a efetividade do cumprimento do objetivo em comum - trabalhar com a pressão sobre a fauna -, se tem dois grupos concorrentes que dividem forças em vez de somá-las.

Depois de um longo período sem contato entre esses dois grupos, houve a realização de uma oficina entre os dias 02 e 03 de junho de 2022. A oficina intitulada “Oficina de mapeamento colaborativo da rede institucional envolvida no controle de ORCRIMs de vida silvestre” foi conduzida pela educadora especialista em educomunicação, Vivianne Amaral. Essa atividade foi uma excelente oportunidade para as instituições envolvidas se conhecerem e construírem laços, com o propósito de trabalhar a questão da fauna.

Porém, o convite para os integrantes da CTEA participarem do evento foi realizado com menos de uma semana de antecedência, enviado via grupo de *WhatsApp* e *e-mail*, no dia 27 de maio de 2022, sexta-feira no período da tarde. O convite realizado sem antecedência, ocasionou na presença de apenas 2 integrantes da CTEA, além do ICMBio, um integrante da UFSB e um comunitário (que participou apenas da manhã do dia 02, pois sua associação também estava fornecendo a alimentação do evento). Isso levanta o seguinte questionamento: essas atividades foram efetuadas a fim de buscar a participação dos grupos envolvidos ou apenas para seguir protocolo?



Figura 13: Foto dos participantes da Oficina de Mapeamento Colaborativo no PNPB. Fonte: ICMBio, 2022.

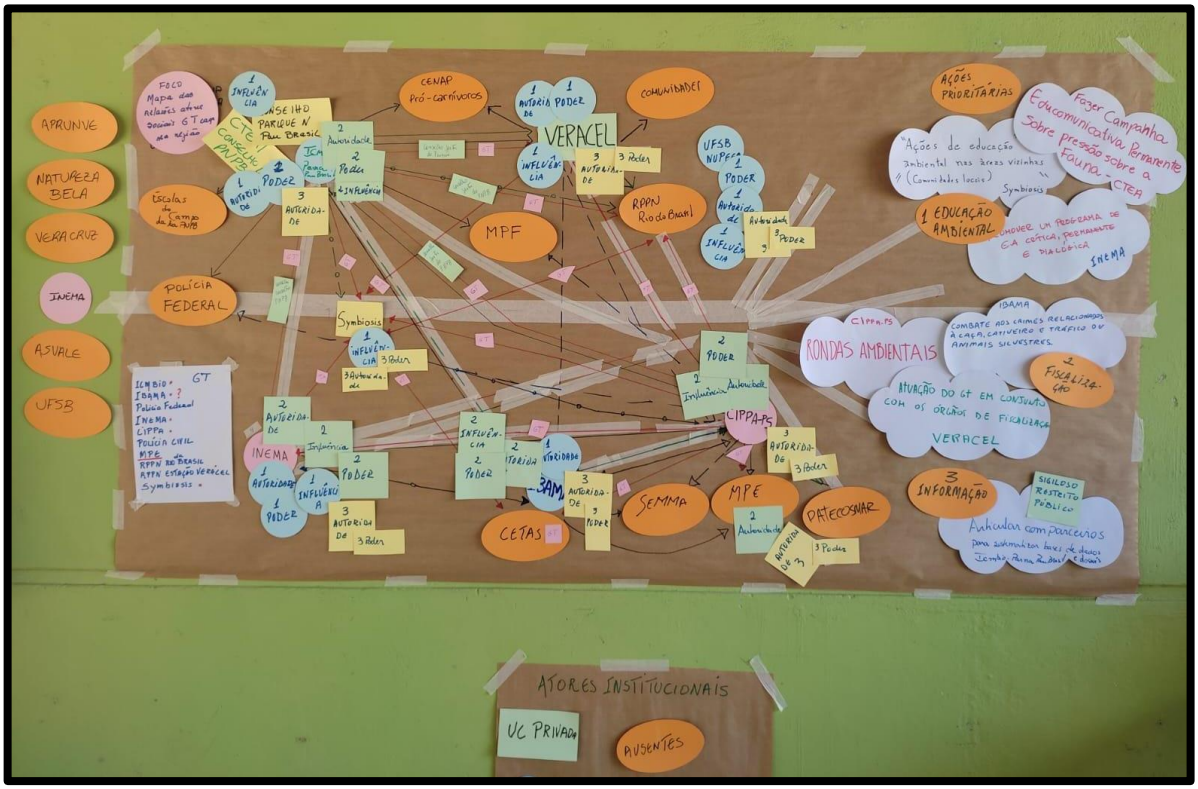


Figura 14: Mapa resultado da Oficina de Mapeamento Colaborativo no PNPB. Fonte: ICMBio, 2022.

No que tange “a dimensão coletiva/política da participação” proposta por Costa-Pinto (2003, p. 172), identificamos alguns indicadores de potência para avaliar a participação no nível do coletivo. Esses indicadores elucidam “a qualidade da relação do grupo com outros grupos, com o Estado e/ou com o mercado”. A situação sobre a falta de diálogo entre a CTEA e o GT de combate à caça, mostra a distância da CTEA e o indicador “i” de Costa-Pinto (2003, p. 173): “Capacidade do grupo de negociar com outros grupos, com o Estado e/ou com o mercado”. Esse distanciamento ocasiona o apequenamento da potência de agir do grupo, que se frustra, ou seja, se entristece, ao ser eximido de debates pertinentes a sua pauta de atuação.

Além da falta de comunicação relacionada a não periodicidade de reuniões do grupo e a falta de diálogo entre possíveis parceiros, um ponto que vale a pena ser colocado também foi com relação ao entrevistado que não quis participar da pesquisa, permitindo apenas o uso de seus áudios de *WhatsApp.* Analisando seus dois áudios, pudemos observar também a falta de comunicação com a sua comunidade, na qual enxerga o PNPB como culpado da questão fundiária na qual está inserida. Coloca-se o PNPB e a empresa Brasil Holanda Indústria S/A (Bralanda) como sinônimos.

> José: o que que o Parque tá fazendo? Fazendo nada, só pro benefício deles, tá entendendo? Fazendo só pro benefício deles, deles. Eles aí, a Veracel, entendeu? E a Bralanda, entendeu? Eles estão fazendo pro benefício deles, eles querem que nós se lixe, que se dane, querida. [...] A Veracel hoje é que toma conta lá dentro [do parque], porque tem dinheiro, né? Quem tem dinheiro, meu amor, é fácil de resolver as coisas.
>
> [...] eu tenho terra lá dentro há mais de 60 anos, muito mais, ó! Dos meus pais, né? Pais e avós que se acabaram aí dentro desse Parque, entendeu? Como tem, não é um só cemitério não, é mais de 10 cemitérios que tem aí dentro desse Parque.

Apesar das informações passadas pelo entrevistado José não se relacionarem com o principal objetivo dessa pesquisa, que gira em torno da CTEA, e não com a análise da questão fundiária do PNPB, devido à relevância do tema, e mesmo o curto período de mestrado não permitindo aprofundar todos os temas que florescem com a escavação de uma pesquisa, achamos de grande importância e prudência ética revelar a angústia e o afundamento da potência de agir que a opressão, a exclusão e a invisibilidade podem gerar.

> José: Aqui nesse país nosso, se você tem documento e tem dinheiro, você vale alguma coisa. Se você tem documento e não tem dinheiro pra poder subordinar a eles, aí você não vale nada, tá entendendo? O que vale aqui nesse país nosso hoje primeiramente é Deus. Deus primeiramente e o segundo, dinheiro, aqui nessa terra. Quem tem dinheiro tem tudo, tem voz ativa. Porque o dinheiro aqui, ô Gabi, a verdade é que quem tem dinheiro

> aqui... o errado que tem dinheiro, tá certo, e o certo sem dinheiro, tá errado, essa é que é a verdade, entendeu? (grifo nosso).

O caso em questão, apesar de ter ocorrido antes mesmo da criação do PNPB na região, pode ser um exemplo da extrema importância e cuidado que se deve ter na implementação de uma UC. Observa-se que os fins não justificam os meios, mesmo que uma UC possua fins dignos, se o caminho percorrido para atingir a proteção da biodiversidade, não significar proteger a biodiversidade de saberes e culturas também, e não excluir e marginalizar a parcela que não segue a homogeneização do grande capital, então esse processo está falido em seu início. As falas de José demonstram a insatisfação com o parque e, para além do parque, sua insatisfação com o sistema capitalista e imperialista, no qual quem possui o poder de sentenciar é o capital e não a justiça.

O PNPB nesse cenário não possui um papel objetivo para solucionar o problema, mas um papel subjetivo. Constitui-se a questão dos "posseiros antigos das terras", uma questão pendente e externa ao parque. Mas que também está vinculada a ele, já que esse encontra-se nas terras dos antigos posseiros. Como instituição, o PNPB pode vir a dialogar mais claramente com essa comunidade, deixando evidente para os antigos posseiros no que o Parque consegue intervir e no que não consegue, a fim de atenuar falsas expectativas da comunidade com relação ao PNPB. Para mais informações a respeito dessa questão foi confeccionado, pela rede de televisão finlandesa Yle, um documentário sobre a posse de terras na região do extremo sul da Bahia e a relação com as grandes empresas internacionais.

> José: Nós corremos pras Nações Unidas, foram ver gente das Nações Unidas pra resolver isso aí, não resolveu nada. Veio gente da Finlândia, não resolveu nada, da Inglaterra, da Guatemala, de tudo quanto foi lugar do mundo veio gente. Sabe o que que aconteceu, Gabi? Nada. Nada vezes nada, você tá entendendo?

Outro exemplo com relação à falta de comunicação, está vinculado à concessão do Parque Nacional do Pau Brasil.

> Rosa: as notícias que eu fico tendo do Parque, eu fiquei muito triste, assim, que a empresa já vendeu, a BR Parques vendeu pra um terceiro e a BR Parques estava com o compromisso de explorar a abertura do Parque pra visitação por 15 anos. Aí dentro disso vendeu pra um terceiro que a gente não sabe quem. [...] até um, não quero citar nome, mas que foi um comentário assim: "gente", teve um cara da BR Parque que falou assim: "rapaz, o Parque é nosso. Que se vocês souberem a cláusula que tem no contrato que foi feito conosco aqui, isso aqui vai ser nosso até quando nós quisermos. Por isso que foi vendida a exploração pra esse cara que comprou". Aí quando eu fiquei sabendo disso eu fiquei assim: poxa, você fica indefeso. Porque eu fiquei pensando assim: pô, nós lutamos tanto pra poder… pensando assim: poxa, vai servir até de geração de emprego pra comunidade que está no entorno, pro pessoal poder trabalhar lá [no parque]. [...] Esse era o sonho. Aí depois veio a pandemia, aí veio a questão desse

> entrave que está tendo agora no momento, né!? Dizem que já foi passado pra um terceiro, não é mais a BR Parque. Aí a gente ficou assim meio… que é chato.
>
> Ricardo: Esse contrato está pra cair agora. Infelizmente! [...] o infelizmente é assim, pelo fato de não ter, das coisas não terem acontecido dentro do previsto no contrato. Porque se tivessem acontecido dentro do previsto, teria sido muito bom. [...] Assim, a empresa falhou geral e esse contrato vai caducar. Todos os sinais apontam pra isso. Isso está muito perto da verdade. Eles vão decretar falência. [...] A pandemia deu uma atrapalhada geral. Mas honestamente faltava alguma coisa assim, que mostrasse que eles iriam conseguir se erguer, conseguir tomar as decisões certas [...] Existem muitas críticas ao formato como foi feita essa concessão. As pessoas acham que concentrar tudo numa empresa só não é interessante. Então é possível que o Parque tenha o seu contrato revisto, né? [...] Mas assim, a intenção é voltar a viabilizar o apoio à visitação no Parque por meio de empresas, né? Teria chance de ganhar empresas locais, que seria o ideal. [...] Parece que eles [BR Parques] não estão nem agendando, sabe? Não estão prestando o serviço. Olha que loucura. Sabe? Então...

Através do contraste dessas duas falas, podemos perceber a falta de comunicação e como tê-la e praticá-la é de extrema importância. Para Rosa, a BR Parques é a dona do Parque Nacional do Pau Brasil e agora ela e sua comunidade não terão mais nenhuma inserção no Parque, ficando todos os seus planos fadados ao fracasso. Enquanto para Ricardo, a BR Parques decretará a falência. Para um, a empresa é a proprietária da região, enquanto para o outro, essa mesma empresa nem existe mais.

As consequências dessa falta de diálogo é que a pessoa sem a informação fica à mercê da tirania, se torna vulnerável, e assim fica no plano da imaginação, das ideias inadequadas, perdendo sua autonomia para a heteronomia. A pessoa sem informação – e que por isso ignora –, passa de um estado maior para um menor de perfeição, ou seja, tem sua potência de agir diminuída. Aquele que é servo (o contrário de livre) para Espinosa "faz aquilo que ignora ao máximo" (EIV, prop 66, esc). Assim, um grupo com dificuldade de comunicação provavelmente não conseguirá seguir com seus ideais. A tendência é o grupo cada vez mais se desmotivar. Isso demonstra a importância de se promover uma melhor comunicação neste grupo.

Com base na situação relatada e nos indicadores de potência de Costa-Pinto (2003), acrescento o seguinte indicador: "capacidade de comunicação interna do grupo e ter clareza de informações e objetivos internos". A partir do que expusemos, podemos observar que a CTEA ainda não desenvolveu plenamente essa capacidade, o que gera desalinhamento entre o grupo, com isso frustração, ou seja, tristeza e assim a diminuição da potência de agir do grupo. Já que uns compreendem uma coisa e outros uma outra coisa, diametralmente opostas.

Com relação especificamente à concessão do parque. Quando a pesquisa foi iniciada, em março de 2020, o parque já se encontrava sob a concessão da BR Parques. Porém, a pandemia impactou negativamente a empresa, que ficou responsável pela exploração do segmento do turismo dentro do parque. Atualmente, segundo a analista do PNPB, a BR Parques conta com apenas dois funcionários em seu quadro, vinculados ao PNPB, encaminhando para um cenário de rescisão do contrato com a BR Parques e abertura para uma nova empresa explorar turisticamente essa região.

O setor turístico de uma UC é de extrema importância, podendo ser utilizado literalmente como porta de entrada da sociedade civil para dentro de um parque e com isso aproximando a população das UCs e trazendo visibilidade para práticas de conservação da natureza. Porém, algumas questões devem ser levantadas: Como será a implementação e gestão desse turismo? Abordará uma perspectiva onde o turista se veja como parte da natureza ou como utilizador desta? Além disso, aproximará as comunidades do entorno da UC, permitindo que essas se beneficiem do turismo, se beneficiem de pessoas de fora visitando a região onde elas moram? Será um turismo de pessoas daquele território para os turistas, ou de pessoas de fora para pessoas de fora? Se construirá uma nova relação ou se permanecerá na lógica desenvolvimentista de exploração e expansão da desigualdade? O turismo daquela região favorecerá ou diminuirá o racismo ambiental?

Um modelo de turismo que dialoga com as sociedades sustentáveis é o Turismo de Base Comunitária, que é definido como:

> modelo de gestão da visitação protagonizado pela comunidade, gerando benefícios coletivos, promovendo a vivência intercultural, a qualidade de vida, a valorização da história e da cultura dessas populações, bem como a utilização sustentável para fins recreativos e educativos, dos recursos da Unidade de Conservação (ICMBio, 2018b).

Porém, com o desmonte político que as unidades de conservação e o ICMBio vem sofrendo, a concessão torna-se um caminho viável para a subsistência de uma unidade de conservação que sofre com carência de recursos e funcionários, e que possui além do turismo diversas outras frentes de trabalho para gerir dentro do Parque. No atual cenário, uma UC não está tendo condições para conseguir desempenhar todas as suas funções, preferindo dividir suas atividades com uma empresa que possua recursos e funcionários – que a instituição não tem – para investir no território.

b. O caso ICMBio, ou melhor, a falta de servidores

Com base nas entrevistas de três servidores dessa instituição, pôde-se levantar a frágil situação em que esse órgão se encontra atualmente. Este vem passando por vários desarranjos internos, ou desencontros, enfraquecendo muito a atuação do órgão e consequentemente sua potência de agir, que reflete em seus trabalhos.

Esse enfraquecimento do ICMBio reverbera na gestão das UC, dos conselhos e de suas câmaras. Seus funcionários vêm vivenciando um sofrimento ético-político, tanto devido à pandemia, como também, pelo desmonte que a agenda política ambiental vem sofrendo. O sofrimento ético-político "abrange as múltiplas afecções do corpo e da alma que mutilam a vida de diferentes formas [...] retrata a vivência cotidiana das questões sociais dominantes em cada época histórica" (SAWAIA, 2001, p. 104).

> Miguel: As [onze] coordenações regionais viraram [cinco] gerências regionais. E aí fizeram dessa forma que, é uma forma de, eu entendo que é uma forma de ir minando e acabando, né? Quebrando as nossas estruturas internas para que se justifique que nem exista [o ICMBio], que se privatize.
>
> Ricardo: Mas o que houve? Mais uma vez, né? Uma dessas coisas, decisões do Ministério, do ICMBio, das onze coordenações passou a ter cinco. Na Amazônia é uma! Eu não tenho noção do que que está acontecendo por lá.
>
> Miguel: infelizmente os caras então criando esses núcleos de gestão integradas (NGI), colocando unidades próximas para serem geridas conjuntamente, porque eles não aumentam a quantidade de servidores. Daí acaba sendo cruel também, um de nós vai ter que ser o chefe dessa NGI.
>
> Ricardo: Em 2017 já estava se formando o NGI. Acho que começou em 2017. Com 10 anos de ICMBio, né? Só que aí é que está, ou a pessoa tem muita cabeça e juízo ou a gente morre. (risos) É delicado, sabe? Muito delicado. Poderia até ser uma maneira de atuar, mas multiplica por três as equipes, entendeu? Aí dá. Mas multiplica por três, porque você ainda consegue, você continua dentro da própria equipe da área temática, focar nos espaços.

A partir dessas falas vemos como os servidores e servidoras dessa instituição estão sobrecarregados, o que se revela uma das causas para o enfraquecimento da CTEA. Cenário que dialoga com o dado levantado, no qual, o ICMBio está com um déficit de servidores de aproximadamente 1 mil e 317 funcionários (TRIGUEIRO, 2020, G1). Assim, apesar de existir uma grande demanda de serviços que uma UC necessita, dado a insuficiência de funcionários, ocasiona-se a pendência de atividades.

No caso do PNPB ele possui cinco frentes de trabalho, de acordo com a analista do PNPB entrevistada, essas são:

1. PROTEÇÃO: engloba outras duas sub frentes, a de fiscalização, que deve combater e coibir crimes contra a fauna e flora; e a de prevenção e combate de incêndios.

2. GESTÃO PARTICIPATIVA: inclui a permanência das reuniões com o conselho consultivo, e com isso as reuniões da CTEA também, além de ações de capacitação vinculadas ao PPPEA.
3. PESQUISA, RESTAURAÇÃO FLORESTAL E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA: envolve o apoio às atividades de pesquisa; o monitoramento e apoio dos projetos de restauração florestal; e a regularização fundiária das propriedades ainda não indenizadas e demarcação de limites.
4. USO PÚBLICO: inclui a gestão do contrato de concessão de serviços de apoio e visitação; a capacitação da equipe de agentes temporários ambientais; e a capacitação de comunitários para atuarem como condutores.
5. ADMINISTRAÇÃO: engloba a gestão de contratos de serviços; gestão de pessoal permanente, temporários e terceirizados; gestão de patrimônio; e gestão de frota.

O PNPB possui as cinco frentes de atuação elencadas acima, porém possui um quadro com três funcionários e recentemente com a chegada da nova chefia do Parque, passou a possuir quatro funcionários. Mesmo com a inserção de mais uma pessoa, é visível a necessidade de aumento no quadro de funcionários do parque, já que existem cinco frentes para quatro funcionários. Além de cada frente possuir uma agenda robusta, na qual, no cenário ideal deveria ser trabalhada por uma equipe em cada frente e não uma única pessoa. Vale ressaltar que cada analista possui afinidade com um tema específico e atualmente no parque não existe um(a) analista que possua capacitação na área de "Proteção" e de "Gestão Participativa". Os funcionários precisam estender sua carga horária em questões que não tocam sua alçada. Ainda, é na frente da "Gestão Participativa" que a CTEA está alocada.

Esse cenário nos revela a dependência que a CTEA possui em relação ao ICMBio. O que gera frustração, ou seja, tristeza, já que sua autonomia está vinculada à atuação do ICMBio. Isto aponta para o afastamento entre a CTEA e o indicador de potência de agir "c". No qual nos diz: "possibilidade da autogestão coletiva da própria subsistência" (COSTA-PINTO, 2003, p. 173). Como vimos a CTEA não possui essa característica, porém esse é um ponto que pode ser revertido a partir do momento que os integrantes entendem a importância de participar efetivamente no grupo, desejam isso e exista condição para tal.

Além disso, no regimento do Conselho Consultivo do Parque (CCPNPB), traz que o presidente do conselho deve ser um servidor do ICMBio (art. 14, § 1º). Porém, na Seção IV - Das Câmaras Temáticas, o artigo 28, parágrafo quinto, nos traz: " § 5º - Os membros da

Câmara Temática indicarão o coordenador dos trabalhos e o relator". Assim, uma possibilidade, a fim de diminuir a sobrecarga sobre os funcionários do ICMBio e dar mais autonomia para a CTEA, pode ser eleger um coordenador e um relator, externos ao órgão, que porém - estrategicamente - devem possuir uma relação estreita com a chefia do parque ou o servidor responsável pela frente "Gestão Participativa".

Essa seção nos mostrou questões pertinentes que vão em direção ao tolhimento da CTEA. Essas questões que diminuem a potência de agir do grupo - como a falta de comunicação em diversos âmbitos, a falta de funcionários do ICMBio, ou a falta de autonomia da CTEA - devem ser enxergadas e compartilhadas a fim de que o grupo consiga nomeá-las para encará-las e com isso solucioná-las, ou ao menos, minimizá-las.



Figura 15: Mapa das frentes de atuação do PNPB, com localização da CTEA. Fonte: Autora, 2022.

E os desdobramentos positivos?

Com a realização do PPPEA e a fundação da CTEA, houve diversos desdobramentos positivos relatados pelas entrevistadas e entrevistados. Durante a finalização do projeto do PPPEA, o ICMBio acessou um recurso, via edital, para projetos de educação ambiental e a gestão do Parque Nacional do Pau Brasil, da época, elaborou um segundo projeto, a fim de dar continuidade às ações do PPPEA.

Esse projeto teve o título: “PPPEA do Parque Nacional do Pau Brasil em permanente movimento”, ou também, podemos nos referir a ele como “PPPEA em movimento”. O PPPEA em movimento teve como objetivo estimular e aprimorar as habilidades e competências dos membros da CTEA com o desenvolvimento de ações educativas socioambientais. Este segundo projeto proporcionou o fomento da *práxis* neste processo, pois durante a elaboração do PPPEA, foram desenvolvidas atividades no âmbito do diagnóstico e do planejamento, e em seguida através do PPPEA em movimento, pode-se dialogar o estudo com a prática, executando atividades levantadas através do PPPEA.

> Carlos: tem que dar continuidade à capacitação, então vamos tentar fazer um projeto desse. Então a gente conseguiu durante a elaboração do PPPEA, já elaborar um outro projeto, que a gente, né? Termina um e começa o outro, e foi casadinho. [...] Então, nisso sentiram isso na pele, né? De ver a construção e depois a prática acontecer também. E aí depois ainda veio a [campanha] da fauna, então a gente não parou, era uma coisa ligada na outra.
>
> Marcos: E aí logo depois ainda teve pela própria câmara também o PPPEA em movimento.

Vale ressaltar que o PPPEA em movimento está em consonância com o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, já que logo na introdução do documento o Tratado nos diz: “Consideramos que a educação ambiental para uma sustentabilidade equitativa é um processo de aprendizagem permanente, baseado no respeito a todas as formas de vida” (ONU, 1992, grifo nosso). Ou seja, a intenção do PPPEA em movimento foi exatamente dar continuidade aos processos iniciados, fomentando o aprendizado e a transformação permanentes.

A partir disso começaram-se diversos outros desdobramentos puxados por outras pessoas, reverberando em um efeito dominó de ações socioambientais no entorno do Parque. Um deles foi um projeto de segurança alimentar, orientado pela professora Dra. Gabriela Narezi (UFSB), que inicialmente não abarcava as comunidades do entorno, mas através do PPPEA pôde-se fazer essa ampliação. Consideramos ainda a consonância do projeto com a PNEA, já que essa traz em seu inciso VI do parágrafo único do art. 13 o dever do poder público em incentivar “a sensibilização ambiental dos agricultores” (BRASIL, 1999).

Um terceiro desdobramento foi uma parceria realizada com a Veracel, apesar dessa ser citada tanto no plano de manejo do parque (ICMBio, 2016, p. 184), como no PPPEA (ICMBio, 2018, p. 54) como uma ameaça à região do PNPB, dado ao seu uso de agrotóxicos e à sua má utilização dos recursos hídricos. A RPPN da empresa, a Estação Veracel, possui

trabalhos de educação ambiental com as comunidades de seu entorno e através do PPPEA esses trabalhos foram expandidos para as comunidades adjacentes ao Parque.

Outro desdobramento foi a participação de um integrante da CTEA em um curso ofertado pelo Ministério do Meio Ambiente. Um dos requisitos para participar do curso era já ter realizado atividades relacionadas à educação ambiental e em função do PPPEA ele conseguiu realizar o curso.

> Rosa: quando eu fui convidado [para a CTEA], eu já estava engajado, já estava... Aí dali já me despertou... o pessoal falou assim: "Olha, vai ter um curso de resíduos sólidos, pelo Meio Ambiente. São 4 meses com certificado do Ministério do Meio Ambiente e coisa e tal." "É a distância?" "É". Tô lá fazendo. Cuidado com a água, tô lá fazendo. Aí tem um outro lá, éé... Gestão do Clima, que é do acordo de Paris. "Quer fazer?" Tô lá. E isso que eu já começava a ver o mundo totalmente diferente . Eu não tava vendo o CTEA, eu não tava vendo ele só como morador, eu tava vendo ele com o pertencimento de estar aqui vivenciando todo o problema, mas vivenciando de uma forma assim, que eu queria fazer alguma coisa, eu queria que existisse alguma mudança (grifo nosso).

O aumento da potência de agir está vinculado ao ganho de conhecimento (ESPINOSA, 2018), como vimos no capítulo sobre Espinosa. A pessoa que aumenta o seu conhecimento, consegue agir mais vezes pelo ditame da razão e com isso ter um caminhar mais autônomo do que heterônomo. Fica evidente na fala de Rosa, como o relacionamento saudável com o parque, através da CTEA, a potencializou e a colocou como uma agente ambiental de mudança relevante em sua comunidade. Através do conhecimento, essa passou a criar novas percepções de enxergar o mundo, e ver o seu papel na trama da vida não mais como uma espectadora (que é ausente do palco), mas como uma atriz principal (que pertence ao palco da vida). E apenas quando essa se vê como protagonista, tem o desejo de realizar coisas e assim gerar mudanças.

Nesse cenário, um indicador de potência de agir que pode ser somado aos indicadores de Costa-Pinto (2003) seria a “capacidade de ganho de conhecimento do indivíduo, através do grupo”. Pudemos enxergar com nitidez o incremento da potência de agir de um integrante da CTEA, pelo fato deste ter ganho conhecimento através da CTEA. O integrante fica alegre e com isso deseja o movimento, o *devir*, ou seja, a mudança para uma perspectiva melhor.

Além disso, o ganho de conhecimento adquirido através das atividades desenvolvidas pela CTEA, relaciona-se com o artigo 1º da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA). Nele, evidencia-se que a essência da educação ambiental é a promoção de processos que favoreçam o ganho da potência de agir do indivíduo e da coletividade através do ganho

de conhecimento, no qual permite a construção de valores sociais, habilidades, atitudes e competências.

> Art. 1º Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (BRASIL, 1999, grifo nosso).

Como quinto resultado, teve-se a realização do "Curso de Formação Continuada de Professores da Rede Pública para Ações Educativas no Parque Nacional do Pau Brasil". Esse curso foi promovido em conjunto com a Universidade de Brasília, através do PPPEA.

> Marcos: E ainda teve um projeto com a UnB, um processo formativo da UnB para com as escolas no entorno do parque. Então tudo isso foi desdobramento, entendeu? Desses trabalhos da câmara temática dentro do conselho.
>
> Carlos: vieram professores da UnB para capacitar os professores das escolas públicas das comunidades do entorno. [...] Mostramos o que que era o Parque, levamos eles para o Parque. Porque a ideia era o que? Era mostrar: gente, existe um Parque, existe um espaço onde vocês podem levar os alunos e usar o tema educação ambiental, natureza, meio ambiente, com algo que tem aqui. Então, a gente queria incluir a educação ambiental dentro das matérias, tanto que eles também tinham que desenvolver projetos. [...] Também foi desdobramento do PPPEA, porque através do PPPEA a gente conseguiu essa parceria com a universidade e fazer essa capacitação dos professores.

Vale ressaltar, que dentro desse desdobramento, sucederam-se outros, dado que cada professor que estava participando do curso teve que desenvolver um projeto relacionado ao Parque, como trabalho de conclusão. Assim, foi criada uma cadeia de eventos positivos em torno do Parque e da região, através da CTEA. Um possível indicador de potência de agir, que podemos extrair dessa situação seria a "capacidade do grupo em oportunizar formações e capacitações para pessoas de seu território".

Ainda, este desdobramento está de acordo com o artigo 2º da PNEA, no qual diz:

> Art. 2º A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal (BRASIL, 1999, grifo nosso).

Logo, além do "Curso de Formação Continuada de Professores da Rede Pública para Ações Educativas no Parque Nacional do Pau Brasil" realizar uma formação em educação ambiental nas escolas do entorno, através das professoras e professores, atuando no caráter formal da educação, também pode se expandir, atuando na dimensão não-formal, já que depois as alunas e alunos dessas escolas - tendo a possibilidade de frequentar o parque - poderão criar debates ambientais inéditos em suas casas, com seus familiares e amigos. Outra

possibilidade é a desses estudantes passarem a prestar mais atenção no seu entorno e relacioná-lo com o Parque e com a conservação da natureza, proporcionando uma rede de efeitos educacionais na atmosfera não-formal do ensino.

O sexto desdobramento foi a construção de uma cozinha industrial em uma das comunidades do entorno.

> Carlos: Então a gente pegou e... Como que a gente fazia? A gente contratava uma empresa. Uma empresa, não. Um restaurante, né? A gente terceirizava o fornecimento de alimentação. E aí a gente pegou e falou: "Ah não, tem quem faça. Vamos..." Ainda mais com essa proposta da agroecologia de, né? Que já tinha, então vamos ver o que eles acham. [...] Teve uma reunião, um encontrão [...] A gente previu 200 participantes e a gente chamou o pessoal da APRUNVE e falou: "Olha, o que que vocês acham de fazer o almoço e o lanche para essas pessoas? A gente, né? Paga via ICMBio e vocês fazem a comida, porque a gente não quer comprar de um restaurante." "Ah, mas a gente nunca fez comida para tanta gente". "Não, sempre tem uma primeira vez. Topa?". "Topo. Vão bora!" (risos) E aí fizeram a alimentação e eu acho que foram dois dias de encontrão, uma coisa assim. E nesses dias, a mulherada lá da APRUNVE se juntou e fizeram, encararam o desafio e fizeram o lanche, o almoço, o lanche da tarde e a partir dali outras pessoas, outras instituições começaram a chamar a APRUNVE também para fornecer alimentação. A gente, toda reunião de conselho, já chamava eles para fazer o fornecimento. Então isso foi crescendo e eles foram melhorando e tal. [...] Acho que foi esse ano (2021) ou no final do ano passado, não sei, eles conseguiram inaugurar a cozinha [industrial] das mulheres.
>
> Rosa: E através do Parque ele conseguiu se deslanchar, porque o Parque deu um apoio muito grande na agroecologia do que ele produz lá. Aí já conseguiram insumos, conseguiram material, comprar até equipamentos pra poder fazer a produção de produtos agroecológicos lá com eles lá. E é um cara que tem umaa... hoje você vê ele com uma visão diferenciada com relação ao meio ambiente.

Aqui vale destacar a importância que uma ação pode ter, como um simples gesto pode mudar toda uma trajetória definida, acomodada, naturalizada e colocada como óbvia. O ICMBio sempre contratou empresas para fornecer a alimentação de seus eventos, seguindo o *status quo* naturalizado em nossa sociedade. Através do PPPEA houve muitas movimentações e diálogos acerca da agroecologia, despertando e semeando questões invisíveis anteriormente ao PPPEA. Com isso, surgiu o questionamento: se o PNPB estava divulgando a agroecologia, por que o parque também não a incorpora em sua rotina? Houve um despertar coletivo e uma vontade de mudar que contagiou os envolvidos.

Assim, pudemos enxergar alguns indicadores de potência (COSTA-PINTO, 2003), que evidenciam o incremento da potência de agir do grupo, esses foram os seguintes:

> g) Capacidade do grupo de pensar criticamente;
>
> h) Capacidade do grupo de oferecer soluções próprias;
>
> i) Capacidade do grupo de negociar com outros grupos, com o Estado e/ou com o mercado;

> j) Capacidade de avaliar as ações realizadas e os resultados obtidos (COSTA-PINTO, 2003, p. 173).

Pudemos verificar que a CTEA possui essas quatro capacidades, o que aumentou a potência de agir dos envolvidos no processo de aquisição da cozinha industrial. Ela foi conquistada pela APRUNVE, a partir de uma parceria entre o PNPB, através do PPPEA e do Projeto Assentamentos Agroecológicos/PAA da ESALQ/USP.

Observamos a relação desse desdobramento com os princípios 2 e 10 do Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global. O fornecimento de alimentação agroecológica foi uma quebra de paradigma - conquistada através do pensamento crítico e inovador - que fomentou a transformação para sociedades sustentáveis. Já a aquisição de uma cozinha industrial para a associação do entorno do PNPB foi um ganho potencializador para aquela comunidade, constituindo-se o ganho da cozinha em um catalisador de mudança e transformação de base, que favorece a autonomia e a independência econômica dessa comunidade.

> Princípios da Educação para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global:
>
> [...]
>
> 2. A educação ambiental deve ter como base o pensamento crítico e inovador, em qualquer tempo ou lugar, em seu modo formal, não formal e informal, promovendo a transformação e a construção da sociedade;
>
> [...]
>
> 10. A educação ambiental deve estimular e potencializar o poder das diversas populações, promovendo oportunidades para as mudanças democráticas de base que estimulem os setores populares da sociedade. Isto implica que as comunidades devem retomar a condução de seus próprios destinos (ONU, 1992, grifo nosso).



Figura 16: Placa da cozinha industrial dentro da comunidade que a obteve. Fonte: Da Autora, 2021.

Outro desdobramento foi com relação ao projeto de resíduos sólidos e saúde realizado em uma das comunidades do entorno, onde o próprio integrante da CTEA, representante daquela comunidade, conduziu as ações. Esse projeto, inclusive, evidenciou o aumento de potência de agir desse integrante, que com sua potência aumentada quer transformar seu entorno, sua realidade, sua comunidade.

> Rosa: na parte de educação ambiental desenvolvida para a área de resíduos sólidos, nós fizemos aqui, junto com os alunos da escola e sim, junto com o presidente da associação também [...] nós fizemos aqui um material sobre o dia da água, sobre a importância da coleta não só seletiva [...]. E aí dentro disso daí, a gente deu segmento. [...] aí a gente chamava, eu conseguia fazer a chamada mobilização, que o Sorrentino também gosta muito de falar a questão de mobilização, né? Na questão de mobilização, a gente fazia assim: ia de porta em porta nas casas das pessoas [...] aí vinha os caras dos agentes de endemias junto conosco. A gente entrava nos quintais e ia fazendo um mutirão de limpeza. Aí, isso daí, com o material, apresentava junto com o pessoal da CTEA pra evoluir o trabalho no PPPEA, né? [...] Se aqui dentro [do bairro do entrevistado], que ele [caminhão de lixo] entra, a gente tá queimando lixo no quintal, então tem alguma coisa errada. Aí foi onde que a gente começou a trabalhar o pessoal em cima disso e isso aí tudo foi um fruto do que a gente trabalhou junto com a CTEA [...] que foi muito de extrema importância.

Aqui podemos notar a consonância com o 1º princípio do Tratado, no qual diz que "a educação é um direito de todos; somos todos aprendizes e educadores". O entrevistado ganhou autonomia através das capacitações, cursos e oficinas realizados pela CTEA, deixando de ser apenas aprendiz, mas assumindo dois papéis: o de aprendiz e o de educador, que dissemina e capilariza o que aprende pelo território.

Um indicador que evidencia o incremento de potência é o: "e) Clareza do grupo sobre a construção de espaço próprio junto às políticas públicas, o que leva a reivindicar direitos e não pedir favores" (COSTA-PINTO, 2003, p. 173). Depois de capacitado e potencializado, o grupo possui força para implementar políticas públicas, nesse caso, sobre resíduos sólidos e a saúde. O grupo passa a compreender que essas questões não são favores prestados pelo Estado, mas direitos de todo cidadão e cidadã. Outro indicador observado nessa situação, com relação à dimensão individual, foi o "f) Capacidade do indivíduo de realizar ações coletivamente, estando comprometido com a coletividade em questão" (COSTA-PINTO, 2003, p. 172). Isso fica claro, já que Rosa se compromete na realização de atividades para a saúde e o bem-estar de seu território.

Como oitavo desdobramento, iniciou-se a elaboração de uma Campanha Educomunicativa para a Preservação da Fauna. Essa foi iniciada em seguida do término do

PPPEA em movimento, com o intuito de não cessar a movimentação das ações da CTEA e o comprometimento das instituições e comunidades envolvidas.

> Thaís: Caçador aí dentro, meia noite aí, o que não falta é tiro. Inclusive isso eu discuti na CTEA, né? Sobre a questão de caçada. [...] isso foi... muito discutido, muito discutido mesmo! Qual a logística que podia ser feita pra tirar esse vício do ser humano caçador, né? Inclusive teve conversas que já tinham levado de outras câmaras técnicas que foi formado em outros Parques, foi levado ex-caçador também, pra dar palestra pra... Eu falei: "Rapaz, não adianta você levar ex, tal, tal, a pessoa tem que sentir nele, entendeu?" A pessoa tem que dizer assim: "Poxa, eu quero mudar". Se a pessoa não tiver uma atitude de mudança, não adianta. Pode trabalhar da forma que quiser! Pra comer não é crime, né? Aquela história, né? Você matar um bicho pra...Eu não como. Pra mim tanto faz, pra vender ou pra comer, que eu não como caça nenhuma. Mas você vender pra comercializar? Aqui o pessoal vende tudo em Trancoso e quem compra é a própria Polícia. [...] Desses itens que foram citados dentro da CTEA, eu acho que entre todos o mais polêmico foi a caça. A gente ia criar um jornalzinho. Um jornal comunidade, né? E aí a gente ia colocar tudo junto também. E aí a comunidade ia receber um jornalzinho dizendo à respeito da caça e tal. É melhor do que você chegar diretamente na pessoa: Oh, você está caçando! "Você tem prova que eu tô caçando?" ou: Ah, alguém me falou que você é caçador. O cara falou que você é ladrão. "Mas você já me pegou com roubo?" É uma coisa sem fundamento. Foi o que eu falei com ele na semana passada, eu falei: rapaz, o que você vê de caçador nessa mata. Caçador, não! Que eu só vejo é tiro de noite nessas matas.

A caça é um dos temas centrais para uma UC de proteção integral, e a própria comunidade também estava interessada em compreender essa situação, tendo sido levantado esse tema para se trabalhar, por um morador do entorno do PNPB, que pertence à CTEA e ao conselho do parque. Coaduna-se, por sua vez, com o indicador de potência de agir “b) Capacidade do indivíduo de enunciar seus desejos para um coletivo” (COSTA-PINTO, 2003, p. 172). Assim evidencia-se o incremento da potência de agir desse integrante, que potencializado, consegue externalizar seus desejos ao grupo.

A campanha para se trabalhar as pressões sobre a fauna do PNPB e seu entorno, proposta pela CTEA, está diretamente vinculada ao cumprimento do inciso IV e V do parágrafo único do artigo 13 da PNEA, no qual diz que é dever do poder público incentivar:

> IV - a sensibilização da sociedade para a importância das unidades de conservação;
>
> V - a sensibilização ambiental das populações tradicionais ligadas às unidades de conservação (BRASIL, 1999).

No segundo semestre de 2019 foram realizadas oficinas nas comunidades do entorno do Parque, referentes ao tema da preservação da fauna, a CTEA estava mobilizada e envolvida para dar andamento nessa ação. Em 2019 foi iniciado, pelo Instituto Mamede, um diagnóstico referente a essa questão sobre preservação da fauna na região. Esse diagnóstico

resultou em um planejamento, porém, com o advento da pandemia no início de 2020, as atividades foram interrompidas, não concluindo a fase de elaboração da campanha e de implantação. Até hoje a CTEA sofre com essa questão, dado que estavam empenhados nesse trabalho e não conseguiram ir adiante com ele. Esse interrompimento da Campanha Educomunicativa para a Preservação da Fauna evidencia o grande impacto negativo que a pandemia teve sobre a CTEA.

O nono desdobramento foi uma atividade realizada com os jovens de uma das comunidades do entorno, que foi provocada por um dos integrantes da CTEA.

> Rosa: eu sempre orientava, falava assim, ó: quando a gente for fazer alguma coisa, tem que fazer voltado para os jovens também. Porque não adianta você chegar e pegar um adulto que desce todo o domingo com os cachorros dele pra ir lá pra beira do rio pra caçar e você querer mudar esse costume que já vem do avô, que passou de pai pra filho. Isso é meio difícil. Ele pode tá hoje até com medo, inibido de ir, mas que ele não vai deixar de ir, ele não vai não. Mas a gente tem que chegar e trabalhar quem já está começando agora. Aí fizeram uma oficina que teve junto com a CTEA e o pessoal do PPPEA que foi com os jovens também. Aí desse dos jovens, você precisava ver a alegria da galera do nono ano que foram [no parque]. [...] Isso aí foi muito, muito importante.

Consideramos que todos os desdobramentos alcançados através da criação e atuação da CTEA seguem o artigo 13 da PNEA. Esse artigo trata justamente da educação ambiental não-formal, isto é, aquela que não é realizada no âmbito do ensino formal - em escolas e universidades -, e sim em espaços públicos, como por exemplo uma UC. De forma, então, que a CTEA passa a ser uma ferramenta essencial para o PNPB desenvolver atividades de empoderamento sobre questões ambientais e sobre o papel da coletividade na defesa da qualidade do meio ambiente.

> Art. 13. Entendem-se por educação ambiental não-formal as ações e práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais e à sua organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente (BRASIL, 1999).

Além da CTEA também atuar para o PNPB cumprir com os 12º e 13º objetivos do SNUC, no qual diz:

> Art. 4º O SNUC tem os seguintes objetivos:
>
> [...] XII - favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico;
>
> XIII - proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente (BRASIL, 2000).

A CTEA ainda está em consonância com o Tratado, podendo observar isso através do último parágrafo da introdução do documento, no qual diz:

> Consideramos que a educação ambiental deve gerar, com urgência, mudanças na qualidade de vida e maior consciência de conduta pessoal, assim como harmonia entre os seres humanos e destes com outras formas de vida (ONU, 1992).

A CTEA constitui-se nesse instrumento de geração de mudança para a transição para as sociedades sustentáveis, nas quais seres humanos e as outras formas de vida vivam em harmonia.

Ainda houve mais desdobramentos, como uma associação que entrou para o conselho através da CTEA e o início de um processo formativo em mais duas UCs da região, que sequer tinham gestores. Toda ação possui uma ou diversas causas, em Espinosa temos as cadeias de nexos causais, que justamente é o que podemos observar com esse cenário, de diversas ações, como a elaboração de um PPPEA, a constituição de uma CTEA, ou o "empurrãozinho", o incentivo que faltava para uma pessoa acreditar nela e servir refeições para 200 pessoas conquistando sua própria cozinha industrial. Toda ação, grande ou pequena, terá uma reação, e sob as lentes da observação e análise do processo de constituição da CTEA, ficam claras todas as reações que desdobraram-se de sua fundação.

> Marcos: Olha quanta frente a gente vai abrindo, entendeu?! Então a própria câmara temática, ela também teve esse papel de ir abrindo outras possibilidades através dos seus membros. Isso é muito importante, entendeu? A potência de ação dela é tão grande que ela tem a capacidade que a partir das suas representações, crie capilaridade do território.

Podemos observar que todos esses desdobramentos positivos levantados, demonstram o aumento da potência de agir dos integrantes e das pessoas envolvidas na fundação da CTEA, tanto no nível individual de cada integrante (com a realização de cursos ou com a obtenção de uma cozinha industrial, por exemplo), como a nível coletivo, do grupo CTEA que realizou diversas atividades (como a construção de um PPPEA ou de oficinas de capacitação, por exemplo).

Esse cenário evidencia a pertinência em se elaborar políticas públicas, nas quais favoreçam a gestão de unidades de conservação em conjunto com as comunidades do entorno da UC. Uma gestão conjunta e participativa contribui para uma UC ser como um território gerador de transformação e não como uma ilha fechada em si mesma. A UC pode e deve ser um espaço educador e de disseminação do aumento de potência e melhoria de qualidade de vida e, com isso, aumento de felicidade. Desse modo, notamos o papel da CTEA nesse

processo, como uma árvore que se espalha e se ramifica pelo território gerando frutos de mudança e autonomia, e com isso, subsidia uma das possibilidades de caminho para as sociedades sustentáveis.

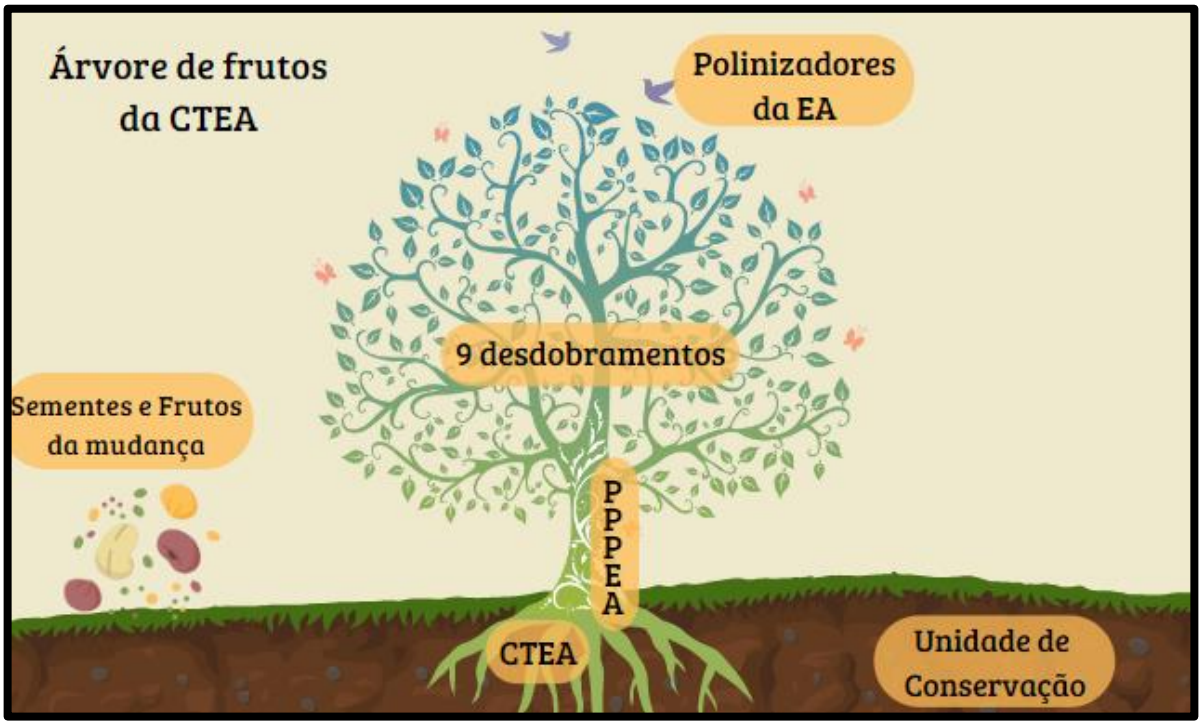


Figura 17: Árvore dos desdobramentos (frutos) da CTEA. Fonte: Autora, 2022.

Na figura 17 ilustramos o cenário apresentado, com a UC sendo representada pelo solo, que deve ser vivo e fértil. Desse solo uma das possíveis árvores é a CTEA, sendo representada pela raiz – já que a raiz é a responsável pela sustentação da árvore; o PPPEA pelo tronco, que é o mote da CTEA; os nove desdobramentos levantados, pelos galhos. Os pássaros e borboletas representam as pessoas disseminadoras da educação ambiental crítica e da mudança; e por último as sementes e frutos representam as ideias e os resultados da transformação, que germinarão sementes, semeando a revolução e novos caminhos. A fim de uma melhor visualização, também listamos os desdobramentos.

1. PPPEA em movimento;
2. Projeto de segurança alimentar;
3. Parceria com a Estação Veracel;
4. Participação - curso do Ministério do Meio Ambiente;
5. Curso de Formação Continuada de Professores da Rede Pública para Ações Educativas no PNPB (mais os TCC dos professores e outros desdobramentos decorrentes);

6. Cozinha industrial em uma das comunidades do entorno;
7. Projeto de resíduos sólidos e saúde em uma das comunidades do entorno;
8. Campanha Educomunicativa para a Preservação da Fauna;
9. Atividade com os jovens de uma das comunidades do entorno.

O futuro é possível?

Dado os cenários apresentados, conseguimos enxergar que muitas pedras apareceram no caminho da CTEA. Porém, no caminhar da CTEA, pudemos levantar questões complexas, apareceram pedras inimagináveis, como uma pandemia que assolou o mundo inteiro e que, apesar de melhoras, ainda está em curso. Outra pedra é o desmonte das políticas públicas e das instituições ambientais, justamente a área que compete à CTEA, trazendo consequências como o desfalque de equipes em UCs e a sobrecarga de funcionários, que possuem a vontade necessária para a execução de um bom trabalho, mas que são vítimas da frustração e da angústia com o aporte de demandas insustentáveis que carregam.

Uma terceira pedra, essa concerne ao Parque especificamente, foi a saída de 4 integrantes experientes da gestão do Parque Nacional do Pau Brasil pouco tempo antes e durante, as duas pedras anteriores (a pandemia e o desmonte político ambiental). O Parque já estava em uma situação vulnerável, que foi potencializada com essas dificuldades que ocorreram depois. Houve a entrada de 2 integrantes na gestão do Parque, porém de uma equipe com 6 integrantes (5 experientes e um novo), a equipe passou a ser composta por 3 integrantes (1 experiente e 2 novos). No primeiro semestre de 2022, o PNPB passou a ter nova chefia, um fato positivo para a UC, que havia ficado sem chefia desde junho de 2020 e passou a contar com uma equipe de 4 integrantes.

A fim de evidenciar algumas questões que podem auxiliar na gestão do PNPB, confeccionamos a seguinte tabela. Nela diferenciamos os problemas levantados, entre os que conseguimos reverter, isto é, que controlamos e que possuímos autonomia para mudar. E os problemas não esperados, que não controlamos, mas que suas consequências negativas podem ser minimizadas através da resolução dos problemas que controlamos (problemas primários).

Tabela 3: Levantamento de Problemas que controlamos e que não controlamos. Fonte: Autora, 2022.

Problemas que controlamos	Problemas que não controlamos
Falta de comunicação: **1.** referente à quantidade de reuniões da CTEA; **2.** entre a CTEA e o GT de caça; **3.** para avisar eventos e reuniões com antecedência; **4.** com relação a questão fundiária e uma comunidade do entorno; **5.** referente à concessão do PNPB.	Pandemia.
Logística das reuniões para uma maior inserção dos comunitários.	Desmonte político ambiental.
Paralisação do principal mote (atual) da CTEA, a Campanha Educomunicativa sobre a preservação da fauna.	Saída de integrantes experientes do quadro de servidores do PNPB.
_____	Falta de servidores.

Mesmo com todas essas pedras no caminho, a CTEA se mantém presente. Para algumas percepções ela pode estar ativa, para outras, ela está parada, porém ela permanece em meio à resistência. O grupo não se reúne com a frequência de antes - dadas as circunstâncias apresentadas -, mas está insatisfeito com a situação, o que não é o pior dos cenários, pois estar insatisfeito nos remete ao movimento, nos remete a andar em direção ao que queremos. A CTEA estar insatisfeita significa que essa precisa agir, para transformar tristeza em alegria, precisa relembrar seu propósito, o que levou essas pessoas a empenharem seu tempo nessas atividades, o que os levou a trilhar esse caminho? Podemos observar esse desejo da volta da CTEA, do movimento da CTEA, do amor pelo grupo, nas falas das entrevistadas e entrevistados.

> Marcos: Eu acho que é uma troca muito grande com os profissionais, com as profissionais, entendeu? Assim, é um trabalho que a gente está fazendo com muito respeito, com muito carinho, muito pautado nos princípios da educação ambiental. Então isso é tudo para mim! ...de ter uma experiência dessa, onde a gente tenha de fato os nossos princípios incorporados ao nosso trabalho, ao que a gente acredita. Então isso para mim é um presente. A CTEA pra mim é um presente, que significa que as pessoas são os presentes, na verdade. Porque o que é a câmara? A câmara são as pessoas, que fazem o **movimento**.
>
> Flávia: [a CTEA] Precisa atualizar, né? atualizar, **andar**, né? Porque tá parado. Tá tudo parado e aí quando você para, a tendência é, tudo que você abandona, a tendência é acabar, né? Quando você tem uma casa e não

> mantém ela, ela vai dar cupim ou sei lá o que. [...] Então tá lá engavetado, lá. Precisa de pessoas pra alavancar de novo, né? Através da universidade, sei lá quem, reativar os conselhos, né? Reativar os conselhos…
>
> Thaís: É, não pode ficar... não sei de que forma [faz andar a CTEA], né? Agora, parado é que não pode ficar!
>
> Marcos: Ó, pra você ver como a gente tem que resgatar essas coisas! Fazer essas coisas! ... a gente precisa fazer umas revoluções aqui. (risos) É ótimo isso [a devolutiva]. É legal porque movimenta, também. [...] traz essa pauta, de que você está fazendo essa pesquisa, dentro do conselho. Não é nem só na câmara, é dentro do conselho. O conselho está chegando agora, é uma oportunidade para eles conhecerem também, entendeu? [...] Vai ampliar. Amplia, amplia. Pode ampliar que você vai ser uma contribuição na verdade. Vai ser uma contribuição pras pessoas também já entenderem mais ainda, ver a importância, valorizar o que tem na mão.

Resgatando a nossa pergunta problema e a nossa hipótese, nós temos, respectivamente: "A constituição de um colegiado socioambiental em uma Unidade de Conservação pode aumentar a potência de agir dos envolvidos nesse processo de criação?"; "Uma hipótese é que se a resposta à pergunta problema for afirmativa, esse cenário pode vir a produzir um efeito de melhora no relacionamento da UC com a comunidade de seu entorno."

A partir das análises realizadas, pudemos constatar que sim, a fundação de um colegiado socioambiental, no nosso caso, a CTEA, pôde aumentar a potência de agir dos envolvidos nesse processo de criação e com isso trazer melhoras para o relacionamento da UC e comunidades de seu entorno, evidenciada pela quantidade de desdobramentos positivos que se sucederam com a sua criação. Porém, constatamos também, que o grande desafio, não encontra-se no ato de criar um colegiado, mas no ato de mantê-lo. Sua criação gerou diversos frutos, muita alegria e assim trouxe aumento da potência de agir. Mas o *devir* (o movimento), é necessário - como ficou nítido nas últimas falas destacadas.

Enquanto a CTEA estava em movimento, se comunicando, se articulando, se reunindo, o grupo estava potente. A partir do momento que surge a inércia, o parar do *devir*, dado a pandemia (isolamento social), o grupo se desmobiliza. Desmobilização que foi agravada fortemente pela falta de comunicação durante esse período frágil em que nos encontrávamos. Essa falta de comunicação, essa ausência, gerou frustração e angústia. O grupo sem informação, ignora e assim, fica à mercê de boatos, muitas vezes falsos. Geram-se desencontros, que poderiam ser evitados através da comunicação.

Assim, para além da criação de um colegiado, precisamos pensar em ferramentas que o façam perdurar no tempo. A comunicação, pode muitas vezes ser apenas uma conversa franca, expondo as vulnerabilidades que a pessoa está passando. Ou o pensar em alternativas

não convencionais, para a maior parte do grupo conseguir estar presente nas trocas de informações e decisões. Ou comunicar com antecedência sobre eventos e reuniões.

Esses podem ser caminhos que minimizem muitos desafios que existem no caminhar de um grupo, que vai contra o *status quo* e busca por sociedades sustentáveis. A CTEA, possui resistência e firmeza, a carência atual está em afeto, que é gerado através de diálogo sincero. Pois só se pode entender o outro, acreditar em um propósito comum, quando compreendemos e participamos do processo. Sem essas condições, somos seres alienados, do latim "alienatus,a,um", significando que nos tornamos estrangeiros em nosso próprio território. No nosso caso, o território é a CTEA.

Segundo Ferreira (1997, *apud* COSTA-PINTO, 2003) "uma paixão só pode ser combatida por uma outra paixão mais forte". Ou seja, para enfrentar os grandes problemas que virão, a racionalidade e o "protocolismo" sozinhos, não serão suficientes se não houver afeto. De acordo com Espinosa a razão é constituída pelos afetos, "pensamos e agimos não contra os afetos, mas graças a eles" (Chauí, 1995:71). Ou seja, a CTEA precisa estar alinhada e consciente, pois desejos e propósito não faltam para esse grupo. O que é ausente é o diálogo, que mina qualquer sonho coletivo. Como já vimos, ter conhecimento aumenta nossa potência, e para isso a comunicação se faz necessária. "A potência da mente é definida pelo só conhecimento, ao passo que a impotência ou paixão é estimada pela só privação de conhecimento" (EV, prop. XX, esc.).

A seguir elaboramos, com base no que encontramos na pesquisa, duas equações apresentando elementos que contribuíram para o fortalecimento ou diminuição da potência de agir da CTEA e de seus membros.

Equação da baixa potência

Saída de integrantes experientes do PNPB + Pandemia + Desmonte político ambiental (sobrecarga dos servidores) + Falta de comunicação = enfraquecimento do grupo

Equação da alta potência

Reuniões (organização) + Chamada para remoção (aumento da equipe do PNPB) + Comunicação + Desejo alinhado ao fazer = fortalecimento do grupo

Com o advento da pandemia, intensificou-se uma situação que já encontrava-se áspera e tortuosa, de transição de pessoas e de falta de pessoas dentro do ICMBio. A CTEA permanecer viva, mesmo com todas as dificuldades apresentadas, é prova de sua força e de sua potência. Um grupo sem comprometimento com o coletivo, sem consciência do que deseja, já haveria de ter padecido. Assim como a educação ambiental crítica é resistência em meio a um sistema vigente neoliberal compactuado com os lucros em detrimento da vida, a CTEA é resistência em meio ao cenário pandêmico e de desmonte ambiental. A CTEA assim como a EA crítica, além de resistência é revolucionária, dado que, como disse Paulo Freire: "num país como o Brasil, manter a esperança viva é, em si, um ato revolucionário". E a CTEA é um grupo que nasce do esperançar e permanece nesse desejo.

Com isso, constatamos que um colegiado de educação ambiental em uma UC pode ser eficiente e gerar muitos frutos, como vimos anteriormente. A CTEA representa para a UC, um espaço, no qual a UC pode cumprir com um de seus papéis: o de ser um espaço educador. A UC, através da CTEA, pode contribuir para a preservação da biodiversidade da região e para a diminuição da desigualdade social. Além da CTEA representar para os seus integrantes, um espaço para sonhar juntos, de ganho de conhecimento, de aumento de potência e assim de transformação do território. Mas para tal, é essencial a CTEA atuar de forma participativa, comunicativa e afetuosa. Apenas sob essas condições, um grupo atinge seus objetivos.

Considerações finais

> *"Ninguém pode desejar ser feliz, agir bem e viver bem que não deseje ao mesmo tempo ser, agir e viver, isto é, existir em ato" (Espinosa).*

Buscamos com a realização dessa pesquisa compreender e levantar possíveis relações entre a criação da CTEA e o aumento da potência de agir dos envolvidos no processo de fundação deste colegiado. Com a premissa de que projetos de gestão participativa realizados em unidades de conservação possuem impactos positivos tanto na área ambiental, ampliando uma consciência ecológica democrática, como na área social, com o incremento da potência de agir da CTEA do CCPNPB e de seus indivíduos, de forma a estimular a formação de cidadãs e cidadãos ambientalmente críticos, emancipados e ativos.

Os resultados encontrados mostraram que a constituição de uma câmara temática de educação ambiental resultou em diversos desdobramentos positivos, que trouxeram alegria e assim o incremento da potência de agir da CTEA e dos envolvidos em seu processo de constituição. Para além da constituição da câmara, ficou evidente, que para a sua permanência deve-se atentar ao caminhar da CTEA, que só existirá se houver um processo participativo e comunicativo. Enquanto a CTEA estava atuante, pudemos notar o quão todos os envolvidos no processo estavam felizes. Felizes em participar, em poder servir, em poder contribuir para um bem maior, para a melhoria de toda uma região, tanto em aspectos ambientais, como sociais e econômicos. Porém, pudemos visualizar também que houve um desgaste grande do grupo com o cenário sanitário e político que se formou, ainda mais esse cenário tendo se despontado pouco tempo após a saída de funcionários experientes do Parque.

Mas, por outro lado, mesmo com esse cenário desastroso, podemos notar nas falas a vontade do grupo de permanecer, de continuar, de andar, de movimentar, o desejo da CTEA em seguir com os seus projetos, em tocar o PPPEA. Pode-se enxergar uma alta potência de agir do grupo, supondo, inclusive, que se não tivéssemos passado por - e vivenciando ainda - uma pandemia, acreditamos que teria grandes chances da CTEA estar em andamento com o projeto que eles estavam tocando dentro do PPPEA, referente a preservação da fauna.

A maior ponderação que notamos em nossa análise com relação ao funcionamento da CTEA, foi a falta de comunicação dentro do grupo. Isto é uma constatação que precisa ser

tratada com atenção e empenho, pois se não resolvida, possui a força de minar o grupo. O diálogo é a base para a participação e essa, essencial para a realização de ações em conjunto. A participação e a comunicação, são duas qualidades que constituem um grupo, para esse ser democrático. Sem essas qualidades, o grupo deixa de ser grupo ativo e passa a ser um grupo passivo. O grupo passivo é aquele constituído de uma pessoa que faz tudo e integrantes fantasmas, que não são chamados para o diálogo, existindo espaço apenas para o repasse de informação unilateral. Evidenciamos então, a relevância que a participação e a comunicação possuem para um colegiado que deseja atingir seus objetivos.

Concluímos também que, práticas participativas dentro de uma UC, podem contribuir para o fortalecimento do grupo envolvido e de toda a região daquela UC e de outras também, uma vez que essa torna-se inspiração e modelo para outras UC. Além da CTEA desempenhar um papel de transformação da UC, que se encontra em um território vivo e não asséptico e dissociado de seu contexto, como, lastimavelmente, muitas vezes o território é tratado. Assim, além da CTEA manter um coletivo em torno da UC, ela traz a ideia da UC como uma área que pertence aquele específico território, a UC faz parte do território, e não o inverso, o território faz parte da UC. A CTEA pode ser vista como uma referência que aponta para a necessidade de transição a outras formas de organização da sociedade e de relações com a biodiversidade.

Com essa pesquisa pretendemos, também, contribuir para o fortalecimento do grupo, resgatando suas origens, de forma que suscite o engajamento e a esperança. Espero que essa pesquisa possa ser mais uma peça do quebra-cabeça, que jogue em direção ao fortalecimento do grupo e da UC, para que mesmo em meio ao cenário de necropolítica ao qual estamos inseridos, a CTEA siga na resistência. E, assim, que continue sendo um espaço de diálogo com o objetivo comum de conservação do Parque Nacional do Pau-Brasil.

Vale ressaltar que, durante o processo de pesquisa, guiado pela Educação Ambiental e por Espinosa, estivemos buscando compreender o aumento ou diminuição da potência de agir de um grupo. Porém, a partir do momento que começamos a estudar a CTEA, nós também fizemos parte desse encontro. E pudemos não apenas enxergar, mas sentir na pele, através das afecções geradas no corpo e na mente, a nossa potência em existir ser aumentada. Então nós também, somos um desdobramento da CTEA e temos carinho e gratidão por esse encontro tão potencializador.

Além disso, durante o percurso da pesquisa, afloraram-se caminhos para novos trabalhos. Um desses caminhos é um aprofundamento na origem das políticas públicas ambientais. Trazer sua contextualização para dentro do ordenamento da democracia liberal, para compreendermos as influências que essas políticas públicas criadas dentro de um sistema neolibral e patriarcal podem exercer sobre um grupo que segue uma lógica oposta a essa, na qual busca por sociedades sustentáveis. Outro caminho para estudos futuros, seria continuar a pesquisa com a CTEA, porém agora com a diminuição do isolamento social e abertura para atividades presenciais, analisar como será o caminhar da CTEA nesse novo cenário. Além de acompanhar se a CTEA terá fôlego e espaço para exercitar a elaboração e implementação de seu último projeto que estava em andamento antes da pandemia, a Campanha Educomunicativa sobre a pressão sobre a fauna do PNPB e entorno.

Com isso, concluímos que essa pesquisa constitui-se como uma possível ferramenta no auxílio para a construção de sociedades sustentáveis, na medida em que caminha trazendo subsídios nessa direção. Na qual todos são atrizes e atores participativos, dado que, “achar-se situada à margem do mundo não é posição favorável para quem quer recriá-lo” (BEAUVOIR, 2016, p. 190), ou como escreveu Espinosa: “Ninguém pode desejar ser feliz, agir bem e viver bem que não deseje ao mesmo tempo ser, agir e viver, isto é, existir em ato”. Logo, existir consiste em participar e participar em comunicar.

Referências Bibliográficas

… ou melhor dizendo: minhas inspirações

Autoras, autores, pesquisadores, pesquisadoras.

Quem são eles? Essas pessoas, mulheres e homens que escrevem. Onde vivem? O que fazem?

Assim como Gonzaguinha, me defino uma eterna aprendiz. Essas mulheres e homens que leio, que partilham sua mente, suas ideias a outros, permitem minha existência como aprendiz que sou, como pessoa que tem sede de mudança, de ser [um] humano melhor.

Uma coisa que amo, é viajar, explorar, descobrir e encontrar coisas inimagináveis. E é incrível como vocês, autoras e autores, me possibilitam fazer isso, sem nem ao menos precisar me locomover. Acessar espaços da minha mente que eu nem sabia da existência, criar pensamentos, me emocionar, refletir, aumentar minha potência, tudo isso através de suas palavras, das palavras semente de autores e autoras, que floreiam seus leitores e leitoras.

Gratidão a todos aqueles e aquelas que se encontram nessa seção e aos que ainda irei conhecer.

AGOSTINHO, Angelo A.; THOMAZ, Sidinei M.; GOMES, Luiz C. Conservação da biodiversidade em águas continentais do Brasil. **Megadiversidade,** v. 1, n. 1, p. 70-78, 2005.

ALMEIDA, Fabiana Pureza de. **Histórico de Criação das Categorias de Unidades de Conservação no Brasil**. 2014. 247 p. Dissertação de mestrado. Programa de Mestrado Profissional em Conservação da Biodiversidade e Desenvolvimento Sustentável. Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ), Nazaré Paulista, 2014.

ANDRADE, André de Lima. **A Problemática do Licenciamento Ambiental em Zona de Amortecimento de Unidades de Conservação**. 2005. 75 p. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos. Escola de Engenharia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, 2005.

ANDRÉ, Marli. O que é um estudo de caso qualitativo em educação? Revista da FAEEBA – **Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 22, n. 40, p. 95-103, jul./dez. 2013.

ARAUJO, Marcia Santiago de. **Sonhos no devir das redes do Centro de Educação Ambiental, Ciências e Matemática**. 2009. 171p. Tese de doutorado. Programa de Pós-

Graduação em Educação Ambiental. Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Rio Grande, 2009.

AZEVEDO, Carlos Eduardo Franco; OLIVEIRA, Leonel Gois Lima; GONZALEZ, Rafael Kuramoto; ABDALLA, Márcio Moutinho. **A Estratégia de Triangulação**: Objetivos, Possibilidades, Limitações e Proximidades com o Pragmatismo. IV Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade, Brasília, DF, nov. 2013.

BAHIA. **Lei nº 12.056, de 07 de janeiro de 2011**. Institui a Política Estadual de Educação Ambiental da Bahia. Secretaria do Meio Ambiente do Estado da Bahia.

BANZATO, Barbara de Moura. **Análise da Efetividade das Unidades de Conservação Marinhas de Proteção Integral do Estado de São Paulo**. 2014. 160 p. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental. Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2014.

BARBOSA, Luciano Chagas. **Políticas públicas de educação ambiental numa sociedade de risco: tendências e desafios no brasil.** IV Encontro Nacional da Anppas. Brasília, 2008.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BAUMAN, Zygmunt. **Em busca da política**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: fatos e mitos**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BOSI, Ecléa. **O Tempo Vivo da Memória: Ensaios de Psicologia Social**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Nós, os humanos: do mundo à vida, da vida à cultura**. São Paulo: Cortez, 2015.

BRASIL. **Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981**. Política Nacional do Meio Ambiente. Brasília, 1981.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 05 de outubro de 1988. Brasília, 1988.

BRASIL. **Lei nº 9.795/99** – Política Nacional de Educação Ambiental. Presidência da República, Brasília, 1999.

BRASIL. **Lei n° 9.985, de 18 de julho de 2000**. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 19 jul. 2000.

CARSON, Rachel. **Primavera Silenciosa**. São Paulo: Gaia, 2010.

CARVALHO, Isabel Cristina Moura. Educação para sociedades sustentáveis e ambientalmente justas. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, Rio Grande, vol. especial, dez 2008.

CARVALHO, Isabel Cristina Moura; FARIAS, Carmen Roselaine; PEREIRA, Marcos Villela. A missão "ecocivilizatória" e as novas moralidades ecológicas: a educação ambiental entre a norma e a antinormatividade. **Ambiente e Sociedade**, São Paulo, vol. 14, n. 2, 2011.

CARVALHO, Isabel Cristina Moura. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico**. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2012.

CHAUÍ, Marilena. **Espinosa, uma filosofia da liberdade**. São Paulo: Moderna, 1995.

CHAUÍ, Marilena. **O Desejo: Paixão e ação em Espinosa**. [curso online oferecido pelo Espaço Revista Cult] 2016. Disponível a apresentação do curso na Internet via: https://www.youtube.com/watch?v=k8kSwVfgde0&t=6s

CMMAD – Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Nosso Futuro Comum.** 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 1991.

CNUC, Cadastro Nacional de Unidades de Conservação. **Painel Unidades de Conservação Brasileiras**. 2019. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiMjUxMTU0NWMtODkyNC00NzNiLWJiNTQtNGI3NTI2NjliZDkzIiwidCI6IjM5NTdhMzY3LTZkMzgtNGMxZi1hNGJhLTMzZThmM2M1NTBlNyJ9>. Acesso em: 17 ago. 2020.

COSTA-PINTO, Alessandra Buonavoglia. **Em busca da Potência de Ação: Educação Ambiental e Participação na agricultura caiçara no interior da Área de Proteção Ambiental de Ilha Comprida, SP**. 2003. 234 p. Dissertação de mestrado. Programa de pós-graduação em Ciência Ambiental (PROCAM), Universidade de São Paulo. 2003.

COSTA-PINTO, Alessandra Buonavoglia; QUERINO, Marcos Roberto ; VIEIRA., Ana Lucia Floriano Rosa. Reflexões sobre Educação Ambiental como instrumento de transformação comunitária: pré-diagnóstico da situação socioambiental da favela da Vila Brandina, Campinas-SP. **Educação Ambiental em Ação**, v. 18, p. 1-18, 2006.

COSTA-PINTO, Alessandra Buonavoglia. **Potência de Agir e Educação Ambiental: aproximações a partir de uma análise da experiência do Coletivo Educador Ambiental de Campinas (COEDUCA) SP/Brasil.** 2012. 164 p. Tese de doutorado. Programa de pós-graduação em Ciência Ambiental, Universidade de São Paulo & Departamento de Filosofia da Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa. 2012.

COSTA-PINTO, Alessandra Buonavoglia. Breve apresentação da Formação de Formadores em Educação Ambiental e Política Pública brasileira: Potência de Agir ou Força de Existir estimulada pelo Coletivo Educador Ambiental de Campinas (COEDUCA)/Brasil. **Ambientalmente Sustentable**, v. 1, p. 41-46, 2017.

COSTA-PINTO, Alessandra Buonavoglia. Educação ambiental, construção de sociedades sustentáveis e os afetos em Espinosa. In: ALONSO, Cláudia Pazos; RUSSO, Vincenzo; VECCHI, Roberto; ANDRÉ, Carlos Ascenso. (Org.). **De oriente a ocidente: estudos da associação internacional de lusitanistas.** 1 ed.Coimbra: ANGELUS NOVUS , EDITORA, v. IV, p. 07-30. 2019.

COSTA-PINTO, Alessandra Buonavoglia. **Potência de Agir e Educação Ambiental: aprendendo com as lentes de Espinosa.** Curitiba: Appris, 2021.

DELEUZE, Gilles. **Espinosa: filosofia prática.** São Paulo: Escuta, 2002.

DELEUZE, Gilles. **Cursos sobre Spinoza** (Vincennes, 1978-1981)/Gilles deleuze; tradução para o português Emanuel Angelo da Rocha Fragoso, Francisca Evilene Barbosa de Castro, Hélio Rebello Cardoso Júnior e Jefferson Alves de Aquino. – 3. ed. – Fortaleza: EdUECE, 2019.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana. **Sociedades e comunidades sustentáveis.** São Paulo: Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras (NUPAUB) - USP, 2003.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana. **O nosso lugar virou parque: estudo socioambiental do Saco do Mamanguá - Paraty - Rio de Janeiro.** 3ª ed. São Paulo: Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras (NUPAUB) - USP, 2005.

DRUMMOND, José Augusto; FRANCO, José Luiz de Andrade; OLIVEIRA, Daniela de. **Uma análise sobre a história e a situação das Unidades de Conservação no Brasil.** Conservação da Biodiversidade Legislação e Políticas Públicas. 2010.

DRUMOND, Maria Auxiliadora; GIOVANETTI, Lívia; QUEIROZ, Artur; e colaboradores. **Técnicas e Ferramentas Participativas para a Gestão de Unidades de Conservação** (2ª Ed.). Caderno 4 ARPA. Programa Áreas Protegidas da Amazônia-ARPA e Cooperação Técnica Alemã-GTZ. Brasília: MMA, 2009.

DUDLEY, Nigel. **Guidelines for Applying Protected Area Management Categories**. Gland, Switzerland, IUCN: International Union for Conservation of Nature, p. 8. 2008.

ESPINOSA, Baruch de. **Pensamentos metafísicos; Tratado da correção do intelecto; Ética; Tratado político; Correspondência** (Seleção de textos: Marilena Chauí). 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (coleção: Os pensadores).

ESPINOSA, Baruch de. **Ética**. Tradução Grupo de Estudos Espinosanos; coordenação Marilena Chauí. 1. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 2018

ESTEVES, R. O impacto da internet no mundo, na cultura, na arte e no lazer. **R. Científica UBM-Barra Mansa (RJ)**, ano XXIII, v. 20, n. 38, 1. Sem., p. 29-37. 2018.

FERRARO JÚNIOR, Luiz Antonio; SORRENTINO, Marcos. Imaginário político e colonialidade: desafios à avaliação qualitativa das Políticas Públicas de Educação Ambiental. **Ciência & Educação**, v. 17, n. 2, p. 339-352, 2011.

FOLADORI, Guillermo. Avanços e limites da sustentabilidade social. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, n° 102, jan/jun 2002.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** 15. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

GALVÃO, Lúcia Helena. Nova Acrópole Brasil - **O Caibalion**, Sabedoria Egípcia Hermética. 2015. (1:32:08). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=eqRV0K6bzrU&t=2886s>. Acesso em: 17 maio 2021.

GONZÁLEZ-GAUDIANO, Edgar. Interdisciplinaridade e educação ambiental: explorando novos territórios epistêmicos. In: SATO, Michele; CARVALHO, Isabel (Org.). **Educação ambiental: pesquisa e desafios.** Porto Alegre: Artmed, 2005. p. 119-133.

GÖTSCH, Ernst. **Life in Syntropy**. Documentário de Curta-Metragem publicado pelo canal Agenda Gotsch, (15min 28s), dez. 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gSPNRu4ZPvE&t=381s&ab_channel=AgendaGotsch> Acesso em: 29 mar. 2022.

GUDYNAS, Eduardo. **Direitos da natureza: ética biocêntrica e políticas ambientais.** São Paulo: Elefante, 2019.

GUIMARÃES, M. Educação Ambiental Crítica. In: **Identidades da educação ambiental brasileira.** LAYARGUES, Philippe Pomier (Coord.). Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

GÜNTHER, Hartmut; ELALI, Gleice Azambuja; PINHEIRO, José Q. Multimétodos. In CAVALCANTE, S.; ELALI, G. A. (Orgs.). **Temas Básicos em Psicologia Ambiental**. São Paulo: Vozes, p. 250-266. 2011.

GUTIERREZ, G. L. **Por que é tão difícil participar? : o exercício da participação no campo educacional.** Coleção: Questões fundamentais da Educação. São Paulo: Paulus, 2004.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias qualitativas na sociologia**. 12. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

ICMBio. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Plano de Manejo do Parque Nacional do Pau Brasil Volume 1.** Brasília, 2016.

_____. **Projeto Político-Pedagógico de Educação Ambiental do Parque Nacional do Pau Brasil e seu Território**. Porto Seguro, 2018.

_____. **Turismo de Base Comunitária em Unidades de Conservação Federais - Princípios e Diretrizes**. Brasília, 2018b.

_____. **Regimento interno do Conselho Consultivo do Parque Nacional do Pau Brasil**. Porto Seguro, 2019.

IUCN - International Union for Conservation of Nature. **Parks for Life: Report of the IVth World Congress on National Parks and Protected Areas.** IUCN, Gland, Switzerland. 252 p. 1993.

JACOBI, Pedro Roberto; TRISTÃO, Martha; FRANCO, Maria Isabel Gonçalves Correa. A função social da Educação Ambiental nas práticas colaborativas: participação e engajamento. **Cad. Cedes**, Campinas, vol. 29, n. 77, p. 63-79, jan./abr. 2009.

JOVCHELOVITCH, Sandra; BAUER, Martin W. Entrevista Narrativa. p. 90-113. In: **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Martin W. Bauer e George Gaskell (editores); tradução de Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis, RJ : Vozes, 2ª ed. 2002.

KRENAK, Ailton. **A vida não é útil.** São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

LASCHEFSKI, Klemens; COSTA, Heloisa Soares de Moura. Segregação social como externalização de conflitos ambientais: a elitização do meio ambiente na APA-Sul, Região Metropolitana de Belo Horizonte. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. XI, n. 2, p. 307-322, jul.-dez. 2008.

LAYRARGUES, P. P. A resolução de problemas ambientais locais deve ser um tema gerador ou a atividade-fim da educação ambiental? In: REIGOTA, M. (Org), **Verde Cotidiano: o meio ambiente em discussão**. Rio de Janeiro: DP & A, 1999.

LEFF, Enrique. **Saber Ambiental**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

LIMA, Gustavo. O debate da sustentabilidade na sociedade insustentável. **Revista Política e Trabalho**, n° 13, set 1997.

LONGO, Cristiano da Silveira; NARITA, Stella. "Um corpus que fala": apontamentos para uma revisão técnica da análise de conteúdo. Web-Revista SOCIODIALETO: Bach., Linc., **Mestrado Letras UEMS/Campo Grande**, v. 4, nº 12, mai. 2014

LOUREIRO, Carlos Frederico B. (org.); AZAZIEL, Marcus; FRANCA, Nahyda. **Educação ambiental e gestão participativa em unidades de conservação**. Rio de Janeiro: Ibase: Ibama, 2003.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MACHADO, Rodrigo. **Educação Ambiental e Contra-hegemonia na gestão de Unidades de Conservação: contribuições em diálogo com categorias de Antonio Gramsci.** 2020. 391 p. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental - Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo, 2020.

MACIEL, Marcela Albuquerque. Unidades de Conservação: breve histórico e relevância para a efetividade do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. **Revista Âmbito Jurídico**, 2011. [online] URL: https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-ambiental/unidades-de-conservacao-breve-historico-e-relevancia-para-a-efetividade-do-direito-ao-meio-ambiente-ecologicamente-equilibrado/

MATURANA, Humberto R. **Cognição, ciência e vida cotidiana**. Trad. e Org. Cristina Magno e Victor Paredes. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

MEIRA, Pablo; SATO, Michèle. Só os peixes mortos não conseguem nadar contra a correnteza. **Revista de Educação Pública**, v.14, n.25, 17-31p., 2005.

MELLO, Maristela Barenco Corrêa de. **Uma educação ambiental como estética da existência e epistemologia dos nexos: a experiência socioeducativa do Projeto Florescer**. 2011. 295 p. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, 2011.

MILARÉ, Édis. **Direito do Ambiente: A Gestão Ambiental em foco**. 5ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.17, n.3. mar. 2012.

MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. **Análise textual discursiva.** Coleção educação em ciências. 3ª edição rev. e ampl. – Ijuí: Ed. Unijuí, 2016. E-book: 2020.

MORAES, Roque. Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva. **Ciência & Educação**, v. 9, n. 2, p. 191-211, 2003.

MOURA, Jónata Ferreira de; NACARATO, Adair Mendes. A Entrevista Narrativa: dispositivo de produção e análise de dados sobre trajetórias de professoras. **Cadernos de Pesquisa, PPGE/UFMA**, São Luís, v. 23, n. 2, jan./abr. 2017.

MUYLAERT, Camila Junqueira; JÚNIOR, Vicente Sarubbi; GALLO, Paulo Rogério; NETO, Modesto L.R.; REIS, Alberto O.A. Entrevistas narrativas: um importante recurso em pesquisa qualitativa. **Revista da Escola de Enfermagem da USP – REEUSP**, 48(Esp2):193-199 p., 2014.

NOLASCO, Gustavo. **A comunicação como ferramenta de mobilização social**. Palestra publicada pelo canal Cbh São Francisco, (1h 47mim), mar. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CSr5qX7L1oM&t=4234s> Acesso em: 12 abr. 2022.

OLIVEIRA, Fernando Bonadia. Filósofo e operário: o soneto "Spinoza" de Machado de Assis. **Trans/Form/Ação**, Marília, v. 41, n. 4, p. 31-52, Out./Dez., 2018.

ONU. **Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global**. Rio de Janeiro: ONU, 1992.

PAULA, Marcos Ferreira de. A transformação do desejo em Espinosa. **Conatus - Filosofia de Spinoza**, v. 1, nº 1, p. 51-54, jul. 2007

POMBO, Olga. Interdisciplinaridade e integração dos saberes. **Liinc em Revista**, v.1, n.1, março 2005.

RABELO, Desirée Cipriano; ALVES, Andréa Barbosa. Nem toda participação é igual: planejamento de recursos hídricos a partir dos níveis de empoderamento. **Revista de Políticas Públicas**, Universidade Federal do Maranhão, vol. 24, núm. 1, pp. 442-467, 2020.

RATTNER, Henrique. Sustentabilidade – uma visão humanista. **Ambiente & Sociedade** - Ano II - No 5 - 2o Semestre de 1999.

RIONDET-COSTA, Daniela Rocha Teixeira. **Análise comparativa dos instrumentos de gestão em Unidades de Conservação visando a gestão participativa no Cone Sul.** 2012. 388 p. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, 2012.

ROCHA, L. Número de bilionários cresce no Brasil e no mundo mesmo com crise gerada pela Covid. **Revista Fórum**, 06 de abr. de 2021. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/brasil/numero-de-bilionarios-cresce-no-brasil-e-no-mundo-mesmo-com-crise-gerada-pela-covid/#>. Acesso em: 03 de maio de 2021.

ROCKSTROM, J., W. Steffen, K. Noone, A. Persson, F. S. Chapin, III, E. Lambin, T. M. Lenton, M. Scheffer, C. Folke, H. Schellnhuber, B. Nykvist, C. A. De Wit, T. Hughes, S. van der Leeuw, H. Rodhe, S. Sorlin, P. K. Snyder, R. Costanza, U. Svedin, M. Falkenmark, L. Karlberg, R. W. Corell, V. J. Fabry, J. Hansen, B. Walker, D. Liverman, K. Richardson, P. Crutzen, and J. Foley. Planetary boundaries: exploring the safe operating space for humanity. **Ecology & Society** 14(2):32, 2009.

RYLANDS, Anthony B., BRANDON, Katrina. Unidades de conservação brasileiras. In: **Megadiversidade**. Belo Horizonte, v.1, n. 1, p. 27-35, jul. 2005.

SANTOS, Gildevânio Pinheiro dos; PERILLI, Miriam Lucia Lages; CULLEN JR, Laury; PADUA, Claudio Valladares; UEZU, Alexandre. Influência do Entorno de uma Unidade de Conservação sobre a Pressão de Caça: RPPN Estação Veracel como Estudo de Caso. **Revista Biodiversidade Brasileira**, v. 02, n. 02, 219-231p., 2018.

SAWAIA, Bader Burihan. "Participação social e subjetividade". In: SORRENTINO, Marcos (org.). **Ambientalismo e participação na contemporaneidade**. São Paulo, Educ-FAPESP, 2001.

Sawaia, Bader Burihan. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. *In:* B. Sawaia (Org.). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis, RJ: Vozes. 2 ed. 2001.

SAWAIA, Bader Burihan. “Espinosa: o precursor da ética e da educação ambiental com base nas paixões humanas”. In: CARVALHO, Isabel Cristina Moura de; GRÜN, Mauro; e TRAJBER, Rachel (org.) **Pensar o Ambiente: bases filosóficas para a Educação Ambiental.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2006.

SHIVA, Vandana. **Monoculturas da Mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia**. São Paulo: Gaia, 2003.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4. ed. Florianópolis: UFSC, 2005.

SILVA, Rosana Louro Ferreira. **O meio ambiente por trás da tela** - estudo das concepções de educação ambiental dos filmes da TV escola. 2007. In: 30ª Reunião Científica da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. Disponível em: <http://30reuniao.anped.org.br/trabalhos/GT22-3678--Int.pdf> Acesso em: 03 de maio de 2021.

SORRENTINO, Marcos. Crise ambiental e educação. In: QUINTAS, J.S. (Org.) **Pensando e praticando a educação ambiental na gestão do meio ambiente.** Brasília: IBAMA, 2006.

SORRENTINO, M.; TRAJBER, R.; MENDONÇA, P.; FERRARO JUNIOR, L. A. Educação ambiental como política pública. **Educação e pesquisa**, v. 31, n. 2, p. 285-299, 2005.

TRIGUEIRO, André. Ministro ignora verdadeiro problema do Ibama e ICMBio: déficit crescente de servidores. **G1**, 02 de out. de 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/natureza/blog/andre-trigueiro/post/2020/10/02/ministro-ignora-verdadeiro-problema-do-ibama-e-icmbio-deficit-crescente-de-servidores.ghtml>. Acesso em: 08 de mar. de 2022.

TRIVIÑOS, Augusto Nibaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

WILLIAMS, David Lay. Should we care about inequality? Let's ask a philosopher. **The Washington Post**. Washington, DC, mar. 2014. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/news/monkey-cage/wp/2014/03/28/should-we-care-about-inequality-lets-ask-a-philosopher/>. Acesso em: 30 de mar. de 2022.

YIN Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. trad. Daniel Grassi - 2.ed. - Porto Alegre: Bookman, 2001.

Anexos

APÊNDICE A - GUIA PARA AS ENTREVISTAS NARRATIVAS

1- Identificação da entrevista

Data:
Número da entrevista:
Nome do Entrevistado/a:

2- Tópico inicial para narração:

Conte-me como foi a fundação da CTEA.

3- Perguntas exmanentes:

1. Por que a CTEA foi criada?
2. Quais foram as motivações de sua criação?
3. Por que você quis se envolver no processo?
4. Depois de concluído o processo, você achou que valeu a pena empregar seu tempo nessa ação?
5. Você viu ou vê alguma diferença para sua vida e para o Parque antes e depois da criação da CTEA?
6. Como você descobriu seu interesse pela natureza?

4- Perguntas imanentes

Serão realizadas conforme a entrevista e ao final dessa.

APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

BASEADO NAS DIRETRIZES CONTIDAS NA RESOLUÇÃO CNS Nº466/2012 e Nº510/2016, MS.

Convidamos o (a) Sr (a) para participar da Pesquisa que tem como título "Unidade de Conservação, Câmara Temática de Educação Ambiental e diálogos com Espinosa: rumo às sociedades sustentáveis?", sob a responsabilidade da pesquisadora Gabriela Albuquerque Lucio da Silva, a qual, tem como objetivo central analisar possíveis relações entre a constituição da Câmara Temática de Educação Ambiental - CTEA - do Parque Nacional do Pau-Brasil e o aumento da potência de agir dos envolvidos no processo de sua fundação, a fim de contribuir para o fortalecimento da conservação na região e para a construção de sociedades sustentáveis. Sua participação é voluntária e se dará por meio de entrevista narrativa, com um tema gerador sobre a fundação da CTEA e com tempo médio de duração conforme for conveniente para a/o entrevistada/o. Se o(a) Senhor(a) aceitar participar, a história obtida por esta pesquisa poderá contribuir para o levantamento de como a CTEA foi construída, fortalecendo o seu papel no Parque Nacional do Pau Brasil, além de servir como um modelo para outras unidades de conservação seguirem.

Quanto aos benefícios da pesquisa, esperamos contribuir com questões referentes à participação no Parque Nacional do Pau Brasil e à efetivação de políticas públicas, gerando impactos estruturantes para a região de Porto Seguro. Embora acreditemos que o presente trabalho apresenta riscos mínimos, cabe ressaltar que os (as) participantes terão a garantia de desistir de participar a qualquer momento da pesquisa, caso sintam-se impossibilitados(as), sem prejuízo algum para si. Devido a pandemia de COVID-19, caso ocorra contato presencial com o senhor(a), para mitigar o risco de contágio, serão adotadas como ações minimizadoras as orientações do Ministério da Saúde, e, a pesquisadora fornecerá acesso a máscara descartável e álcool em gel 70% aos entrevistados, mantendo-se o distanciamento mínimo de 2 metros. Não haverá remuneração ou custo algum para os(as) participantes ou seus(suas) responsáveis. Todas as despesas eventuais com materiais ou de outra natureza que ocorram durante o momento em que estiverem participando da pesquisa e em função dela serão pagas pelo(a) pesquisador(a).

Se depois de consentir sua participação o/a Sr. (a) desistir de continuar participando, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo a sua pessoa.

Quanto à garantia do sigilo e da privacidade, a identidade dos (as) participantes da pesquisa será mantida em sigilo durante todas as fases da pesquisa, inclusive após a publicação. Nesse sentido, nomes de participantes que eventualmente apareçam na escrita dos resultados e na análise dos dados serão

fictícios. Os dados da pesquisa serão analisados sob a ótica da filosofia de Espinosa, por meio de técnicas qualitativas, como a triangulação e a análise de conteúdo, com o intuito de melhor compreender os fenômenos investigados e responder aos objetivos pretendidos por esta pesquisa.

Para esclarecimento de dúvidas ou qualquer outra informação, o (a) Sr (a) poderá entrar em contato com a pesquisadora no seguinte endereço: Rua das bromélias, nº 501, Apto 02, Village 1, Porto Seguro. CEP: 45810-000, pelo telefone (11) 985082609, e-mail: gabrielalb.eam@gmail.com. Também poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), pelo endereço: Praça Joana Angélica, nº 250, Bairro São José, Teixeira de Freitas, Bahia, telefone: (73) 3291-2089, e e-mail: cep@ufsb.edu.br. O Comitê de Ética é a instância que tem por objetivo defender os interesses dos participantes da pesquisa.

Desde já agradeço ao Sr (a) pela disponibilidade em participar dessa pesquisa!

CONSENTIMENTO PÓS–INFORMAÇÃO/LEITURA

Eu,_____,
fui informado sobre o que a pesquisadora quer fazer e porque precisa da minha colaboração, e entendi a explicação. Por isso, eu concordo em participar da pesquisa, sabendo que não vou ganhar nada e que posso sair quando quiser. Este documento é emitido em duas vias, as quais serão assinadas por mim e pela pesquisadora, ficando uma via com cada um de nós.

_____
Assinatura do participante

Impressão dactiloscópica

Local:_____- Data:_____/_____/ _____

_____
Nome e Assinatura do responsável por obter o consentimento

APÊNDICE C - TERMO DE CONSENTIMENTO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E VOZ

TERMO DE CONSENTIMENTO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E VOZ

Eu,_____

autorizo livre e voluntariamente a pesquisadora Gabriela Albuquerque Lucio da Silva a obter fotografias, filmagens e/ou gravação de voz diretamente ou enviados por mim, para fins de pesquisa científica. Conheço a pesquisa intitulada **"Unidade de Conservação, Câmara Temática de Educação Ambiental e diálogos com Espinosa: rumo às sociedades sustentáveis?"** e concordo livremente em participar dela.

Concordo que o material e as informações obtidas relacionadas à pesquisa possam ser publicados em aulas, congressos, eventos científicos, palestras, dissertações, teses e/ou periódicos científicos. Porém, o nome e outras informações pessoais não devem ser publicizadas por qualquer forma. As fotografias, vídeos e gravações ficarão sob a propriedade da pesquisadora.

_____

Assinatura do participante

Impressão datiloscópica

Local:_____- Data:_____/_____/ _____

_____

Nome e Assinatura do responsável por obter o consentimento